

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL – FACIP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL

ADRIANA LACERDA DE BRITO

**ESPAÇO E TÉCNICA NAS SERTANIAS DO TRIÂNGULO MINEIRO:  
UMA GEOLITERATURA DO MUNDO RURAL**

ITUIUTABA - MG  
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL – FACIP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL

ADRIANA LACERDA DE BRITO

**ESPAÇO E TÉCNICA NAS SERTANIAS DO TRIÂNGULO MINEIRO:  
UMA GEOLITERATURA DO MUNDO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientadora: Prof. Dra. Joelma Cristina dos Santos

ITUIUTABA - MG  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B862e Brito, Adriana Lacerda de, 1980-  
2017 Espaço e técnica nas Sertanias do Triângulo Mineiro : uma  
geoliteratura do mundo rural / Adriana Lacerda de Brito. - 2017.  
122 f. : il.

Orientadora: Joelma Cristina dos Santos.  
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia e literatura - Teses. 3. Geografia e  
sociedade - Teses. 4. Território - Triângulo Mineiro (MG) - Teses. I.  
Santos, Joelma Cristina dos, 1979-. II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal. III.  
Título.

---

CDU: 910.1

**ADRIANA LACERDA DE BRITO**

**ESPAÇO E TÉCNICA NAS SERTANIAS DO TRIÂNGULO MINEIRO:  
UMA GEOLITERATURA DO MUNDO RURAL**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais – Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

---

Prof. Dra. Joelma Cristina dos Santos (orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

---

Prof. Dra. Patrícia Francisca de Matos (membro)  
Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

---

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira (membro)  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resultado: \_\_\_\_\_.

Ituiutaba, 28 de abril de 2017.

**Ao pequeno João Francisco, pela companhia  
diária nesta aventura de ler e escrever.**

## AGRADECIMENTOS

Àqueles com quem dividi momentos de aprendizagem e de realizações no PPGEP, em especial à Isley Borges da Silva Junior, Josy Dayanny Alves Souza, que tantas vezes me acolheram e transformaram pequenos períodos de tempo em grandes, e inesquecíveis.

Ao querido Leonardo Moraes, pela revisão e leitura atenciosa do texto.

À Midiane Scarabeli pelo entusiasmo, sempre combinado a leveza emocionada do processo criativo de geografar esse mundo.

À Rosiane Mendes de Oliveira, Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior, Jeziel Alves Rezende, Roberta Lisboa e Emmeline Aparecida Silva Severino, pelas conversas e companhias, neste processo que nos mestrou.

Aos professores que contribuíram neste percurso, Joelma Cristina dos Santos, Antônio Júnior, Lilian Bento, João Batista Sobrinho e Joelson de Carvalho.

Agradeço à banca de projeto e de qualificação, e ao professor José Josberto em especial, tendo ele contribuído para as reflexões e organização das ideias deste trabalho, sempre acreditando e motivando a minha caminhada.

Ao professor Rodrigo Corrêa Teixeira, pelas considerações propostas na defesa deste trabalho, pela presença em mais uma travessia importante da minha vida.

Agradeço aos meus familiares, amigos e colegas.

Minha gratidão à orientadora Joelma Cristina dos Santos, pelos diálogos propostos em aula e em orientação. Pela atenção e sensibilidade dedicadas a este trabalho.

Muito obrigada!

“Cansaço dos braços  
Abandono dos remos  
Liberdade das águas”  
(Antônio Sérgio Bueno).

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender as relações entre o espaço e a técnica na geoliteratura do mundo rural do Sertão da Farinha Podre. Para tanto, nos utilizaremos das obras Sertão da Farinha Podre. Romance histórico dos primórdios IPIACUPA (2013) de Ernesto Rosa, e do livro Nos Confins do Sertão da Farinha Podre de Mário Lara (2009). Os temas abordados são caros à filosofia da ciência e, desta forma, recorreremos à literatura contemporânea para interpretar as relações entre a sociedade e a natureza que se desenham nas obras literárias analisadas. O mundo rural que se constitui no lugar do sertão de outrora, surge aos poucos, a partir dos avanços relacionados à modernidade, orientando-se pela mediação técnica que aparece na constituição do território e da paisagem que compreendem o espaço geográfico atual. Encontramos na experiência vivida pelos autores, contextos do quadro geral da narrativa, onde figuram, também, as imagens do mundo sobre as passagens no Sertão da Farinha Podre. Dessa forma, representações do mundo rural cercam o espaço das obras analisadas, contribuindo para interpretações libertadoras, à medida em que se reconhece não apenas os limites da técnica, mas também os avanços de toda uma sociedade .

**Palavras-chave:** Geoliteratura; mundo rural; espaço; território; técnica.



## ABSTRACT

This work aims to understand the relations between the space and the techniques in the geoliterature in the rural world of Sertão da FarinhaPodre. To do so, we are going to use the Sertão da FarinhaPodre works: the historic romance IPIACUPA (2013) by Ernesto Rosa, and the book NosConfins do Sertão da FarinhaPodre by Mario Lara (2009). The themes approached are dear to the philosophy of science, so we resorted to the contemporary literature to interpret the relations between society and nature pictured in the literary works analyzed. The rural world constituted where it was once “sertão” emerges slowly from the advances related to modernity, guided by the technical mediation that appears in the constitutions of territory and landscape that constitute the present geographic space. In the experience lived by the authors and readers, we found contexts of the narrative’s general outline where the worldimages about the passage through Sertão da FarinhaPodre are also pictured. Thus, representations of the rural world surround the space of the works analyzed, contributing to liberating interpretations as not only the limits of techniques, but also the advances of a whole society are recognized.

**Keywords:** Geoliterature; rural world; space; territory; technique

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

- Figura 1-** Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro (Séc XVIII - XIX) p.39
- Figura 2** - Capitania de Minas Gerais 1714: Divisão das Comarcas e respectivas capitais. p.60
- Figura 3** - Tratado de Tordesilhas - Mapa de Luís Teixeira (cerca de 1574) p.61
- Figura 4** - O mapa original dos itinerários de Saint-Hilaire p.85

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1 O MUNDO RURAL NO SERTÃO DA FARINHA PODRE</b>	17
1.1 – Interpretações do espaço rural no Sertão da Farinha Podre.	17
1.2 – Razões e emoções de um território em narrativas: autores e obras.	22
1.3 – Triângulo Mineiro: Passagem e fronteira no Sertão da Farinha Podre.	30
1.4 – Resíduos de uma época: Caiapós e Quilombos enquanto elementos de resistência e extinção das tradições.	42
1.5 – Conflitos e resistências no mundo rural.	51
<b>2 A ESTRUTURAÇÃO DO SERTÃO AO RURAL.</b>	58
2.1- Tempo e espaço, trabalho e técnica: As narrativas no limite do território.	58
2.2 - Desconstruindo a lógica dos saberes: A “natureza” do Sertão.	62
2.3 - Para além das diferenças, o Sertão do artifício.	67
2.4 - Eficiência e funcionalidade técnica no trabalho entre família e sociedade no Sertão da Farinha Podre.	74
2.5- Viagens e travessias do mundo rural no Sertão da Farinha Podre: dimensões estéticas do ponto de passagem.	81
<b>3 DIFERENÇAS PRESENTES: O MUNDO RURAL QUE SE (RE) CONFIGURA.</b>	89
3.1 -As diferenças presentes: geoliteratura.	89
3.2 - Imagens da técnica no mundo rural das narrativas.	95
3.3 - Trânsitos e passagens: fronteiras do mundo rural.	102
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	112
<b>REFERÊNCIAS</b>	115

## INTRODUÇÃO

O mundo rural a partir das narrativas literárias é o tema do presente trabalho. Para tal proposta, selecionamos os livros de Ernesto Rosa e Mario Lara, que tratam da formação da região do Triângulo Mineiro desde os seus primórdios. Assim, as obras *Sertão da Farinha Podre: Romance Histórico dos Primórdios. IPIACUPA* e *Nos Confins do Sertão da Farinha Podre*, respectivamente de Rosa (2013) e Lara (2009), nortearão nossa análise, com o objetivo de conhecer as possíveis relações que se organizam. Trata-se de levantar reflexões sobre o mundo rural, através de uma perspectiva multidisciplinar, porém com ênfase na ciência geográfica.

Considerando os aspectos relacionados aos primórdios da organização territorial brasileira e as especificidades locais que constituíram a sociedade no interior do Brasil do século XIX, a porção do território mineiro onde localizava-se o Sertão da Farinha Podre em outros tempos, hoje possui um expressivo investimento técnico e tecnológico no meio rural. É preciso lembrar que o Triângulo Mineiro desponta hoje como um importante centro do agronegócio e de inovações técnicas que colocam esta região em posição de destaque na economia no país.

Por esta razão, esse potencial econômico abriga características particulares que vão além das inserções técnicas de uma dada produção capitalista do espaço, uma vez que estão implícitas nestas técnicas, toda uma forma de organização social que demanda considerar também, símbolos, linguagens e significados como elementos de uma produção social na formação deste território.

Ao longo deste trabalho, abordaremos a diversificação de identidades que pretendem contrapor uma literatura, ou uma visão de mundo, como uma espécie de embate entre poderes e contra-poderes que privilegiam ações de colonizadores e modos de pensar “outros”, em detrimento de uma ação que se oriente por dentro desta cultura, ressoando uma dimensão global.

O todo e as partes, a parte e o todo, são movimentos que oscilam na dinâmica social ao longo do tempo conforme se definem as tradições e as modernizações no espaço. Desde sua primeira ocupação indígena, posteriores quilombolas e colonizadores, até a recente definição de um capitalismo financeiro<sup>1</sup> associado

---

<sup>1</sup>O artigo *Contribution au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XXe siècle*, François Chesnais dá contornos sobre o papel do capital financeiro. Diz ele já na sua introdução: “Às vésperas do XXI século, a humanidade vive, com efeito, sob a palmatória de um capitalismo rentista e parasitário, cujo

à exploração e uso da terra no país, torna-se ainda mais complexo o resgate de suas verdadeiras origens culturais. A região que outrora fazia parte do SFP, se afirma enquanto ponto de passagem estratégico no mapa do Brasil. Passagem obrigatória entre São Paulo - centro econômico do país, e o interior, o território representou um importante centro de abastecimento, comunicação e trocas comerciais entre extremos do país.

Reconhecemos de ante mão, a necessidade e a importância do tratamento de uma metodologia que evidencie uma etnografia histórica, ou uma etnohistória nesta pesquisa. A preocupação em figurar uma caracterização acerca dos índios, negros e camponeses, cuja cultura fazia frente ao modelo patriarcal da época, entretanto, não se deu por duas razões que explicamos aqui: A pesquisa etnográfica ou etnohistórica direcionaria a pesquisa para um resgate de memórias que ultrapassam o nosso tempo destinado a esta pesquisa, em termos de volumes de dados a serem coletados e analisados. Além disso, o interesse principal deste trabalho está voltando para uma possibilidade de convergência de bases teóricas que se afirmam sobre o espaço geográfico e literário, revelando uma geoliteratura, de referências deleuzianas.

A Geoliteratura, tal como a Geofilosofia, são termos recentes da da filosofia que procuram uma convergência entre os campos da Geografia e da Literatura sob a noção de território e espaço. Esta definição é feita por Gilles Deleuze em sua obra *O que é a Filosofia?* (1992), onde o autor destaca o trânsito do pensamento em que o território se realiza, e supõe uma mudança, ou uma desterritorialização, quando se coloca em questão a alteridade. Falar em Geoliteratura diz respeito, portanto, à territorialidade construída em determinado ‘espaço-tempo’ através de uma forma particular de estruturação social no espaço. Esta lógica considera uma maneira própria de valorização do meio e da visão de mundo onde ela se define a partir da identidade que se estabelece com a terra. Ou, em sentido mais estreito, utilizaremos da Geoliteratura para refletir sobre o mundo rural com teóricos da geografia crítica, Milton Santos, David Harvey e Henri Lefébvre em diálogo com autores chamados “integralistas”, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.

---

funcionamento e modo de reprodução são comandados cada dia mais claramente pelas prioridades do capital-dinheiro concentrado. Esse capital-dinheiro, ou capital financeiro vive de rendas que derivam da partilha da mais-valia, isto é, em dedução do lucro bruto de exploração do capital industrial. As figuras ou as modalidades de valorização cada vez mais variadas que o capital dinheiro imaginou derivam todas daquela do capital portador de juros, do qual Marx diz que ela é —a forma mais reificada, a mais fetichizada da relação capitalista.” (CHESNAIS, 1996. p. 64). *Contribution au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XXe siècle. In Actualiser l'économie de Marx, actuel Marx confrontation.* Paris: Presse Universitaire de France, 1996.

Assim, a fundamentação teórica atravessa os campos da geografia, da literatura e das Ciências Sociais. Pois, uma vez que fundamentada em teóricos da geografia crítica, procura por territórios críticos, que possam fazer com que a geografia e a literatura questionem a interpretação de determinada ação ou pensamento.

Partir, partir, evadir-se (...) atravessar o horizonte, penetrar em uma outra vida (...) A linha de fuga é uma desterritorialização. Os franceses não sabem bem o que é isto. Evidentemente eles fogem como todo mundo, pensam que fugir é sair do mundo, mística ou arte, ou melhor que é algo covarde, pelo fato de se escapar aos compromissos e às responsabilidades. Fugir, não é renunciar às ações, nada mais ativo do que uma fuga. (DELEUZE, 1992, p.47)

Através da Geoliteratura, pretendeu-se identificar as diferenças que estão “por trás” da formação desta sociedade, assim como analisar a maneira como esta é compreendida pelos leitores das obras ao longo dos tempos. O primeiro livro selecionado para a pesquisa é um romance escrito por Ernesto Rosa (2013) sob o título de Sertão da Farinha Podre Romance. Histórico dos Primórdios. O autor trata da saga do protagonista que segue em fuga para a região e se depara com um sertão ao mesmo tempo vazio e promissor, em vista da invasão colonial.

O enfoque teórico em Foucault (2001) coloca em evidência outro importante aspecto da pesquisa. Ele orienta o deslocamento de pensamento para “outros espaços”, espaços outros, que consideram não apenas o ideal comum do sonho e da utopia dita civilizacional; mas ao oferecer o conceito de heterotopias, o autor anuncia as diferenças de sonhos, de espaços outros, de interesses regionais, identitários e pessoais que não estão de acordo com a norma empregada pela sociedade moderna, ou pelo tramite convencional da pesquisa científica em geografia e suas humanidades no Brasil. São espaços teóricos que ao serem percebidos, construídos e descobertos à luz da análise profunda, precisam ser colocados em evidência.

Por forjar a identidade ao longo da trama, Domingos, o protagonista da obra, se esforça em conseguir estabelecer-se no local, apesar dos conflitos entre colonizadores, índios e ex-escravos; além disso, vive os conflitos tópicos do desbravamento de um novo lugar no interior das terras brasileiras. Em sua estadia, verifica-se a organização social inicial que sugere base para a fixação de moradia e o povoamento rumo ao progresso.

A narrativa, com muitas passagens análogas à conhecida obra de Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa, tenta uma versão triangulina, que mais revela da personalidade da região pelos aspectos minuciosos dos casos e “causos”, do que pelo potencial lingüístico esperado de um romance em sua produção imaginária da representação do espaço. Rosa se aproveita da história local contada por gerações em sua terra natal, Araxá, também pelo uso de metáforas que permitem analogias e contextos de vida onde a figura transpassa a imagem e se concretiza no tempo; e, em poucas ocasiões, é possível perceber um cuidado do autor em buscar fontes científicas rigorosas que possam respaldar algum fato histórico, ou qualquer menção à cultura local.

Mário Lara, por sua vez, escreve um romance sob outro interesse. A obra *Nos Confins do Sertão da Farinha Podre. Povoamento, Conquistas e Confrontos no Oeste das Minas* (2009) é um resgate histórico das famílias e da sociedade, a partir de uma genealogia que procura através de documentos e arquivos, conhecer o modo de vida e a realidade de uma época. Assim, o autor utiliza de fontes como arquivos históricos, acervos institucionais, cartórios, e outros, para revelar dados aproveitados na organização territorial da região, procurando representar com fidelidade a materialidade em que edifica o progresso regional.

Ora semelhantes, ora distintas, as versões dos autores selecionados sobre o Sertão da Farinha Podre e o mundo rural que dele se produz, retomam aspectos originais da sociedade como o patriarcado, as noções de progresso e o interesse da inserção local na economia global. São narrados, também, costumes, hábitos e tradições, maneiras de lidar com a terra e de se aproveitar da natureza que o ambiente de planaltos com cerrado oferece a atividade humana. Neste sentido, a maneira como são abordadas as relações sociais, humanas e ambientais colocam em evidência muitas das relações de poder que se infiltraram na sociedade e podem ser percebidas até os dias atuais, por exemplo, como as relações familiares.

Assim, este estudo está estruturado, além desta introdução em 3 seções. Na seção 1 discutiremos O mundo rural no Sertão da Farinha Podre, referindo-nos a questão do espaço e do espaço rural acerca de suas interpretações análogas às razões que as presidem. Fazemos um panorama das obras e de seus autores considerando a permanência e a extinção de tipos culturais que resistem em conflitos do território da narrativa.



Na seção 2 estabelecemos os sentidos literários das obras e suas geografias, apontando a relação espaço-tempo na inserção de técnicas modernas contra técnicas tradicionais que se colocam tanto nas relações familiares quanto sociais. Na última seção pretendemos apontar algumas diferenças nas obras que remetem ao tempo presente a partir de imagens e passagens.

Por fim, na seção 3, distinguimos o contexto das obras sobre o mundo rural através das diferenças presentes. A maneira como os autores empregam a própria técnica de escrita figura um mundo rural nas narrativas sob a imagem da técnica no mundo rural. Na sequência, tem-se as considerações finais e as referências.

## **1 O MUNDO RURAL DO SERTÃO DA FARINHA PODRE**

### **1.1 INTERPRETAÇÕES DO ESPAÇO RURAL NO SERTÃO DA FARINHA PODRE**

O Sertão da Farinha Podre, denominação conferida ao Triângulo Mineiro pelos primeiros tropeiros e bandeirantes que o desbravaram, é palco das narrativas do Sertão da Farinha Podre. Romance histórico dos primórdios IPIACUPA (2013) de Ernesto Rosa, e do livro *Nos Confins do Sertão da Farinha Podre* de Mário Lara (2009). Estes autores apresentam abordagens que remontam, a partir de narrativas, a história do lugar através da experiência vivida durante o processo de ocupação territorial, que culminou no domínio das terras por parte dos bandeirantes e no estabelecimento político e administrativo das regiões de Minas Gerais. A (re) produção do espaço, que se define no processo posterior a esta invasão, retoma algumas das características particulares do mundo rural que são notados nas noções de progresso e funcionalidades locais a partir da paisagem.

Embora tenha sido negligenciada por muitos autores, a técnica rural indígena e quilombola foi intensamente empregada entre os sertanistas e legada como herança aos camponeses, perseverando, assim, o efeito da manutenção de uma forma de saber local. Assim, este capítulo pretende resgatar uma perspectiva particular do mundo rural, sua natureza intrínseca, e contrapô-la à perspectiva da tecnociência, tal como ela figura entre as teorias do pensamento único no sistema global. O contexto histórico a que reportamos sugere breves apontamentos tanto na escala global, quanto local, que subsistem no SFP<sup>2</sup> e que configuram uma estrutura agrária preliminar no Triângulo Mineiro.

De acordo com Brandão (1989), o Triângulo Mineiro possui as heranças históricas que privilegiam sua localização quanto aos pontos de passagem, abastecimento, e interseção. A forma de um triângulo é representada na região desde o período colonial em sua figura regional e nacional, quando iniciaram as passagens de São Paulo para Goiás, rumo ao Planalto Central. Para ele, a questão regional do Triângulo Mineiro, não é apenas regional (1989, p.176) porque ao longo da sua história

---

<sup>2</sup> Utilizaremos a sigla SFP para designar o nome Sertão da Farinha Podre ao longo do texto.

econômica e social ela é marcada por condicionantes internos e externos que inserem uma infra-estrutura hegemônica contrária aos hábitos, costumes e tradições locais.

Antônio Cândido (2001), ao definir as formas de povoamento disperso, chama de transitório o morador que não tendo títulos legais, pode a cada momento perder a terra onde mora. As origens da sua fixação podem ser muitas; em nossa formação destacam-se os foragidos das autoridades, por infrações quaisquer, e, por isso mesmo, interessado em se isolar (CÂNDIDO, 2001, p. 73). O autor do romance observa que o início da ocupação do Sertão da Farinha Podre apresenta muito desses tipos. A falência da economia mineira leva muitos trabalhadores a buscarem alternativas de modos de vidas distantes do fisco de Portugal. Se em princípio havia uma espécie de “sabotagem” do valor estipulado a ser pago, com o tempo a cobrança torna-se inviável para a maioria dos habitantes locais da Capitania de Minas.

Consideramos que a base econômica e material disponível no território são determinações que se furtam ao conceito de superestrutura dado por Marx e Engels.

Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida os homens geram também outra espécie de produtos que não tem forma material: as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos, ilusões, modos de pensar e concepções de vida diversos e plasmados de um modo peculiar. (QUINTANEIRO, 2002, p.37)

Em toda a narrativa, aspectos naturais do território e dos modos de vida são colocados em evidência; estão presentes as estreitas relações institucionais, sociais e familiares, em que a sociologia rural oferece uma imagem de campo e de ruralidade que aproxima os homens da natureza vivida, fonte necessária para repensar as análises científicas do campo. Trata-se, portanto de repensar as categorias do campo para responder as questões contemporâneas do nosso tempo. Para Henri Lefebvre

la historia y sociologia rural es fueron objeto de um audaz raptó ideológico. Se La doctrina de los fisiocratas refleja las ideas e intereses de la gran burguesia progresista del siglo XVIII, las teorías de Le Play expresan claramente las preocupaciones y los fines de la burguesia em el poder. Por qué Le Play se interesó por los campesinos, las comunidades familiares y rurales? Porque em ellas

descubre virtudes, valores morales: La estabilidad, la obediência, La resignación. (LEFEBVRE, 1975, p. 22)<sup>3</sup>

Neste caso, consideramos elementos que não tem forma material, tais como: ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimento, ilusões e modo de pensar. Pois como disse Marx, citado por Quintaneiro (QUINTANEIRO, 2002, p.37), e posteriormente lembrado por Raymond Williams (WILLIAMS, 1979, p.79), “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”

Prado Júnior, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), dedica um capítulo ao tema “O Sentido da Colonização e o Povoamento”. Marxiano, Prado Júnior considera que sentido é a essência do fenômeno (2002, p. 1112) e, portanto, destaca que o sentido é sempre dialético. A essência do fenômeno é a categoria explicativa básica para a reconstrução da realidade. Para ele são importantes dois movimentos para a apreensão da realidade: a aparência que se movimenta para a essência, e um segundo movimento desta para a realidade. Por isso, se Gilberto Freire analisa o Brasil a partir do seu passado, Prado Junior, ao contrário, pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que pode vir a ser, pelas suas possibilidades. Cabe destacar que se esta visão é considerada utópica, a primeira é precisamente nostálgica, trata-se de um debate sobre a decadência e a ascensão econômica brasileira em período de modernização.

Lembramos que em 1930, o Brasil vivia o modernismo e se preocupava intensamente com questões relacionadas à realidade. A ciência, tal como as artes, e a sociedade da época viviam aquilo que Alain Badiou (2007) definiu como “paixão pelo real”. O interesse em descobrir, alcançar, e aproximar-se do que ‘real’ também teve seu desdobramento no movimento modernista, que alterava as referências de base das tradições já arcaicas que não respondiam pelas questões contemporâneas que se impunham. Prado Júnior (2014) atenta ao fato de que

---

<sup>3</sup> Os estudos de Le Play sobre a sociologia rural eram contrários aos de Lefebvre, posto que para Le Play esses estudos eram caracterizados pela exacerbada descrição e empiria, o qual propunha um modelo de família constituído por quinze pessoas, vivendo em habitações de três peças e consumindo, no total, três quilos de açúcar por ano e cinqüenta litros de vinho: A inconseqüência da ideologia reacionária aparece, claramente, nessas obras; a burguesia, que se enriquecia com o desenvolvimento do mercado, ao mesmo tempo, exaltava, por razões políticas evidentes, formas de vida anteriores e exteriores à economia mercantil e industrial. (LEFEBVRE, 1973, p. 22). Velhas dicotomias, como a oposição entre o arcaico e o moderno, porquanto não tinha o alcance do real, possível apenas a partir da reunião entre a sociologia e a história.

Qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja conscientemente, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso. (PRADO JR, 2014, p. 297)

Sobre esse prisma, são notadas as descobertas paisagísticas combinadas com as potencialidades econômicas e, sobretudo, com a atividade agropecuária que substituiu gradativamente o período do minerador. Expedições científicas, caravanas de mercadores, tropas comandadas pelo império contra os grupos territoriais tradicionais, dos índios Caiapós ou dos ex escravos organizados em quilombos, contribuem para revelar uma narrativa que alterna pontos de vistas sob questões das quais o discurso recorrente para a análise de uma sociologia rural emerge da burguesia, dos fisiocratas e dos homens de poder.

Mas como é possível compreender o *rural*? A interpretação de um espaço rural no mundo contemporâneo não escapa à geografia histórica da qual ela está inserida. Assim, pensar um espaço rural requer pensar a sua história, sua sociedade e os mecanismos técnicos promovidos no tempo em que se figuram no espaço. A constituição de uma estrutura, segundo Santos (2014), implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção (SANTOS, 2014, p.69) e expõe, assim, a espacialidade dos objetos interdependentes que se organizam sobre a armação de um sistema técnico, por sua vez, hegemônico, formal e determinante para a compreensão da evolução do espaço e da técnica na região. Entre o sistema e os objetos está o fluxo, o ritmo, ou um conjunto contínuo de valores específicos da vida no campo em que as ações oscilam entre as tradições e a modernidade. Esse fluxo, comumente analisado a partir de categorias temporais, investe-se também do espaço quando reveladas as materialidades locais. O carro de boi (transporte/deslocamento), o fogão à lenha (alimentação), os teares e as construções de casas (habitação) são, portanto, alguns dos símbolos materiais do mundo rural que representam as tradições e os hábitos locais exteriores, que vão sendo interiorizados pelos habitantes e pela sociedade que se organiza. Estas são algumas das características do período da formação do SFP que persistiram no tempo.

A dimensão rural cotidiana e a materialidade representada na inserção técnica estruturam outras formas de uso e ocupação do espaço, ao passo que desconstruem o sertão, instituindo-se, assim, um modelo de combinação que supõe o conflito entre a

“civilização e a barbárie”, a subsistência e o mercado. O rural capitalizado inseriu-se nas culturas e nas tradições oferecendo um novo sentido e significado à natureza local e, portanto, uma nova maneira de lidar com, e de se apropriar da terra.

A estrutura de um mundo rural congrega a integração de tradições e de modernidades, e articula as potencialidades naturais do sertão às técnicas mais avançadas da civilização para a época. As múltiplas identidades que gradativamente se inserem no local através de processos migratórios distintos, contribuíram para que a reprodução do capital, por meio da inserção técnica, controlasse a região de maneira invasiva, subjugando povos, costumes e tradições. Por outro lado, ainda que subjugados, podemos considerar valiosas as contribuições de tradições locais para estes estrangeiros que ali se fixavam. Muitas das atividades técnicas originais de índios e quilombos são aproveitadas pelos colonizadores que não detinham conhecimento suficiente para se adequarem aos modos de vida que impunham as realidades do quadro natural local. Nesse contexto, é possível verificar uma relação de troca entre os habitantes e os colonizadores.

Dessa maneira, é possível verificar também que o quadro natural do território ocupado/ invadido do Sertão da Farinha Podre conflitava com as ações típicas de modos indígenas, quilombola e camponês, uma vez que ele atendia às demandas econômicas externas à região. É sob esta perspectiva que sugerimos que os objetos (elementos) e as ações (conjunto) sociais ofereçam uma forma específica no mundo rural no Sertão da Farinha Podre, cujas combinações relacionadas às intertrocas revelam traços particulares da região no cenário regional, nacional e internacional. Assim, Brandão (1989, p.42) destaca como “vocação natural” da região a função abastecedora (ponto de abastecimento); condição de caminho de acesso ao Planalto Central (ponto de passagem); e (interseção) sua localização enquanto entreposto comercial. Passagem, abastecimento e interseção são a es que definem um espaço poroso, construído por diferentes motivações migratórias e que formaram a personalidade regional do Triângulo Mineiro.

É assim que no próximo item discutiremos de forma mais enfática as obras que se constituem em objeto central de análise neste trabalho. A maneira como a ciência geográfica se organiza distintamente nas obras por apresentar leituras antagônicas da relação sociedade e natureza.

## 1.2 Razões e emoções de um território em narrativas: autores e obras

A proposta deste estudo é discutir o SFP a partir de duas obras de memorialistas que apresentam espécies de romances literários distintos. Um romance mais centrado na literatura popular, para o senso comum, chamado de Sertão da Farinha Podre. Romance histórico dos primórdios IPIACUPA (2013) de Ernesto Rosa, e o livro Nos Confins do Sertão da Farinha Podre de Mário Lara (2009), que abrange o relato histórico verídico da trajetória da família de Bartholomeu Ferreira da Silva, um dos primeiros personagens a ocupar a região e conquistar uma liderança entre os fazendeiros. Nosso alvo é a relação entre a técnica e o espaço das sertanias que se articulam formando um mundo rural posterior ao sertão.

Nesse sentido, interessa-nos promover um diálogo da temática em Geografia, comprometendo-se com importantes bases teóricas comuns, também, à Literatura e à História. A convergência teórica entre esses campos do conhecimento contribui para a apresentação de um estudo integrado que considera o pensamento de uma época e as ações que se ajustam a própria Geografia. Sob essa perspectiva é possível dizer que a Geografia nasceu como cadeira e disciplina nas universidades da Alemanha, França e Rússia, no final do século XIX, institucionalizando-se como ciência moderna. Meio século depois, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da USP em 1930<sup>4</sup>, a Geografia nasce como proposta de universalização do conhecimento considerando o trabalho de monografias, entre o Geral e o Regional, embora já reivindicasse uma personalidade brasileira. História e Literatura estão, assim, amalgamadas na produção teórica da Geografia tal como ela se realiza na contemporaneidade, no que pese esse saber entre natureza e cultura ter se voltado por mais tempo para os estudos do urbano, ou apenas terem sido reconhecidos pelo fundo epistemológico e político que carregam. Em um país de tradição colonial, longa extensão territorial, e famoso pelas “terras férteis e verdejantes”, não parece que esse desdobramento tenha sido fruto de um mero acaso.

---

<sup>4</sup> A Geografia Moderna se consolida no Brasil com a chegada dos mestres franceses. Por mais que ela já estivesse presente nos trabalhos de Delgado de Carvalho. Aroldo de Azevedo afirma: “Criada a Universidade de São Paulo e, com ela a faculdade de Filosofia, passou a geografia a ser ensinada em nível superior, com o objetivo de formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho no campo” AZEVEDO, Aroldo. A geografia em São Paulo e sua evolução. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.16, p. 45-65, 1954, p. 49 apud ABREU, Mauricio. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. ¼ p. 25, jan. /dez. 1994.

A narrativa literária, como toda narrativa, pressupõe a articulação de acontecimentos e personagens, constituindo assim uma trama. A trama da narrativa remete à imagem de um tecido; os acontecimentos e os personagens são “fios” que vão se emaranhando e construindo um “tecido”, um texto (o termo texto vem de têxtil, que remete a tecido), dotado de sentido. Esse tipo de enredamento narrativo existe em todo tipo de cultura ou civilização, desde os mais remotos tempos. A diferença é que nem sempre a narrativa aparece na forma escrita, ou seja, em livros.

Para Milton Santos, o corpus de uma disciplina é subordinado a seu objeto. (SANTOS, 2002, p. 19). Um corpo da geografia, um objeto de estudo. Neste contexto, esta pesquisa contempla o mundo rural no Triângulo Mineiro: Corpo, figura e imagem; especificamente, imagem do mundo rural. O estudo integrado do espaço e das técnicas nas sertanias do triângulo mineiro.

Santos (1957), em sua obra *Zona Cacaueira: Introdução aos Estudos Geográficos*, aponta que

A respeito da zona do cacau a verdade é que poucos trabalhos têm sido publicados, abordando aspectos particulares ou problemas técnicos, sem falar na literatura que a realidade de uma sociedade em estruturação oferece à imaginação dos romancistas. Faltam à zona cacaueira baiana, estudos de conjunto, que vejam e apresentem como todo, mostrando como os elementos nelas presentes agem entre si, como a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional bem diferenciada. (SANTOS, 1957, p.7)

Enquanto Rosa narra um romance que evidencia as relações sócio espaciais do SFP, Lara desenvolve uma história regional fundamentada em registros e documentos históricos sob uma narrativa que pretende ser fiel ao conjunto de aspectos que caracterizam o conhecimento sobre o espaço local. Encontram-se neste estudo, portanto, o imaginário de um romancista e a veracidade de um pesquisador. Em comum, eles oferecem um quadro das relações de poder entre os invasores, na figura dos bandeirantes, tropeiros e portugueses, que mais tarde se tornariam fazendeiros do patriarcado, e as tradições locais antecedentes à eles, índios, foragidos, quilombolas e camponeses que assumem o papel de barreiras “naturais” enfrentadas pelo avanço destas fronteiras brasileiras, entre os séculos XVIII e XIX. Estes fazendeiros estabelecem uma “outra” relação com a terra, submetendo saberes tradicionais das culturas indígenas, quilombolas e de pequenos camponeses à técnicas de interesses econômicos externos ao lugar. Dentre esses interesses, estão os da metrópole



portuguesa, das vilas e arraiais das Minas Gerais e de São Paulo. Estes dois estados, ou capitânicas, e mais tarde províncias, por sua vez, contribuem significativamente para o avanço das fronteiras territoriais do Brasil a partir do SFP atravessado pelo Tratado de Tordesilhas, limite entre as terras portuguesas e espanholas.

Sob esses dois aspectos a narrativa exprime um romance que conta a história dos primórdios do SFP e das origens da província de São Domingos de Araxá em 1791. Através das imagens, símbolos, sintagmas e definições metafóricas, a funcionalidade da obra descortina o “ser” de um lugar que remete à sequência de uma unidade do espaço em escala regional. Aspectos que tornam raros os causos, que condicionam meios de trabalho, que encontram diferentes mitos, que abandonam tradições e festejos, adaptando novidades materiais, desde a alimentação até a construção das casas. Sob o ritmo do progresso, os transportes são assimilados com rapidez. Dos rios às estradas de ferro e asfalto, dos vilarejos aos primeiros centros urbanos.

A narrativa de Rosa aponta para a metáfora. Por vezes caricaturais ou fictícios, o romance representa um espaço comum entre o autor e a antiga Araxá, amparado sobre a “imagem de um mundo” do qual ele é consciente. Por tradição, o romance não tem o compromisso da representação da realidade; permitindo ao leitor interpretar os diálogos dos personagens e os modos de formação do território a partir do uso das figuras de linguagem, mas também da relevância de Araxá para a região.

O território se revela no significado da natureza do espaço expresso no texto pelo autor. É contra ela que lutam os sertanistas. A Natureza é o índio Caiapó, mas também é o cerrado com os seus relevos, suas águas, seus animais ferozes e o desconhecido sertão que ameaça. É contra esta natureza que lutam os bandeirantes, mineradores e comerciantes que pretendiam burlar o quinto<sup>5</sup> de Portugal cobrado nas Minas Gerais e habitar aquele espaço.

O romance escrito por Rosa chama-se Sertão da Farinha Podre. Romance histórico dos primórdios IPIACUPA (2013). Ele traz para o leitor os conflitos relacionados à decadência do ouro e da mineração em Vila Rica, seguidos da fuga do personagem José Gomes para o oeste da capitania de Minas Gerais. Esta fuga é decorrente da descoberta feita por policiais quanto à sonegação do quinto de Portugal pelo personagem e o companheiro Galdino. Os personagens são perseguidos por terem

---

<sup>5</sup>O Quinto era um direito cobrado pela Coroa portuguesa sobre o ouro encontrado em suas colônias. Corresponhia a 20% do metal extraído e sua forma de cobrança variou conforme a época e as regiões. Uma das mais conhecidas formas ocorria mediante a obtenção de "certificados de recolhimento" pelas casas de fundição.

sido descobertos fabricando pólvora, com a intenção de mobilizar uma guerra pela independência e a autonomia daquele território. Com Galdino capturado e morto pelos policiais, José Gomes muda seu nome para Domingos. Ele abandona a pequena venda que possui em Vila Rica com a família e planeja se deslocar para o oeste das minas em uma aventura rumo ao território do SFP. O autor do romance observa que a falência da economia mineira leva muitos trabalhadores a buscarem alternativas de modos de vidas, distantes, sobretudo, do fisco de Portugal.

Se em princípio havia uma espécie de “sabotagem” do valor estipulado a ser pago, com o passar do tempo a cobrança tornou-se inviável e violenta para a maioria dos habitantes locais da Capitania das Minas. “- O problema é que as minas de ouro não produzem como antigamente. Estão esgotando, mas Portugal não acredita nisso e acha que os mineiros estão escondendo ouro para burlar o fisco.” (ROSA, 2013, p.13.) A alternativa encontrada é seguir rumo ao SFP. Dessa discussão, os personagens demonstram o real interesse de que “- os mineiros querem separar o Brasil de Portugal.” (ROSA, 2013, p. 13.)

Minas e Goiás tiveram processos bastante distintos de ocupação. As primeiras descobertas de ouro no centro da capitania mineira, em 1698/99, se deram em “datas localizadas e propriedades certas mediante estatutos da guarda moria. (...) as goianas, a partir de 1725, se deram sem nenhuma regulamentação jurídica, ocasionando freqüentes desordens”. (BRANDÃO, 1989, p.17)

A intenção dos forasteiros que migravam para o oeste das minas está associada a ausência de fiscalização da terra e a oportunidade de fixação longe dos rigores instituídos nas capitanias de Minas. A partir de então se estabelece um intrincado jogo de interesses que coloca em questão o domínio e a apropriação das terras. Os poderes da colônia e do império são notados nos interesses de grandes fazendeiros e da igreja, uma vez assegurados pelas instituições políticas e sociais, esses poderes determinariam muito do modo de vida, da maneira de trabalhar e de produzir a terra.

Os donos de garimpos não estão satisfeitos com o tanto que precisam mandar para Portugal. De todo o ouro que extraem, um quinto vai para Portugal. Eles acham que ficam com quase nada. Isso é pensamento lá deles... Eu não sei de nada... Eles falam que é o quinto dos infernos...(ROSA, 2013, p. 13)

O quinto de Portugal é um elemento motivador do deslocamento de trabalhadores para o oeste das Minas, uma vez que se trata um tipo de tributação do ouro “que sofreu inúmeras alterações desde o século XVII até o fim do sistema colonial. O quinto era uma regra geral estabelecida como direito do rei” (RESENDE, M. E. L.; VILLATA, L. C. , 2007, p.95).

Contudo, o papel do protagonista e sua vivência no sertão, remetem ao conflito agrário específico dos homens do campo no SFP que se afastavam das minas para garantir a produção da terra, a atividade agrícola e o abastecimento dos núcleos mineradores.

Este conflito supõe a infraestrutura necessária para o princípio do povoamento específico da região do Triângulo Mineiro e que contribuiu para o crescimento econômico dos arredores e do próprio SFP. Neste caso, é preciso considerar que a infraestrutura necessária para o surgimento dos primeiros povoados locais constituiu-se no conjunto das forças produtivas que convergiram para consolidar uma dinâmica econômica interna e contribuir para uma outra dinâmica externa, ou seja, trata-se de refletir sobre os setores que incluem transporte, comunicação e energia, reconhecendo os limites demarcados, mas nem sempre obedecidos, para a compreensão da sua organização espacial.

As relações que se estabelecem entre os habitantes do território e a terra configuram modos de vida diferenciados daqueles anteriormente identificados em vilas e arraiais no período áureo da exploração mineral, cujo recurso econômico era o ouro das minas. É contemporâneo ao povoamento do SFP a ascensão brasileira da atividade econômica agrícola que substituiria a economia mineral e impulsionaria a agropecuária para a região. O deslocamento da economia baseada na extração mineral de Minas para Goiás levou a necessidade do uso de outros meios de transporte e de carga haja vista que o burro ou o gado não supriam mais a demanda.

Brandão (1989) assinala também que justamente quando começou a decadência mineira, aceleraram-se as extrações de Goiás, que encontraram seu auge em 1745 – 1755. (BRANDÃO, 1989, p.19)

São identificadas as relações com os índios caiapós e, em menor quantidade, os índios araxás. Além disso, o narrador detalha muitos dos aspectos relacionados a atividade na roça e seu conseqüente desenvolvimento na escala familiar, na fazenda e na sociedade regional que prosperava. O narrador apresenta a instalação das fazendas e a

sua associação com a valorização das terras, trocas de interesses, gostos e necessidades comuns aos habitantes.

Entre os casos contados na narrativa estão: Pai Joaquim, a briga da onça com tamanduá, a mula sem cabeça, o saci que fez o rio correr ao contrário, a reaparição de uma onça preta que fora assassinada, a origem da terra fértil no Barreiro contada pelo índio Custódio, a valentia do domador de mula, o enfermo que se cura por milagre, o muro das divisas das fazendas que dá nome ao Ribeirão do Muro, a variedade de cobras do lugar e uma natureza intocada à espera de respostas adequadas para compreensão.

Em conversa entre Zé Cândido e Mané Bento no pouso agachados perto do fogo:

- Tá mudando muita gente pra cá... Cada dia é uma fazenda nova....
  - Está acabando o sossego!
  - A gente afunda mais pro sertão!...
  - Vamos morar com Pai Joaquim, lá na barranca do rio das Velhas...
- (ROSA, 2013, p.93)

Neste momento os personagens apresentam consciência do rápido crescimento populacional no SFP. O autor demonstra a velocidade da ocupação por meio de necessidades, interesses comuns e articulação econômica do povoado.

A noção de partilha permeia a obra no que tange ao ensino e a educação, quando termina a narrativa apontando para a importância do “aio” e da “aia”, figuras de época cujo trabalho é ser “professor” e “cuidadora” dos herdeiros das fazendas. O saber partilhado através deste tipo de educação é o exercício da prática social na descoberta do espaço vivido, são questões contemporâneas da pesquisa participante como afirma Brandão (2013), na obra Pesquisa Participante. Saber da Partilha. Tais figuras de “aio” e “aia” fazem aquilo que o Brandão (2013) definiria como “busca da partilha solidária” que diz respeito a pesquisa sobre a própria biografia (BRANDÃO, 2013, p.8). Imprime-se, então, uma conclusão reveladora da personalidade do autor no último capítulo e ao seu próprio território, condição de interseção econômica, como será visto adiante nesta pesquisa. Enfocamos assim, alguns aspectos gerais que serão aprofundados ao longo desta pesquisa na obra de Ernesto Rosa.

O outro romance analisado neste trabalho, cujo título é: “Nos Confins do Sertão da Farinha Podre”, é de autoria de Mário Lara Leite, que nasceu em Baependi, no sul de Minas e formou-se em jornalismo pela UFMG.

A saga da família que se fixou na Fazenda de São Mateus, próxima a São Domingos do Araxá é tratado como fio condutor da narrativa de Lara, bem como seus

enlaces sociais e desdobramentos cotidianos. Assim, considerando as primeiras invasões e o conseqüente fluxo migratório, o “SFP era uma fronteira em movimento, afetada por vetores concorrenciais de povoamento que teve como resultado o domínio das fazendas de pecuária.” (LARA, 2009, p.10.)

No decorrer da obra torna-se evidente os desdobramentos da colonização portuguesa no território, uma vez implantadas as estruturas administrativas civis e eclesiásticas na região. A disputa pelo poder administrativo e pela posse das terras acentua a competição pelo controle da economia local em decorrência das redes creditícias, mas também dos valores culturais diferenciados pela rusticidade dos primeiros tempos: A matematização do tempo era um atributo das elites, as colheres de prata garantiam, por exemplo, o privilégio de não ter de comer com as mãos. Uma nova maneira de lidar com o tempo, associando-o ao progresso econômico, era propagada mundialmente pela sociedade europeia que se difundia por todo o mundo e pelo SFP. Para o autor,

O mundo bruto dos descendentes de sertanistas, metamorfoseados em fazendeiros, deu lugar a uma elite rural com algum refinamento. Entre 1850 e 1870, sinais de uma identidade local são registrados. O médico francês Henrique Raimundo Des Genettes, radicado em Uberaba – em paralelo à definição de território da França como Hexagone (Hexágono), fato que começava a ser registrado em textos de geógrafos da época, defende a denominação de Triângulo Mineiro. (LARA, 2009, p.10)

Tal como a região francesa, a forma geométrica e, portanto, abstrata que marcava as relações de interdependência regional haveriam de progredir, caracterizar e integrar a economia local. Através de inventários e arquivos institucionais das grandes famílias proprietárias das fazendas, Lara (2009) realiza um levantamento de documentos que permitem perceber as mudanças de comportamento, hábitos e costumes da região relacionando-os com a presença da família real no Brasil a partir de 1808.

A maneira de construir, de mobiliar as casas, de se vestir e de se alimentar, dentre outros aspectos, é comparada com os relatos de viajantes europeus e o novo estilo que se configurava contemporaneamente, por exemplo, à instalação da Ferrovia Mogiana, na última década do século XIX. De acordo com o autor, por ser o estudo da região particular e geral ao mesmo tempo, a narrativa pressupõe a perspectiva de uma família, mas acaba por revelar um “contato com a constituição de uma sociedade rural tal qual o espelho da própria sociedade rural brasileira abastada.” (LARA, 2009, p. 17).

Portanto, as famílias mais ricas dessa região continuavam fechadas entre si para manter o patrimônio e conservar os costumes do clã.

Conforme destaca,

De um lado as atividades agrícolas determinavam prestígio, de outro não geravam grande riqueza por si só. Para tanto era fundamental que o fazendeiro diversificasse sua atuação e possuísse a tenacidade do capitalista, atuando como usuário, e a visão de um ativo comerciante de gêneros voltados para o mercado interno. No traiçoeiro circuito econômico rural, castigavam-se os lavradores exclusivamente produtores, que viam os frutos de seus empreendimentos serem absorvidos pelos comerciantes. (LARA, 2009, p.18)

Com as mudanças no capitalismo brasileiro em meados do século XIX percebe-se a passagem das formas tradicionais de riqueza – até então centralizada em cativos, para outras mais modernas, como as aplicações em títulos. Podemos aferir que Lara (2009) faz sua pesquisa a partir de uma normatividade registrada pela história em arquivos e documentos. Ele traz à luz da história narrada figuras verídicas e casos reais baseados em arquivos e documentos de jornais da época, cartórios, arquivos públicos e de família, diários particulares, cúrias metropolitanas e fundações dentre outras da região do Triângulo Mineiro, mas também de São João Del Rei, Oliveira, Santo Antônio do Amparo e de Belo Horizonte.

A luta demarcada no território do SFP por Lara diz respeito à própria transição e permanência dos modos de cultura revisitados com o processo de invasão e instalação de migrantes que se apropriaram do lugar e prosperaram em suas atividades econômicas.

Neste sentido, as narrativas de Lara (2009) e Rosa (2013) dizem respeito aos conflitos e as lutas marcadas, respectivamente contra a hegemonia e a imposição de uma cultura externa, tal que as narrativas refutam, embora inconscientemente se apropriem de dimensões culturais antecedentes à ocupação local.

Esses traços são perceptíveis considerando a ênfase dada pelos autores entre as categorias que formam pares de opostos, interno e externo, dentro e fora que se completam na formação sócio espacial do território ao longo das histórias. Trata-se, portanto, não apenas de explanarmos uma história a partir da posição dos autores em relação às abordagens do SFP, mas das experiências vivenciadas nas histórias pelos memorialistas aqui apresentados e de relacionarmos consequentemente com a Geografia, a partir da história da ocupação do território do Sertão da Farinha Podre.

### 1.3 Triângulo Mineiro: passagem e fronteira no Sertão da Farinha Podre

A maneira como se configura o espaço e a forma como se estruturam o mundo rural pelos autores nas narrativas do SFP evidenciam duas categorias a que propomos refletir do ponto de vista da ciência geográfica. São elas, paisagem e território sob a perspectiva da fronteira. Embora pretendamos nos guiar pela paisagem como categorias nas nossas interpretações, em outros momentos do texto nos referimos ao território por onde se efetivam as relações de poder e de extensão do espaço.

Breve esclarecimento merece ainda as diferentes acepções que o vocábulo recebe de acordo com a língua em que é empregado. Assim, *landschaft* (alemão) e *paysage* (francês), não significam a mesma coisa. A palavra alemã é mais antiga e possui um significado mais complexo que a de língua latina, associada ao renascimento e, em sua origem, as artes plásticas. De acordo com Holzer (1999),

“*Landschaft*” se refere a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de *Land schaffen*”, ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra transmutada em “*Landscape*” chegou a geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*landshape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais. (HOLZER, 1999, p.152)

Podemos completar nos utilizando de Freitas et. al. (1999), que nos diz que *landschaft* não tem correspondente em outras línguas, comportando um conjunto de significados e visões de mundo que fornecem ao conceito uma gama de interpretações e utilizações muito mais amplas que das demais escolas de geografia. Segundo estes autores “a paisagem alemã compreende um complexo natural total, representado, de forma integrada, pela natureza e pela ação humana” (Freitas et. al., 1999, p. 31).

Apesar de amplamente utilizado na linguagem comum de diversos países de histórias políticas e culturais distintas, a paisagem guarda consigo o sentido de estar associada ao olhar. Segundo Santos (2002, p. 61) “É tudo aquilo que a vista alcança (...) formada de volumes, cores, odores, movimentos, sons”.

A paisagem retratada pelos memorialistas contempla a trama do território do SFP a partir de personagens – agentes de ações que estruturam a narrativa. Muitos dos personagens são recorrentes nas duas obras, embora Rosa, ao contrário de Lara, empenhe-se em descrevê-los considerando a consistência psicológica das pessoas e não

a essência dos personagens, como faz Lara. É dessa maneira que Rosa insere uma análise da paisagem no romance que dialoga as próprias emoções com a dos personagens na estruturação da sociedade. Ele considera as lutas, os desejos e a comunicação na trama para colocar em evidência as questões humanas relacionadas à invasão territorial de um mundo rural que viria a se tornar palco dos conflitos ali desenrolados.

No território do SFP, vivido e narrado, figuram muitas das histórias popularmente conhecidas na região até os tempos atuais. Na memória dos autores, ou dos personagens, mais ainda na dos velhos cidadãos, a paisagem se transforma ao longo da vida, mas perpetua em seu sentido original, seguindo a vivência de quem as observa, porém, ela é fronteira e dinâmica em relação às gerações, ou em relação às sociedades. Assim,

Não existe dialética possível das formas enquanto formas. Nem a rigor entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. A contradição é entre sociedade e espaço. (SANTOS, 2002, p.109)

Apenas no final do século XX a ciência geográfica retoma estudos sobre uma análise da metáfora do espaço. Para Santos (2008), preocupado em apresentar um espaço geográfico onde se fizesse a crítica social e a interpretação integrada de aspectos que potencializassem a transformação da sociedade contemporânea, o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas.” (SANTOS, 2008, p.107).

Para Bueno, igualmente, a figuração é a ação de representar qualquer coisa de forma visível. A própria palavra figura é uma metáfora corporal. Ela (...) funciona como um lugar teórico de convergência entre escrita e artes plásticas. (BUENO, 1987, p.21)

Através dos sentidos o corpo acolhe extensão, consistência, profundidade, temperatura, luz e cor das coisas e das paisagens do mundo. O corpo concentra todas as rugosidades da paisagem que o envolve. Todos os sentidos são antenas poderosas nessas memórias e, entre eles, a visão e o tato. O memorialista aplica seu sentido privilegiado sobre as coisas. (BUENO, 1987, p. 83)



Santos (2002) estabelece uma necessidade de distinção epistemológica entre espaço e paisagem. Utiliza-se de Hägerstrand, segundo o qual, "a ação é uma ação na paisagem, sendo a paisagem que dá forma a ação". Santos (2002) discorda da posição do autor sueco, dizendo que onde este escreve paisagem teria escrito espaço. Paisagem e espaço não são sinônimos. "A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima" (2002, p.103). Assim, o conceito diz respeito apenas àquilo que a visão, individualmente, alcança, compreendemos que

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. (SANTOS, 2002, p.103)

Compreende-se, assim, que a (re) produção do espaço, do qual a sociedade é síntese, torna-se possível de ser analisada dos pontos de vista interno e externo. Estes pontos de vista se definem a partir da articulação entre fronteiras territoriais que se expandem e ultrapassam seu domínio. Para De Certau, (1992) Fronteiras não são limites: são espaço entre dois. O que nos remete a ideia de que a *função* do SFP, desde os seus primórdios, seja tal como definiu Brandão (1989) *ser* ponto de interseção do território nacional.

Nos últimos anos, sob variadas inspirações e influenciados por autores como David Harvey, Henry Lefebvre e Edward Soja, para mencionar apenas alguns, vários historiadores sociais têm procurado dialogar com o que muitos chamam de um *spaciaturn* das ciências sociais e têm procurado incorporar a dimensão espacial como um elemento essencial em suas análises sobre o mundo do trabalho.

A teoria da fronteira de Frederick Jackson Turner apresentava aos historiadores a possibilidade de discutir a história dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva interna e não mais como um legado inglês. O "Spatial Turn" (SOJA, 1993) começa a desenhar-se no panorama teórico-literário a partir de meados do século XX. A novidade de Turner que define o conceito de fronteira, foi tratá-la dentro do sentido de encontro entre civilização e barbárie, e não apenas no sentido europeu de limite entre duas culturas, ou dois contingentes culturais. Buarque de Holanda parece ter sido atraído,

exatamente, pela perspectiva de Turner quando da sua primeira estadia nos EUA em 1941.

De forma muito vivaz, Turner considera que, na fronteira, a natureza domina o adventício, fazendo com que o europeu se obrigue a adotar maneiras e utensílios indígenas. Somente em um segundo momento, após a adaptação ao novo ambiente e ao nativo, o colonizador poderia rearticular seu legado anterior, adequando-o então às novas condições de vida. Os valores europeus são, nesse processo, transformados. Por isso, nas palavras de Turner, “a fronteira é a linha de mais rápida e efetiva da americanização. (BUARQUE DE HOLANDA, 1996, p.3-4).

Dada a importância da referência ao historiador americano para nosso argumento, convém citar a passagem:

Porque em nosso continente, não obstante todas as diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas idéias a uma terra nova e livre. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica. (BUARQUE DE HOLANDA, 1978, p.27).

Sob esta afirmação, consideramos que para a análise do espaço do SFP seja adequado nos aproveitarmos da noção de fronteiras para pensar uma geohistória a partir da experiência das culturas. O modo de vida, assim, é representado tanto pela cultura material quanto pelas ideologias políticas que se integram e se distinguem.

Para Harvey (2004), o objeto teórico da ciência ocidental é o progresso. Para ele, o espaço tornou-se um aspecto contingente, ao invés de fundamental, da ação humana. A noção de progresso, segundo ele, cercou-se da redução do espaço a uma categoria contingente.

Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca delas tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de vir a ser, em vez de ser, no espaço e no lugar. Mesmo Foucault (1984, 70), obcecado, como confessou, com metáforas espaciais, imagina, quando pressionado, quando e por que o “espaço foi tratado como morto, o fixo, o não dialético, o imóvel, enquanto” o tempo, pelo contrário era riqueza, fecundidade, vida e dialética. (HARVEY, 2004, p.190-191)

Brandão (2009) contribui para uma articulação precisa entre o entendimento de mundo rural à luz da geografia e da antropologia. Ele afirma que

os sertanejos são seres humanos civilizados, não plenamente socializados. Para ele, o lugar da natureza abriga e confunde com o lugar rural. Confunde-se com o sítio, com a roça, com o lugar dos sítios e fazendas, dos bairros rurais e, no seu extremo, com povoados (...). (BRANDÃO, 2009, p.88)

Este mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais. (SANTOS, 2002, p.305) Assistimos hoje a mudanças de paradigma em que se desenham novas territorialidades, que interrogam as fronteiras entre o real e a ficção, e que se configuram como novas formas de abordagem do espaço geográfico. Por vezes mais centrado sobre o pesquisador, determinando uma percepção do mundo egocentrada, que valoriza o espaço representado através de abordagens multifocalizadas e geocentradas, outras vezes limitando-se ao objeto, condicionando a determinação de cunho positivista que racionaliza o espaço inserindo formas estranhas à realidade social. Assim, o estudo da geografia demanda, contemporaneamente, outros instrumentos operatórios para a compreensão da sua relação com o real, e com a ciência.

No início do século XX, mas também em todo o século XIX, as várias cartografias sociais se posicionam a serviço de um novo desenho das nacionalidades. Se, de fato, o acontecimento da fronteira é fora do centro, ele poderá ser a configuração da desigualdade, não necessariamente apenas social, mas temporal, cultural e ideológica. Sobre esse contexto, Santos (1979) define o que seria a estrutura espacial.

A combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica, etc...; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das estruturas específicas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas essas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações do valor relativo de cada conjunto local de variáveis. Por *local* entendemos *segmentos ou momentos* que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado Nação. (SANTOS, 1979, p. 29)

Bustamante Lourenço (2005), ao debruçar-se sobre uma geografia histórica do Triângulo Mineiro e do Sertão da Farinha Podre, adverte para o fato de que os trabalhos

de Sauer trataram somente das sociedades tradicionais e a geografia lablacheana, de populações camponesas, ou de países onde as células do mundo rural não fossem atingidas pelo progresso ( LOURENÇO, 2005, p.37). Sob esta premissa o autor formula bases das duas versões em sua obra, propondo uma conciliação entre o estudo de tradições proposto para uma Geografia Cultural de Sauer com o estudo de uma geografia regional proposta pela corrente lablacheana. O autor investe na recomendação de três passos propostos por Sauer para a reconstrução de estágios passados de uma determinada área cultural. São eles, o uso de arquivos, o trabalho de campo e o mapeamento. (LOURENÇO, 2005, p.37-40). Dessa maneira, é possível afirmar que Sauer utiliza-se destes aspectos da cultura para propor um trabalho em Geografia sobre o Triângulo Mineiro e seus primórdios e evolução. Tal como Lara (2009), a garimpagem por documentos e jornais da época, arquivos públicos e de família, diários particulares e relatos de viajantes perfaz a metodologia da pesquisa que reconstitui a geografia histórica da região.

Por outro lado, Bustamante Lourenço (2005) propõe uma geohistória do Triângulo Mineiro. Trata-se da compreensão do conceito de *área cultural*, em que domina um modo de vida funcional e coerente, com traços comuns que as delimitem e pelo domínio de um complexo econômico único. (LOURENÇO, 2005, p. 36).

A produção do espaço social segundo os preceitos da geohistória de um lugar, sua forma e conteúdo, tendência e qualidade, revelam a cultura desse lugar, uma maneira de trabalhar e de se relacionar com a Terra. No ato de habitar são notados os modos dos habitantes de um lugar, de uma geografia. Ser Terra é ser concreto. Configura o limite, a base firme, o sentido, o ponto de contemplação do todo, base de plataforma para além da paisagem, rumo ao Todo infinito.

O Todo diz respeito à noção de totalidade, que por sua vez diz respeito à possibilidade de intervenção técnica e a prosperidade desta intervenção nos ditames sociais. Em relação a este espaço total, afirma Santos (2014),

(...) o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está nas coisas tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo. (SANTOS, 2014, p.31)

O sistema mais amplo apontado por Santos é a dinâmica da sociedade que escapa ao sujeito que realiza a historiografia. “A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação, a evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão.” (SANTOS, 1979, p.30) O espaço concreto e o espaço abstrato integram assim, a realidade do estudo do mundo rural que surge como uma possibilidade de apresentar as diferenças entre as compreensões literárias acerca da produção do território do Triângulo Mineiro. Tendo em vista os movimentos migratórios para a região do SFP, cabe falar das diferentes perspectivas que insurgem sobre a formação deste território, suas racionalidades e suas especificidades que constituem partes de uma realidade social. Tal realidade, como veremos adiante, é produto interno e externo dos limites regionais, posto que é parte de um espaço total.

O movimento dos geralistas surge deste contexto migratório que se iniciou em 1760, com a repulsão de áreas mineradoras em Minas Gerais para regiões vizinhas à capitania e, mais tarde, às províncias. Esse movimento levou um grande número populacional de roceiros a buscarem terras de cultivo e pastagens promovendo o primeiro conflito nas terras do Triângulo Mineiro contra os índios. (LOURENÇO, 2005, p.153)

Para Bustamante Lourenço (2010) as grandes demandas impostas por arraiás e vilas do ouro, pressionavam pelo encurtamento do pousio e a super utilização do solo, mantendo-se, contudo, as técnicas rústicas do sistema itinerante. (LOURENÇO, 2010, p. 101). Naquele momento, na Europa, esta técnica agropastoril era intensamente discutida e subjugada, conforme assegura a literatura sobre o tema.

Fernand Braudel e outros historiadores europeus criticam a historiografia tradicional do mundo rural da Europa. É o caso, por exemplo, de Jacques Mulli. (...) Tais técnicos de então, consideravam a pecuária como atraso (o gado era visto como mal necessário), a agricultura com pousio, como “bárbara” e pouco produtiva e a agricultura sem pousio como moderna científica e produtiva. (MENEZES, 2000, p.74)

O mundo rural socialmente produzido do Sertão da Farinha Podre confere uma singularidade de entendimento entre os estudiosos na definição de um território específico e estrategicamente localizado na colônia portuguesa. Assim, não era objetivo da administração colonial o povoamento efetivo dessas terras (IBGE, 2016, p.92), uma

vez que a região era compreendida como importante região de passagem e de intersecção do território.

Sertões de Passagem, porque esta foi uma característica relativamente duradoura de sua existência. (...) inseriu no contexto da economia colonial ao ser atravessado pelo Caminho do Anhanguera, para viabilizar os deslocamentos de bandeirantes entre São Paulo e Goiás. (IBGE, 2016, p.12)

Desde o princípio de sua ocupação, em meados do século XVIII até as configurações mais recentes, as noções de progresso associadas à inserção técnica e tecnológica, conferem uma perspectiva de ruralidade com base no capital e em suas relações de poder. Lara (2009, p.243), considera que a partir de 1830, e como resultado da transferência da família Real para o Brasil, relógios de ouro e prata tornavam-se habituais nos pulsos da elite araxaense.

Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando têm êxito a vontade de subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc...) cede lugar em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento. (SANTOS, 2002, p. 305)

Por outro lado, a técnica necessária para a garantia de um adequado uso e aproveitamento dos recursos naturais locais no mundo rural perpassa por caminhos tradicionais de resistência próprios da cultura desse território, representados pelo modo de vida narrado pelo próprio patriarcado e pela aristocracia do início do século XX, que se colocam distantes dos modos de vida indígena, quilombola e mesmo de pequenos trabalhadores rurais. Estas três resistências políticas se afirmam também enquanto culturas tradicionais que contrariam a lógica imposta pelos setores institucionais da Igreja, do Império e da República no Brasil, a partir da maneira como estabelecem sua vivência com a terra.

Os acidentes geográficos projetados no antigo mapa cultural traçado pela colonialidade começam a perder os rígidos contornos, a embaralhar-se por esse confronto do conhecimento/desconhecimento que não se restringe somente ao aspecto lingüístico. (...) O resultado de tal embate é a confusão dos até então intransponíveis limites e inquestionáveis escalas. A fronteira, antes rígida, se faz poroso ponto de passagem. (PADILHA, 2004, p.69)

Ao considerar o espaço como mediador de intertrocas que se constituem através de fronteiras, destacamos uma passagem de Santos (2002) sobre a relação entre o espaço e a estrutura.

pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras. Consideramos que o valor do homem, assim como o do Capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço. (SANTOS, 2002, p. 82)

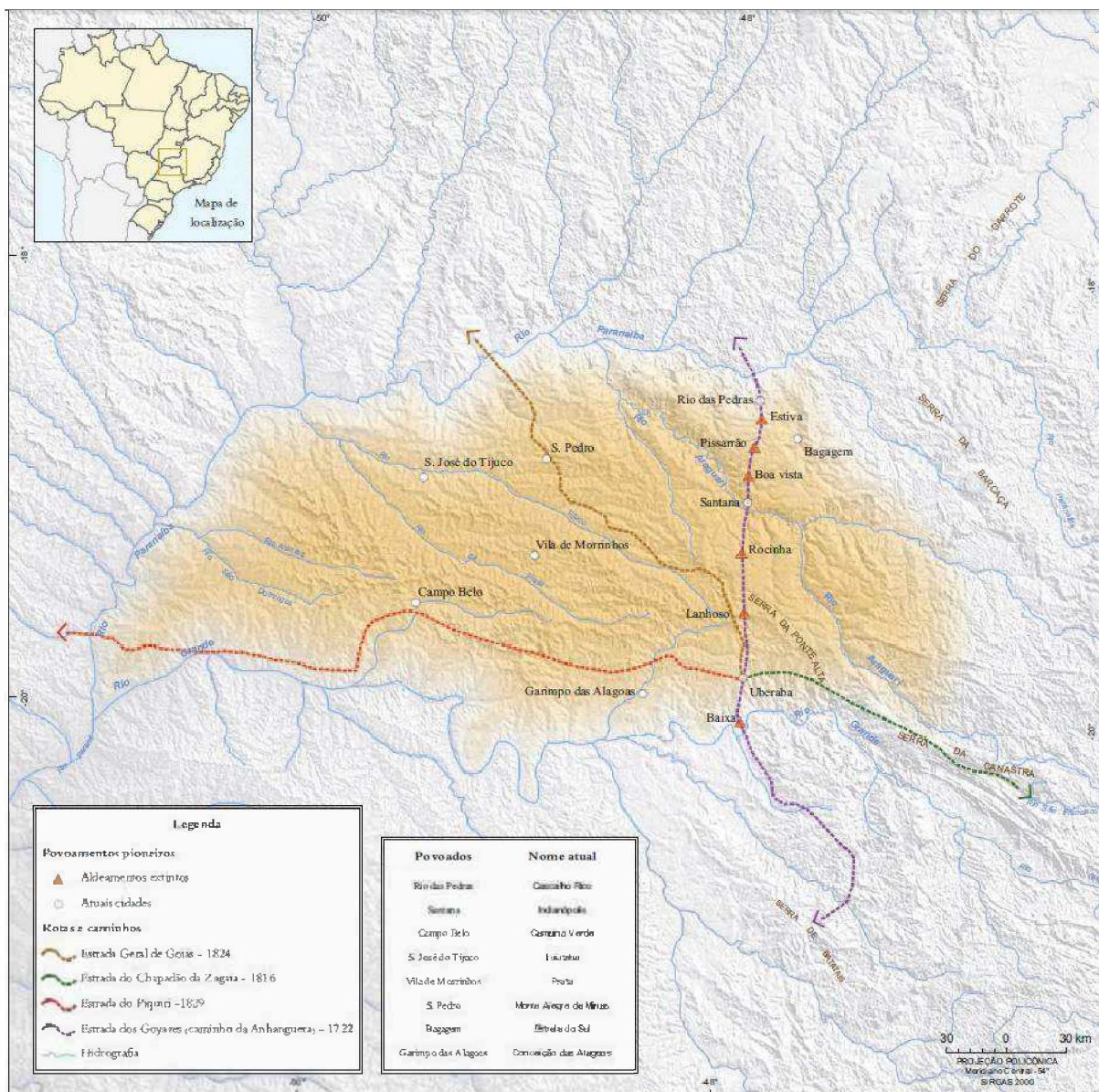
A relatividade sobre a “localização do espaço” que determina o valor do homem em seu contexto social está presente, também, no argumento de Buarque de Holanda (1975), que compara a aceitação e a negação de apropriação das técnicas através das formações culturais.

A aceitação de um elemento importado não correspondeu, entre eles (índios) uma indiscriminada aceitação das formas adventícias tradicionais de aproveitamento desse elemento. Ao passo que o europeu transigiu, em tudo, com os processos indígenas, sem se dar sequer ao cuidado de aperfeiçoá-los. (BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p. 202)

O caminho do Anhanguera compartilha o nome com a estrada construída no final do século XIX, cujo trajeto fora iniciado por Bartolomeu Bueno da Silva, e que levava os bandeirantes paulistas às minas de Goiás. Paulista pioneiro do caminho, dos 38 cavalos que levou à Goiás em 1722, apenas cinco puderam resistir à aspereza da jornada.

Quando o fluxo migratório de São Paulo para Goiás aumentou, as restrições e a cobrança pelo tráfego foram impostas e uma fiscalização rigorosa foi feita no local. Visando controlar a entrada nas minas goianas, a administração colonial, já em 1730, estabeleceria o Caminho do Anhanguera como a única via entre São Paulo e Goiás, com severas penas aos que usassem desvios (LOURENÇO, 2005, p. 52). Na figura 1 é possível identificar as principais rotas que mais tarde se tornariam vias de acesso de grande importância para a integração interna e externa da região.

Figura 1- Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro (Séc XVIII - XIX)



Fonte : IBGE - Atlas das representações literárias de regiões brasileiras.<sup>6</sup>

Pode-se dizer que esta região tem sua ocupação colonial ligada ao deslocamento, mais que propriamente à fixação. Esta viria bem mais tarde, até porque a forte presença indígena representava grande dificuldade para o povoamento eurodescendente. (IBGE, 2016, p.88)

<sup>6</sup>Fonte: IBGE - Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. Disponível in <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/atlas/tematicos/atlas\\_representacoes\\_literarias/vol\\_2\\_sertoos\\_brasileiros.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/atlas/tematicos/atlas_representacoes_literarias/vol_2_sertoos_brasileiros.pdf)> . Acesso em 12/01/2017.



Foram organizadas correntes migratórias rumo ao SFP do norte ao sul do país em busca de terra; mas também com o objetivo de livrarem-se dos impostos, onde se pudesse reconstruir uma vida à margem das instituições e dos rigores provincianos.

Para Milton Santos, o espaço é a sociedade. O autor compreende que: “O mundo é um só. Visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para um conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos.” (SANTOS, 2002, p. 20). Em concordância com esta afirmação está Brandão (2013), para quem “integram-se em prismas, o estudo do espaço nas obras de Barthes, Lefébvre e Foucault. “Para Henri Lefebvre, o espaço é concebido como produção social; para Roland Barthes, como um sistema de linguagem; para Michel Foucault, segundo a diferença aos espaços instituídos.” (BRANDÃO, 2013, p. 78). Os autores analisados por Brandão são também referenciados Santos (2002) na obra *A Natureza do Espaço*, e por Edward Soja (1989) na obra *Geografias Pós Modernas*. A reafirmação do espaço na teoria social crítica (1989).

Entre esses autores, uma resignificação do mundo rural em um diálogo entre o espaço e a técnica se revela marcando diferentes estruturas espaciais no texto de Foucault. Atento às implicações que lhe são contemporâneas sobre o estudo do espaço, Foucault refuta o estruturalismo ao atentar para o fato de que “o estruturalismo não implica em uma negação do tempo; implica em uma certa maneira de lidar com aquilo que chamamos de tempo e com o que chamamos de história.” (FOUCAULT, 2001, p.412). Interessa aos seus estudos a multiplicidade de estruturas que constituem uma realidade do espaço.

Desta premissa, observa-se que “essa “configuração” sincrônica é a espacialização das histórias, as feitura das histórias entremeadas com a produção social do espaço, a estruturação de uma geografia histórica.” (SOJA, 1993, p, 26). Neste caso, Soja, tal como Lefébvre e Foucault, estabelecem uma crítica incisiva sobre o historicismo. “O historicismo bloqueia da visão tanto a objetividade material do espaço, como uma força estruturadora da sociedade, quanto a subjetividade ideativa do espaço, como parte progressivamente ativa da consciência coletiva.” (SOJA, 1993, p.159) Ao explicar sobre a problemática espacial que surgia com o historicismo, Soja torna evidente o descompromisso teórico da corrente com a crítica social marxista ocidental na realização de uma reflexão sobre a interação entre a ação humana e a estrutura social. “A espacialidade, como práxis da criação da geografia humana, ainda tende a ser

impelida para uma obscuridade epifenomenal, como contingente espetacular da história.” (SOJA, 1993, p.159)

Todas estas perspectivas que se colocam na discussão sobre a teoria do espaço e a sua estruturação colocam em questão os limites e as possibilidades de referências a que o espaço é sujeito no tempo. Assim, as perspectivas dos autores em relação a este espaço está dentro do espaço vivido em Rosa, por ser nativo de Araxá, e fora em Lara, por ser original do sul de Minas. Outra característica perceptível é o fato da estruturação do espaço ser feita a partir da análise e da consulta aos arquivos e documentos na obra de Lara. Isto coloca em relevo a prática que se propõe as pesquisas na ciência moderna. Em que pese a forma romântica de Rosa em relação ao lugar percebido trazer “verdades” através da ludicidade e do compromisso em repassar estórias do lugar.

Para Soja (1993), surge deste debate a *Geografia Humana Crítica Pós Moderna*, atenta à ausência de análises da geografia nos principais debates teóricos do século XX, da qual a proximidade da história com a geografia teriam feito extraordinária diferença. (SOJA, 1993, p.55)

A proposta de estabelecer uma análise de um mundo rural das narrativas considera, então, a linguagem da narrativa, como visto no item 1.1, quando apontamos as diferenças de gênero literário da obra e as diferenças entre os autores para a abordagem do tema. Os tipos de significação dos elementos que constituem a invasão e a posterior ocupação do SFP, possibilitam refletir sobre as funções promovidas pelos processos migratórios dentro de um contexto econômico territorial.

Os personagens das histórias são objetos de um estatuto estrutural dos autores. A maneira de lidar com os grupos humanos e com os sujeitos da história revela uma particularidade política inerente aos autores, sendo Ernesto Rosa professor, habitante e cidadão de Araxá; e Mário Lara jornalista, fazendeiro e cafeicultor. Como são abordados os tropeiros e bandeirantes, ou os infratores, indígenas e quilombolas, são características estruturais aproveitadas para a composição da obra e a interpretação da origem e dinâmica da produção social do espaço.

A narração, por meio da comunicação e da situação da narrativa, permite compreender o sistema que expande e distorce as relações de intertrocas entre as ações que contribuíram não apenas para uma geohistória, mas também para diferentes geografias literárias do Sertão da Farinha Podre.

#### 1.4 Resíduos de uma época: Caiapós e Quilombos enquanto elementos de resistência e extinção das tradições

Toda prática poderia ser descrita como uma tentativa de transformar a unidade da experiência em unidade de uma estrutura, mas esta tentativa implica sempre em resíduo. (BUENO, 1982, p. 89.) Se a experiência individual sobre um meio é um processo único, o contato com as distintas experiências sobre este meio é uma experiência coletiva, que a história social se fará com base em uma estrutura única, que versará para a integração ou a fragmentação social. Assim, chamaremos de resíduos certos grupos que realizavam práticas rurais necessárias à formação do sentido do meio, mas que não foram devidamente compreendidos no pensamento social recente sobre o tema, tão pouco no que concerne ao SFP. Portanto, cabe enfatizar alguns aspectos em relação à abordagem feita sobre os índios e quilombolas no sertão 4 também da própria imagem de sertão e do entendimento sobre o mundo rural.

O estruturalismo de Lévi-Strauss, fundamentado em uma antropologia cultural desenvolvida na Europa, tornou-se referência obrigatória na filosofia, na psicologia e na sociologia durante muitas décadas no Brasil. Questões como, “O que é homem?” e “O que é a cultura?”, movimentou a configuração dos novos Estados Nacionais através da ciência, consolidando uma nova forma político administrativa sobre a égide dos aparelhos de Estados Nacionais. Para Lévi Strauss,

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos esses sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda das relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (LÉVI-STRAUSS, 1950, p. 9)

Esse paradigma da nova historiografia foi de certa maneira antecipado por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (2002). Retrocedendo mais, até o Romantismo, temos os teóricos alemães da paisagem, que substituíram a contemplação pitoresca dos *Tableaux de La Nature* (Quadros da Natureza) por uma interpretação de cunho político: a *Landschaft* tornando-se uma forma de afirmação da identidade, do *Land* - a Terra, o País, o Estado em seus poderes políticos e administrativos. No sertão do oeste das Minas, Buarque de Holanda (1985) aponta que o princípio da formação social no sertão

fundamentou-se em uma estrutura oposta à de Lévi-Strauss, potencializando as relações de intertrocas entre os habitantes e os estrangeiros que chegavam ao local promovendo uma reflexão integrada do contato entre os sujeitos.

Práticas indígenas, que tinham todos os requisitos para alarmar ou escandalizar os europeus, encontraram, por outro lado, acolhida inesperadamente favorável. Não faltam, finalmente, aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições européias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. (BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p. 78).

Nesse contexto situam-se os viajantes naturalistas, como Alexander Von Humboldt e Auguste de Saint-Hilaire, cuja descrição da região central e norte do Brasil, com a incorporação da nomenclatura dos habitantes, transformou o sertão e a floresta em personagens da literatura e da historiografia. Para o professor Antônio Cândido, sociólogo e literato, assim como para Guimarães Rosa, o sertão é o *mundo*.

O Sertão é o mundo porque dentro daquele quadro rigoroso, documentado do sertão mineiro, aquilo serviu de palco para ele desenvolver um drama que ocorre em qualquer lugar do mundo. Ocorre em Dostoiévski, ocorre em Proust, ocorre em Stendhal, ocorre em Joyce; que são os problemas do homem. Quem sou eu? Quem é você? Deus existe? Deus não existe? O que é o bem? O que é o mal? O culpado é ele, ou sou eu? É isso que é a base dos problemas do homem, e isso que está em *Grande sertão: veredas*. Isso transcende muito o sertão. Por isso, eu digo que o sertão é o mundo. (Cândido, 2016)<sup>7</sup>

O contraste entre os autores está intimamente relacionado à maneira como anunciam a posição do *Homem* em relação à *Terra*. Neste sentido, Guimarães Rosa e Buarque de Holanda, contrapõem a obra de Euclides da Cunha, ao oferecer uma narrativa que consiste em enalteceras terras férteis de Minas Gerais, a criatividade humana, e cujo palco é um sertão de águas, marcado pela paisagem dos rios e de seus afluentes, ou seja, marcado pelas potencialidades.

Comentando esse tipo de literatura e seus conflitos, Ettore Finazzi-Agrò observa que,

---

<sup>7</sup>Entrevista de Antônio Cândido, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nn9YMb6S7VQ>>. Acesso em 10/11/2016.

A escolha de espelhar, por outro lado, o Brasil no sertão e de apresentar, pelo outro, o sertão como metonímia do Mundo – isto é, de incluir o País nos confins da Região e de dilatar a dimensão regional até a com-fundir num espaço-tempo universal – acaba por delinear uma ideologia peculiar, ou melhor, uma “possibilidade de convívio político” em que se combinam, misturam-se sem nunca se resolver ou se dissolver uma na outra, duas diversas (e até opostas) imagens/idéias da Nação: uma ligada, mais uma vez, à visão histórica de um Brasil-arquipélago, composto por junção de diferentes tradições ou de realidades distintas (raciais, étnicas, rurais, geográficas...); a outra, considerando-se o País na sua totalidade ideal e, ao mesmo tempo, característica, que o coloca, como (id)entidade única e incontrovertível como espaço-tempo continental, no contexto histórico e sociopolítico global. (FINAZZI-AGRO, 2001, p.105-106)

A citação, ainda que inspirada pela obra de Guimarães Rosa, condiz com o argumento apresentado anteriormente. No caso de *Caminhos e Fronteiras*, o tema parece incluído na linhagem que associa a modernidade os territórios apartados da contemporaneidade. Se há uma permanência da temática, parece haver também uma inflexão. Enquanto que em *Raízes do Brasil* o foco era a questão temporal, em *Caminhos e Fronteiras* a questão é espacial, e traduz-se na noção de fronteira e movimento.

*Caminhos e Fronteiras* poderia ser visto também como uma espécie de coleção de eventos pretéritos, ou melhor, como um conjunto de “restos”, de “cacos” de uma história integral e inatingível na sua plenitude, da qual eles guardam todavia uma parcela, um reflexo embaçado: apenas no seu combinar-se, dentro do espaço precário e nostálgico do livro, essas ruínas de um passado perfeito conseguem reencontrar sua razão de ser, a sua necessidade e a sua evidência, embora longe de qualquer ilusão de continuidade ou de coerência, fora de qualquer organicismo consequencial e causalista. (FINAZZI-AGRO, 2005, p. 156)

É nesse sentido que a estrutura de *Caminhos e Fronteiras* parece se mover em direção nenhuma. Não haveria um sentido? Também os homens não se movem em direção progressiva e, mesmo as transformações, típicas de uma cultura de fronteira, não levam necessariamente a uma situação melhor. O que fica, ao fim, é uma paisagem absurdamente impressionista, que, vista à curta distância, torna-se mero emaranhado de traços. O traço, a linha, a cor e seu manuseio precisam ser de grande riqueza estética. Para o geógrafo Max Sorre (1948) “a técnica estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da sociedade humana.” (SORRE, 2002, p.49.)

Em *Os sertões* (2002) há o embate desigual e infrutífero de armas de última geração com armas rudimentares, numa luta da civilização contra a barbárie; o diálogo

entre as partes é impraticável. Em *Vidas secas*, o maior inimigo do homem é o clima. As armas são impotentes contra a seca, e, por conseguinte, contra a fome e contra a sede; não há como dialogar com um inimigo tão poderoso. Em *Grande sertão: veredas*, o Bem e o Mal são equipotentes. Há diversas batalhas entre bandos inimigos com arma de fogo e armas brancas; o diálogo entre os contendores é possível.

A literatura local e contemporânea que analisamos para investigar a questão indígena dos Caiapós se divide entre os que atribuem a esta etnia a maneira violenta de ser e de se manifestar, e outra, que considera os estudos de Levi Strauss (RIBEIRO, 2005), colocando a etnia em situação superior em relação aos sertanistas e bandeirantes.

Entretanto, ao contrário do que foi narrado por padres da época, Padre Luís da Silva e Souza e Padre Antônio Raposo, ou pelo Governador de Goiás, João Manoel de Melo e muitos expedicionários da época, os Caiapós sofreram etnocídio, sendo deslocados de seu território.

Em um primeiro momento, os enfrentamentos entre mineradores e indígenas tinham como objetivo apenas empurrar os caiapós para o interior, longe das minas. A partir do declínio da mineração, contudo, houve um crescimento das atividades agrícolas e os novos colonos começaram a investir contra eles com o intuito de expulsá-los definitivamente das terras para ocupá-la com agricultura de subsistência e rebanhos de gado, especialmente no SFP e sudoeste de Goiás. (LARA, 2009, p.183)

As narrativas sobre os Caiapós, baseadas em teorias da ciência moderna e condicionadas pelo racionalismo que redimensionava as noções de tempo, são analisadas com base em estudos coloniais que interpretam que esta etnia foi composta por um povo bárbaro e violento, quando este comportamento poderia ser justificado com base em uma reação ao interesse bandeirante de invadir as terras por eles habitadas. Esta exploração era tanto para exploração mineral, quanto para a tentativa de escravização e apropriação de terras.

As narrativas de Rosa (2013) e Lara (2009) estão impregnadas por esta visão que compartilha a ideia de que seriam os Caiapós os verdadeiros “vilões” do SFP, mesmo com os autores conscientes das razões que motivaram tal violência. Ao tratar do desenvolvimento da Vila de Desemboque e do início da ocupação da região, assinala Rosa (2013), que

A vila está crescendo muito depressa. (Vila de Desemboque) [...] Primeiro foi preciso acabar com os índios Caiapós. Aí vieram os garimpeiros e começou o movimento. [...] Os caiapós são muito

bravos! – Sem dúvidas! A primeira Vila de garimpeiros, ali mesmo, perto de Desemboque, se chamava Taboleiro e foi dizimada pelos Caiapós. [...] Mataram e queimaram tudo, lá pelos idos de 1740. Não sobrou nada. Apenas cinzas. [...] – Dizem que os caiapós comem carne de gente! – Comem carne humana e qualquer outra, sem cerimônia, nem ritual. (ROSA, 2013, p.21)

É possível perceber que o interesse dos autores em explicar uma condição de ocupação e de um processo posterior à invasão, é proposto através da delimitação do contexto histórico que apresenta as narrativas sob esse ponto de vista de resistência, reproduzindo um discurso semelhante ao de Lévi Strauss, legado pela Escola dos Annales<sup>8</sup>, onde Pierre Monbeig<sup>9</sup> desenvolveu a corrente da geografia francesa no Brasil, legando o pensamento de Delgado de Carvalho, “que passaria a ter grande influência no Conselho Nacional de Geografia do IBGE nas décadas de 40 e 50”. (ANDRADE, 2002, p.18). Assim, “toda essa região entre o rio Grande e o Paranaíba era dominada pelos Caiapós, que não eram dóceis. A história do início do Sertão da Farinha Podre é o início da luta contra os caiapós”. (LARA, 2009, p.181). Para Lara, “Além de criarem entraves, principalmente ao tráfego pelo Caminho do Anhanguera, opunham sérios embargos à exploração das recém descobertas minas de ouro de Goiás.” que localizavam-se dentro de seus domínios, espalhando pânico entre os escravos, colonos e mineradores.

É possível identificar que muito da visão de naturalistas, como Saint Hilaire, ainda se difunde na contemporaneidade. Atribuem aos Caiapós, exterminados desde o século XVI, a condição de violentos e perigosos. O contrário da lógica de dominação seria a leitura e o entendimento de defesa da qual se reveste esta etnia, uma vez que teve seu território diminuído pela efetiva escravização e exploração mineral que os retirava, ou os desterritorializavam de seu habitat.

Resende e Vilatta (2007) fazem a seguinte afirmação:

A região que atualmente corresponde ao Estado de Goiás, cedo foi palco de incursões escravistas. Um levantamento indica a seguinte lista de líderes em guerras contra os Kaiapós “goianos”: Belchior Dias Carneiro (1607), Antonio Pedroso Alvarenga (1618), Francisco Lopes

---

<sup>8</sup>A chamada escola dos Annales é um movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História; há que referir que o seu nascimento é também um reflexo da conjuntura: em 1929, ano da Grande Crise econômica que assolou os Estados Unidos, bem como a Europa: Alemanha e França, em maior escala: os Annales visaram ser como um retrato do espectro de 29, uma época de mutações, que iria ser como que a catapulta essencial para um novo tipo de história econômica e social.

<sup>9</sup> Pierre Monbeig elaborou sua tese e livros, que seria publicada sob o título de *Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo* (1984).

Buenavides (1665), Luis castanho de Almeida (1671), Bartolomeu Bueno (1673), Sebastião Pais de Barros (1675). Uma das conseqüências dessa pressão foi o deslocamento intenso da referida etnia para o atual estado de Minas Gerais. Não só o Triângulo Mineiro foi ocupado, como também algumas áreas compreendidas entre a nascente do Rio São Francisco e o sul da Bahia. A esse povoamento é atribuída a principal origem do extermínio dos acima mencionados Araxá. (RESENDE, M. E. L.; VILLATA, L. C., 2007, p.94)

Por estas condições os Caiapós se refugiaram para o sul.

Possivelmente foi o naturalista francês, Saint Hilaire quem mais contribuiu para divulgar o fato de que a violência dos Caiapós representou uma reação contra os índios as mais terríveis crueldades, e estes se vingaram muitas vezes por represálias não menos terríveis. (RESENDE, M. E. L.; VILLATA, L. C. , 2007, p.95)

Considerando este aspecto, “A câmara de SP relatava a D João V, em 1744, novos ataques dos Kayapó, com a destruição de fazendas entre os rios Uberaba e das Velhas e a morte de vários escravos, resultando na fuga de diversos moradores. (RIBEIRO, 2005, p. 118)

Outra divergência expressa na literatura aponta para as condições agrícolas da nação Caiapó. O autor lembra que se baseia no depoimento do sertanista Manuel de Barros ao definir a tribo como nômade, sem plantas, nem lavouras. Enquanto Pires de Campos reporta a eles a partir de “aldeias estáveis”, onde se produzia alimentos e cuja agricultura era uma atividade forte. Portanto, a batata doce é destaque e as frutas do cerrado eram importantes porque completavam a nutrição. (RIBEIRO, 2005, p.125) Ele trabalha com a hipótese de que de que os Caiapós “acabaram sofrendo progressiva degradação de suas condições de vida, incluindo, sem dúvida, efeitos regressivos de sua natureza sócio cultural. O que significa que a extinção do povo Caiapó não esteve relacionada à sua condição de habitante das savanas, mas aos impactos no período de guerra.

Se a agricultura foi assim, importante na constituição da sociedade dos Kayapó, certamente, as dificuldades para a sua implementação, devida às perseguições e saques como o relatado anteriormente pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga, devem ter contribuído para desestruturar não só esta atividade, mas a própria organização social deste povo indígena. (RIBEIRO, 2005, p.125)

E, sob esta perspectiva, considera também que

as mudanças de habitat podem tanto fomentar a introdução do cultivo como também causar o abandono desta atividade.” Se por um lado, os Caiapós escravizados não mantinham suas produções agrícolas em função da necessidade constante de deslocamento que se dava pelo conflito territorial, por outro lado, quando escravizados, “eram



submetidos aos trabalhos nas roças comuns, cuja produção é distribuída pelo cabo comandante entre as famílias indígenas e o excedente era vendido à cidade ou aos pedestres, que são obrigados a custear o seu próprio sustento. [...] Nesta atividade trabalhavam cinco dias por semana e, nos restantes, se dedicavam a pequenas plantações particulares de inhame e de batatas e à caça e pesca [...] e se constituía a fonte principal de sua alimentação. (RIBEIRO, 2005, p. 128)

Os Caiapós que resistiram à escravidão promovida pelos colonizadores, ou aqueles pertencentes a uma pequena parcela que não oferecia tal resistência, conferiram duas importantes funções: o reconhecimento do território a partir de suas condições naturais de aproveitamento, sobretudo agrícola; e o povoamento que garantia o território à metrópole portuguesa.

Com a sujeição dos últimos caiapós no Sertão da Farinha Podre, a vasta área, composta de planuras ou chapadas recobertas pelo cerrado e pelas pastagens naturais – campos ideais para a criação de gado – ficaria enfim livre para a colonização. (...) naquele sertão se encontrava talvez o mais fértil terreno da América. (LARA, 2009, p. 202)

Uma das principais estratégias utilizadas era aproveitar os índios capturados para promover uma ofensiva contra outra nação indígena, mais violenta. Assim, muitos índios araxás e bororós foram levados para a região servindo como “escudo” para as tropas invasoras. Rosa (2013) narra o diálogo entre o índio Custódio e os sertanistas do pouso de Araxá que remete a esta passagem.

- Puxa vida! Isso mesmo, não tem índio passando fome...  
 - Só quando chega branco e bagunça tudo.  
 - Ainda tem taba caiapó?  
 - Acabou tudo. Tem muito, muito longe. (...)  
 - É verdade que os caiapós lutaram para ficar com suas terras?  
 - Lutou muito. Mas branco tem espingarda e cavalo.  
 - Os caiapós mataram os índios araxás?  
 - Ouvi falar. Branco trouxe índio Araxá para tomar terra caiapó.  
 - Mas esse pouso passou a se chamar pouso de Araxá, por causa dessa pequena tribo de índios araxás que existia lá embaixo, na beirada do rio Grande, perto de Desemboque.  
 Mas nunca teve índio Araxá por aqui!  
 - Nunca! Só Caiapó!  
 (ROSA, 2013, p.112)

A busca pelas águas salitrosas e o cultivo de gêneros como o milho e a mandioca, o tabaco e o algodão permitiam uma autonomia quanto à subsistência e uma

interdependência do mercado regional que se organizava. Buarque de Holanda (1975) nos lembra que a intimidade entre brancos e índios gerou um vocabulário técnico específico relacionado à vida rural. Assim, a língua portuguesa que se expandia no território brasileiro a partir das áreas paulistas do séc XVIII não encontrava equivalente para nominar os objetos e as ações da atividade. Por esta razão, “os termos que designam armadilhas para caça no interior sertanista desta época são de ascendência indígena.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p.184)

Nesse momento, há uma transição do índio para o trabalho negreiro vindo da África. Enquanto São Paulo e Goiás lutavam contra os índios Caiapós, muitos escravos das capitanias de Minas se rebelavam indo formar os quilombos no SFP. Com o crescimento demográfico e a expansão econômica da região, o índio não interessava mais como força de trabalho, nem como povoador. (LARA, 2012, p.159). Toda a região entre os rios Grande e Paranaíba era habitada por índios Caiapós desde não se sabe há quanto tempo. Depois começaram a surgir alguns quilombos. (ROSA, 2013, p. 81). Entre eles, os mais conhecidos do TengoTengo e do Ambrósio. Nesse complexo conjunto de aldeias confederadas de quilombos, viviam e conviviam os quilombolas (negros escravos fugidos), indígenas de várias etnias, brancos pobres, garimpeiros, comerciantes falidos, perseguidos de todos os tipos, formando uma população heterogênea e fixa de vários milhares de homens, mulheres, crianças, idosos. Faziam comércio com os tropeiros, garimpavam e trocavam o ouro e pedras por armas e munições, sal, tecidos, charque e tudo o mais que precisassem, vivendo de forma autônoma por meio de agricultura de subsistência, com o eventual excedente sendo também objeto de troca.

Com isso, o trabalho nas lavouras e a atividade agrícola em geral já não beneficiavam a Coroa Portuguesa com o pagamento do quinto, ou com o propósito de povoamento que assegurasse as terras à Coroa. Uma vez que o Brasil se tornava independente, as atividades econômicas visavam os lucros internos dos latifundiários. Portanto, o trabalho passou a ter um interesse interno ao território; e as disputas territoriais, bem como os lucros pela venda de escravo, tornavam-se indispensáveis mecanismos de desenvolvimento regional.

Na produção de hábitos alimentares, índios e africanos foram variáveis importantes na configuração de uma sociedade colonial. O intercâmbio dessas culturas marcou, na verdade, os continentes americanos, europeu e africano. É o que exemplifica

a introdução dos cultivos de milho, mandioca, amendoim, batata doce, fumo e pimenta na África Central por volta dos séculos XVI e XVII, levados do continente americano.

A inserção de escravos no oeste das Minas ocorreu de maneira lenta e gradativa, acompanhada das rebeliões e da organização de quilombos na região. Até que a Lei Áurea consumasse a “liberdade” dos negros africanos no território brasileiro, os escravos eram submetidos ao trabalho exigido pelo senhor das terras. Ao desbravar o oeste das minas e dar início a invasão desta região, os sertanistas exploravam a região a procura de comercializar este trabalho e oferecer condições de fixação no território.

Também chamados de Capitães do Mato, os quilombolas eram perseguidos e severamente punidos quando capturados.

Os assaltos a esses quilombos teriam sido tão violentos que, conforme a lenda criada em torno da campanha, ao retornar ao São João Del Rey, (...) o sertanista retornava com 3900 orelhas de negros (...) foram aprisionadas crianças com até 12 anos de idade, nascidas no reduto de escravos. (LARA , 2009, p. 139)

A relação de trabalho que se colocava na região era de trabalho escravo. Oprimidos pelos fazendeiros e colonizadores, índios e negros trazidos da África eram vendidos ou trocados como mercadoria entre vilas e regiões no país, sendo o seu valor atribuído considerando a força física no emprego da mão de obra, ou seja, da exploração da força de trabalho.

Em princípio é possível fazer uma análise particular de cada um dos romances analisados neste trabalho e apontar traços comuns entre as narrativas que se identificam com resultados deste trabalho.

“O Sertão da Farinha Podre é a história da luta contra os caiapós.” (ROSA, 2013, p. 22). Todas as narrativas que remetem às trocas de práticas cotidianas estão inseridas neste contexto. O autor explora tanto o domínio das terras, quanto dos indígenas e as relações de trocas que se organizam a partir dos primeiros encontros. Dentre estas práticas são consideradas também modos de vida indígenas, de relacionamento com os elementos da natureza local. As técnicas e os trabalhos de indígenas e de tropeiros são variadas e muitas vezes antagônicas em relação ao juízo de funcionalidade. Isto possibilita uma variedade de trocas de valores e de sujeições que se torna recorrente e dialogada. Os modos rústicos das primeiras fazendas são evidenciados e orientados para a economia local, ainda que sejam aspectos intensamente preocupantes em relação aos tributos que se faziam cada vez mais presentes na comercialização local.

Nas fazendas eram produzidos lã e algodão, que eram carcados, fiados na roca, tecidos no tear e costurados para fazer as roupas. Ali era produzido o necessário para a alimentação, além do canteiro de plantas para chás medicinais. Com cinzas era feito o sabão de bola. Para tudo isso haviam monjolos, moinhos, tachos, ralos, fogões à lenha, queijeira, teares, vasilhas e ferramentas variadas. (ROSA, 2013, p.84)

Com a intensificação do comércio, da ocupação e domínio das terras em busca de novas fronteiras, o SFP recebe uma nova configuração política e territorial: O Brasil, de Império, torna-se República. Novas fronteiras e processos políticos administrativos são consolidados como resultado da articulação política iminente, mas sobretudo, como resultado das pretensões econômicas relacionadas ao projeto ideológico que se figura na sociedade que, então, surgia naquelas terras.

Os conflitos e as resistências do mundo rural são apontadas pelos autores das obras através da relação entre a sociedade e a natureza, no processo de produção realizado a partir da técnica e do trabalho conforme será visto no próximo item.

### **1.5 Conflitos e resistências no mundo rural**

Se em um primeiro momento da história do SFP, afirmamos que as invasões submeteram as tradições locais aos “novos modos” de ocupação e aproveitamento da terra, é possível dizer também que num segundo momento a necessidade dos saberes tradicionais destes povos conferia maior estabilidade e domínio sobre o ambiente. Essa situação coloca o pretense patriarcado na dependência destes povos para melhor conhecer e se adaptar à região, de maneira que a ocupação fosse promissora econômica e politicamente.

Os aspectos naturais do lugar eram conhecidos pelos índios e quilombolas. Assim, a produção deste espaço, como foi dito anteriormente, convergiu por diferentes processos migratórios, sob distintas motivações que intercambiaram modos de pensar e de produzir na região. Entretanto, era também, apenas por intermédio destes povos tradicionais e dos saberes a eles pertencentes que a ocupação prosperava com segurança para sobrevivência e a necessária subsistência naquele sertão.

Rosa (2013) e Lara (2009) tratam deste tema em diferentes momentos da narrativa, apresentando encontros inter pessoais e inter-regionais que ao mesmo tempo

que refutam os novos e diferentes modos de vidas, permitem a tomada de consciência da existência desta diferença, afirmando sua apropriação ou rejeição, segundo o juízo de valor empregado na ação que media determinada troca. Este processo é, portanto, uma espécie de relação de simbiose que metamorfoseia os modos de vida em direção a uma homogeneidade que suscite uma identidade coletiva à sociedade e à região.

Para Brandão (1989), também haveria ainda uma aliança que se solidificou dos negros com os índios, fundamentalmente com os Caiapós, presentes na região, (BRANDÃO, 1989, p.22) antes mesmo que a ocupação vingasse. Neste caso, índios e quilombolas tinham em comum o “inimigo” na forma de homem branco, tropeiro, que afim de capturá-los e tomar as suas terras, promoviam barbáries e extinções dessas coletividades tradicionais na região.

Assim, o primeiro contato entre índios e tropeiros no território do SFP foi marcado pela violência, mas também pelas intertrocas de relações humanas e práticas cotidianas. Pouco antes deste contato, e pela afinidade da causa que subjuguava os povos, índios e quilombolas intercambiavam e contribuíam com a sobrevivência naquelas áreas afastadas dos núcleos econômicos, em meio sertão de cerrado. Ao distinguir os interesses de comunidades tradicionais e de comunidades modernas ou capitalizadas, Brandão (2009) aponta a relação permanente que eles estabelecem com o tempo nos dias de hoje. Para o autor,

o que aproxima comunidades indígenas, (...) comunidades quilombolas, e as ainda existentes (e cada vez mais raras) comunidades tradicionais camponesas semi-isoladas, é o fato de que entre elas o tempo ainda é mais “comida” do que “dinheiro”. E o correr da vida se passa no interior de uma natureza ainda muito pouco socializada, ainda apenas aos fragmentos, realizada e pensada como cultura. (BRANDÃO, 2009, p.43)

Nesse mesmo sentido, o autor aponta os espaços de mediação que estão sujeitos os modos de vida sociais na interface das relações de contato e intertrocas culturais.

Inter trocas econômicas parecendo serem apenas comerciais, na verdade são interpessoais, afetivas, sociais, simbólicas, antes ou ao lado de serem relações que envolvem dinheiro. Pois, bem mais ali do que em esferas modernizadas de transações, nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que troca é mercadoria. Mais do que nós, e com melhores motivos, as pessoas comem comidas e símbolos e trocam bens e sentidos de vida. (BRANDÃO, 2007, p.55)

Lara (2009) destaca que os tropeiros aderiram ao comportamento dos índios, uma vez que,

adaptados aos sertões como se fossem as próprias feras, subsistiram às margens do mundo civilizado praiano (...) tornando-se tão adestrados às sutilezas e aos segredos dos matagais, dos campos e dos ribeiros traiçoeiros quanto já o eram os gentios de pele vermelha. Verdadeiros mestres na arte da sobrevivência em uma região em que o terreno se revela como seu inimigo, mais implacável, os mamelucos assimilaram dos silvícolas aptidões valiosíssimas, que, por muitas vezes, lhes garantiam a vida por mais um dia. (LARA, 2009, p.93)

A localização dos valiosos recursos naturais que potencializavam as condições de fixação no território foi facilitada pelo personagem indígena Custódio na narrativa de Rosa (2013). Um grupo de cavaleiros saiu escoltado por peões de Desemboque e pegou caminho para São João Del Rei, “por causa do perigo de encontros com índios ou quiombolas.” (ROSA, 2013, p.69.) Levaram, também, o índio caiapó de guia, visto que ora andavam no meio das matas, ora pelo caminho já desbravado por outros viajantes.

É o índio quem orienta muitas das expedições propostas durante o pouso dos viajantes, rumo às terras férteis e salitrosas, para a sobrevivência do gado e a independência dos altos custos da comercialização inter-regional que iniciara. Para eles o sal vale ouro. (ROSA, 2013, p.70.)

- O lugar tem sal, o que podemos querer mais?
- O sal está muito caro!
- Eu já pensei em ir até o Rio de Janeiro trazer um carro de sal para vender.
- São muitos meses de viagem... e tem monopólio.(ROSA, 2013, p.71.)

Na fazenda onde ia trabalhar, escolhia uma árvore de boa madeira, dura e resistente. Os escravos a derrubavam com machado, desgalhavam-na e, com uma junta de bois, arrastavam a tora até o pátio de trabalho. Aí era a vez do carapina que apenas com machado e enxó, preparava uma viga, um esteio ou um portal. Às vezes era um telhado. Com o crescimento da produção das fazendas, as casas eram melhoradas ficando mais confortáveis e isto estava acontecendo por toda região. (ROSA, 2013, p.60.)

Lara (2009) lembra que os tropeiros e bandeirantes assimilaram, também, a *língua geral* dos índios Tupi de São Vicente e do alto Rio Tietê, “na qual não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira, vivem sem justiça e desordenadamente.” (LARA, 2009, p.93)

A adaptação dos sertanistas aos modos indígenas é descrita por Buarque de Holanda (1975) como uma condição de fronteira entre as culturas, que observa as intersecções entre os tipos humanos e a relação com o mundo ambiente, ou seja, sua natureza intrínseca. Fronteiras não são limites: são espaço entre dois (CERTEAU, 1992). Para François Furet, citado Certeau, “Modernização e modernidade é escritura.” (CERTAU, 1992, p.263) Assim, a preocupação com o ambiente social por José Gomes, em Rosa (2013) é explícita, também, quando o narrador afirma que o personagem “Lutava por uma sociedade mais justa e de melhor distribuição de riqueza. Sabia que dependia de um ambiente saudável para ter boa qualidade de vida. E por isso lutava.” (ROSA, 2013, p.19.)

Ao destacar o sentimento do protagonista em reflexão à fuga, o narrador identifica a angústia do personagem ao evidenciar o misto de questões que o levava ao temor, incerteza e culpa sobre a sua atitude, sobre o seu próprio comportamento. “Por que se meteram em empreitadas proibidas? O que move o ser humano a romper limites? Melhor seria ficar resignado com a situação de colônia e não correr riscos. Ou até o contrário, oferecer seus serviços aos poderosos.” (ROSA, 2013, p.20)

Entre nossos indígenas e sertanejos, os laços que unem o homem ao mundo ambiente são bem mais estreitos do que tudo o que pode alcançar nossa imaginação. A própria arte com que sabem copiar os movimentos, os gestos, as vozes dos animais da selva, não significa, neles, uma simples mímica; é antes o fruto de uma comunhão assídua com a vida íntima da natureza. (BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p.77)

Rosa lembra aos leitores, também, que “no ermo do sertão, todos têm muita necessidade de falar”. (ROSA, 2013, p.18.) O encontro de José Gomes com a cobra jararacuçu abre diálogo sobre as relações de solidariedade implícitas no contexto da obra. Era necessário encontrá-la evitando danos a outras pessoas. Por isso,

José Gomes procurou, com muito cuidado, porque cobra é traiçoeira, viu um cupinzeiro abandonado, com um buraco embaixo. Pensou que a cobra ali se escondera. Então, juntou galhos secos de árvores, fez uma fogueira na entrada e, depois de acesa, foi empurrando para dentro do cupinzeiro. Mas a cobra não apareceu. Talvez nem estivesse ali. Então, seguiu em frente, arrependido do que fizera, porque fumaça sempre chama a atenção! Onde há fumaça, há fogo!(ROSA, 2013, p.18.)

A citação seguinte indica uma indissociabilidade sobre o domínio do homem e a apropriação técnica na concepção de Lefébvre, assinalando o caráter transformador do trabalho,

Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. O trabalho não pertence a natureza. Ele chega a ser “contra a natureza” em dois sentidos; enquanto labor, existe esforço e disciplina – modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O trabalho torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. Assim o homem emerge da natureza, sem poder separar dela. O prazer reconcilia o homem com seu fundamento, a natureza. (LEFEBVRE, 1978, p.28).

Se para Lefebvre o trabalho humano é indissociável à natureza, compreendida aqui enquanto racionalidade que preside a técnica na dimensão do *ser*, essa visão não pode ser igualmente percebida entre os teóricos que se detiveram ao tema no século XX. A compreensão de que o homem é natureza consciente é uma especificidade do pensamento de Henri Lefebvre (2006), apresentado na obra *Produção do Espaço*, posto que para ele, metáforas e metonímias são “conceitos bem conhecidos e são emprestados da lingüística. Todavia, não se trata de palavras, mas do espaço e da prática espacial. Um tal empréstimo exige um exame profundo das relações entre espaço e linguagem.” (LEFEBVRE, 2006, p.242)

Em meio à travessia feita pela caravana, próximo a Desemboque, os personagens encontraram viajantes vindo no sentido contrário da trilha.

José Gomes, agora chamado de Domingos, perguntou para onde levavam a boiada:

– Aqui perto, umas dez léguas de Desemboque, entrando por aquela trilha, descobriram um lugar com água salgada. O gado pode salitrar ali, dispensando o uso do caro sal. Muitos fazendeiros estão se mudando para lá. (ROSA, 2013, p.28.)

Com a extinção dos obstáculos às travessias entre Goiás e São Paulo, a ocupação do SFP pôde se processar com desenvoltura e possibilitar a circulação mercantil da região. “Essa ocupação da região foi se organizando de forma circunstancial, ou seja, ao sabor da disponibilidade ou da qualidade dos recursos naturais.” (BRANDÃO, 1989, p.23)



O dinheiro corria. Vieram mulheres. Foi se formando o povoado que ficou conhecido como Arraial das Abelhas, mudando posteriormente para Desemboque, que era o nome do local nas margens do Rio Grande onde desembocava a trilha que vinha de São Paulo. (...) Desemboque passou de cabeça a julgado, exercendo jurisdição sobre todo o sertão da Farinha Podre. A igreja matriz – construída na década de 1760 – estava quase pronta. O povoado era muito movimentado e de rápido crescimento. (ROSA, 2013, p.29).

Para Santos (2002), o espaço é indissociável das suas conexões locais em fluxos de transporte, energia e comunicação. Com a extinção de “barreiras” naturais e a assimilação de modos de vida “primitivos”, colonos e resistências locais promoveram a integração regional formada pelas passagens e pelas favoráveis condições de crescimento, articulação econômica e meio de sobrevivência. O emprego das técnicas rurais, em vista da proximidade com a natureza física do lugar, foi em princípio, muito mais influenciado por indígenas, do que elaborada por colonos. Com a chegada da mão de obra livre, o trabalhador cumprirá aquilo a que veio servir: aos interesses do capital, representados pela figura das lavouras de café.

o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 2002, p.63)

Assim, a infraestrutura de uma região confere uma integração regional que permite o forte diálogo em uma região central no país. Por esta razão a condição de melhoria desta “armação” no Triângulo esteve sujeita a interesses internos dos habitantes, mas sobretudo de interesses externos que gerassem lucro, privilegiando estradas em detrimento de rios, proibindo trajetos não autorizados por terras.

Mais tarde, já no final do século XIX, e com a consolidação do capitalismo, o Triângulo Mineiro retoma sua habilidade de ponto de passagem, uma vez que os mercados regionais eram arbitrados por São Paulo, que definitivamente se impunha como núcleo hegemônico da capital do país. (BRANDÃO, 1989, p.39)

A integração ao mercado nacional, que teve início no final do período colonial com o esgotamento do trânsito a partir de mulas e carros de bois, retomava sua condição de

ponto de passagem para outra interseção, que não pelas ferrovias e posteriores rodovias, mas pelo próprio abastecimento que atendia a demanda local, e ao abastecimento que provinha de outras regiões para atender soldados na guerra do Paraguai.

“À medida que eclodia e generalizava a mercantilização interna do país, tornava-se cada vez mais patente a inadequação do sistema de transporte baseado em tropas de mula.” (BRANDÃO, 1989, p.61). Por esta razão, a inserção técnica que sucede a rústica infraestrutura do SFP e Triângulo Mineiro, contribuiu para a inserção da região no mercado nacional e internacional, integrando-a a partir de relações de produção subservientes à classe dominante paulista em detrimento da potencialização abastecedora da região. Como veremos no próximo capítulo, toda a infraestrutura que se organizou a partir de então, obedeceu a tendência de reproduzir uma relação social invasora, típica das classes dominantes, invertendo a lógica da natureza do sertão, instituindo uma relação patriarcal comprometedora do desenvolvimento regional do ponto de vista dos camponeses, indígenas, classe trabalhadora, ou seja, comprometendo a manutenção da sua cultura subsistência.

## 2 A ESTRUTURAÇÃO DO SERTÃO AO RURAL

### 2.1 Tempo e espaço, trabalho e técnica: As narrativas no limite do território

A estrutura do meio rural organizava-se face às novas demandas sociais e econômicas do SFP no período inicial do século XIX. Assim, é possível apontar algumas considerações sobre a natureza implícita neste território sertanejo desde os seus primórdios até a primeira configuração social organizada, que definiu um caráter regional ao Triângulo Mineiro do século XIX. Esta situação é notadamente relevante nas narrativas dos autores Rosa (2013) e Lara (2009).

As ações da sociedade, marcada pelos personagens das obras, tanto quanto as funções socioeconômicas, são elementos determinantes do sistema regional, que consistem em uma unidade. Assim, “o que fazem os personagens das obras analisadas neste trabalho”, e “para quê fazem”, são questões cruciais que definem as particularidades locais desta estrutura que diferem o sentido e o significado do sertão e do mundo rural. Tendo em vista uma série de distorções da realidade dada pelo romance, que precisariam ser readaptadas ao contexto regional diferenciado, é possível identificar uma variação tanto como efeito de mimese, quanto de significação de modos culturais a partir dos aspectos naturais e de suas relações econômicas.

Rosa (2013) considera não somente aquilo que a história formal tratou de legar ao território, mas também um caráter que alterna entre a realidade e a ficção sob os mais variados pontos de vista da narrativa. O mundo rural que deriva do sertão coloca em evidência as comunidades de resistência local com foco nas personagens, que caricaturalmente sugerem o efeito lúdico da obra, promovendo, assim uma história dialética da conjuntura narrada.

Junto estava um índio, Custódio, remanescente caiapó, que trabalhava aqui e ali, por um prato de comida. Nessas horas, todos faziam perguntas para escutar histórias de índio.

- Custódio, os índios criam coisas como a gente?

- Índios plantavam muitas coisas e pescavam.

- Agora você mora por aqui. Era melhor na tribo ou agora?

- Tribo melhor! Índio trabalha pouco, brinca muito e é tudo forte. Branco trabalha muito, num brinca e passa fome. Melhor morar na taba. (ROSA, 2003, p. 112)

O que Rosa (2013) traz neste trecho da obra diz respeito a uma troca de entendimento entre as culturas indígenas e coloniais sobre o trabalho. Assim, o interesse pela “criação” indígena, a despeito dos modos primitivos, se reflete na cultura dos colonizadores. Afinal, “criam como a gente?”, questiona ao índio propondo a diferença a partir da semelhança. Poderia Custódio, personagem indígena da obra de Rosa (2013) ter respondido que sim, que plantavam e pescavam como brancos. Ou responderia que não, pois plantavam e pescavam como os índios. Mas Custódio não afirma e não nega, ele apenas estabelece a diferença permitindo ao leitor a interpretação que lhe é pertinente.

As respostas de Custódio às questões colocadas fazem referência a “criar” e a “brincar”, termos que expressam a necessidade do lazer na produção como condição criativa de eficiência e de funcionalidade. A oposição entre o trabalho e a brincadeira se coloca como pano de fundo da questão indígena, assim como a associação entre o ato de criar e as atividades agrícolas e de pesca, por não haver disposto nesta cultura uma disciplina e um horário rigoroso para um ou para outro. Ao brincar o índio trabalha, conhece seu ambiente, experimenta possibilidades eficientes de captura de animais e de produção da terra. O colono, ao contrário, tem seu momento de trabalho e de descanso bem definidos e rigorosamente separados. E esse rigor na sociedade colonial é uma necessidade civilizacional. O índio, por sua vez, não tem a necessidade do horário para comer, nem trabalhar, nem dormir. Para a cultura indígena a demanda de fome é indissociável à necessidade. A rigidez do horário não participa dessa necessidade. Assim, comem quando têm fome, dormem quando têm sono, trabalham conforme a necessidade.

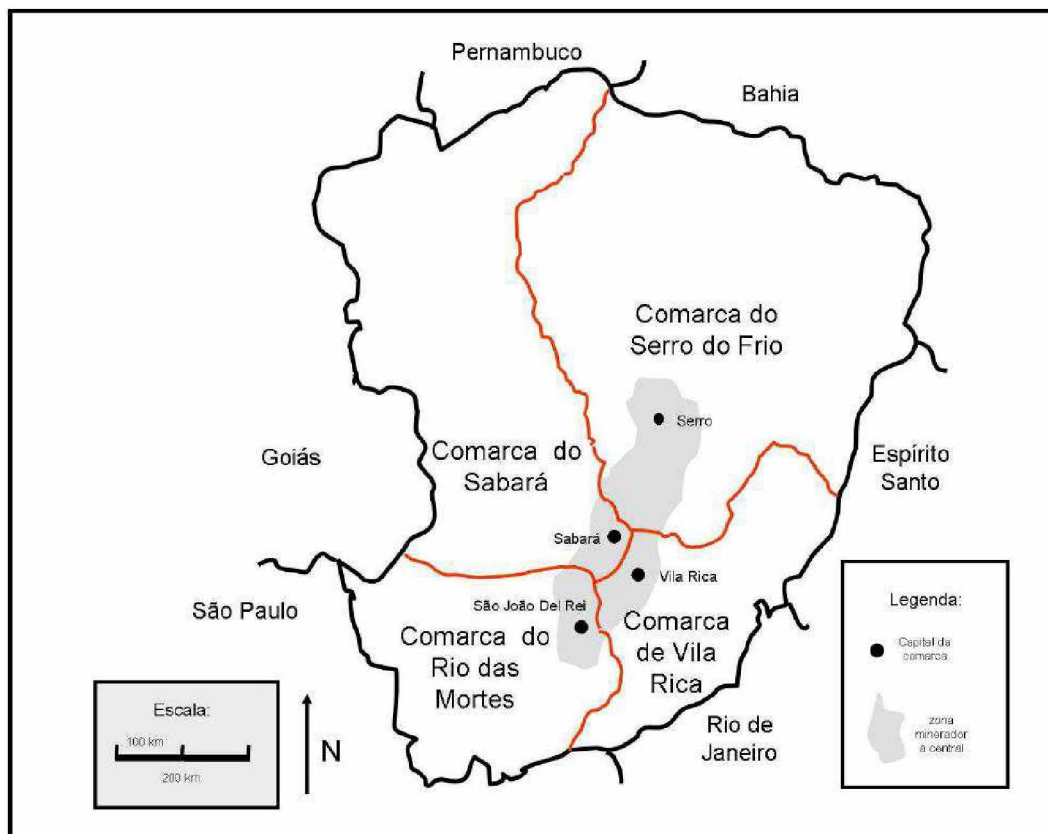
Ao tratar da cultura indígena, Cândido (2001) afirma,

o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulo prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão. Em consequência, resultava larga margem de lazer que, vista de certo ângulo, funcionava como fator positivo de equilíbrio biossocial. (...) O lazer era parte integrante da cultura indígena e caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser condenado ou desculpado, segundo é costume. (CÂNDIDO, 2001, p.112 - 113)

Compartilhando da idéia de Cândido, Walon (2007) afirma que o “brincar” não é aquilo que não exigiria esforço, em contraposição à labuta cotidiana, pois uma

brincadeira ou um jogo podem exigir e liberar quantidades bem mais consideráveis de energia do que a tarefa obrigatória (WALON, 2007, p. 55). Nesse sentido, ambos os autores compartilham de uma noção de trabalho que flexibiliza a relação do tempo entre possibilidade e necessidade.

Figura 2 - Capitania de Minas Gerais 1714: Divisão das Comarcas e respectivas capitais.



Fonte: BUSTAMANTE LOURENÇO, 2007

As “Mynas dos Goyazes” estiveram sob a jurisdição da Capitania de São Paulo no período de 1721 a 1749, quando foi criada a Capitania de Goiás. Num segundo momento se revela a ambigüidade de fazer parte de Minas, mas ser articulada economicamente por São Paulo. Ao passo que, por último, a região passa a pertencer à política administrativa de Minas, mas juridicamente a Goiás. Assim, apenas em 1816, Minas Gerais se apropria definitivamente da região que passa ter seu comando quanto à administração política e jurídica.



a origem dos povoadores da região é Minas Gerais, mais densamente ocupada por efeito da intensa mineração do século XVIII, agora praticamente extinta. Na sua marcha para o sudoeste, os mineiros ocuparam primeiro o chamado Triângulo Mineiro. (PRADO JR, 1985, p.204)

Observa-se que os estudos regionais no Brasil são alvo de grande interesse e controvérsia. A maioria deles focaliza as chamadas “regiões problema”, sendo que o Nordeste ocupa grande parte da literatura especializada no tema.

O conceito de região segundo Oliveira (1987, p. 27) é entendido como:

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico. (OLIVEIRA, 1987, p. 27).

A partir desse conceito de região, pode-se perceber que há a junção de fatores no âmbito da política e da economia. O autor se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Ele afirma que as classes dominantes autonomizam as regiões apenas enquanto conseguem reproduzir essas relações sociais. Relações que são também relações de produção.

## **2.2 Desconstruindo a lógica do saberes: a ‘natureza’ do Sertão**

A obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, elaborada sob uma ótica determinista, contrasta com *O Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, porque este último retoma a temática do sertão ressignificando o papel do Homem na constituição estrutural da narrativa; coloca o Homem, então, em sua individualidade e especificidade, como protagonista de uma produção social do espaço, mas também do espaço narrativo. A análise da representação da paisagem em *Grande sertão: veredas*, permite

detectar traços estilísticos com a dupla função de guardar os recados secretos e de dissolver as mensagens enfáticas. Em termos mais gerais, esse estilo representa uma poética da dissolução, no sentido de que o romance de Guimarães Rosa se configura como um poderoso dissolvente de outros tipos de discurso. (BOLLE, 1998, p. 259)

Dissolver é analisar. Dissolver é fragmentar em partes. Discursos solúveis sobre o sertão são aqueles não imaginados pela perspectiva regionalista, como os de escritores como Graciliano Ramos ou de Euclides da Cunha; discursos sobre o Brasil, como os dos sociólogos, ou dos políticos, ou dos sociólogos que viraram políticos; discursos da crítica sobre a obra de Guimarães Rosa: impressionistas, estruturalistas, lingüísticos, filosóficos, psicanalíticos, sociológicos, geográficos e culturais. Todos os discursos são passíveis de desconstrução se espelhados em *Grande Sertão: veredas*

O lugar e a paisagem orientam a perspectivas distintas do sertão com o mundo rural. Se o Brasil é, desde sempre, reconhecido como um país essencialmente rural e agrário, torna-se oportuno pensar a perspectiva que reflete a imagem do mundo rural, e no mundo rural, tal como ela se configura no espaço geográfico do Sertão da Farinha Podre em narrativas literárias, e em Geografias Históricas do lugar.

A concepção de uma Geografia Histórica é título do primeiro capítulo do livro *À Oeste das Minas* (2010) de Luís Augusto Bustamante Lourenço. Ele afirma que foi a diáspora dos geralistas que levou o Estado colonial a estimular o povoamento, região denominada então *de povoamento das regiões vazias*. Identifica-se nos seus estudos que as famílias pioneiras da região acumularam riquezas sob formas não capitalistas, uma espécie de economia solidária onde se realizavam intertrocas, e usavam um sistema técnico rústico, com hábitos dos ameríndios, escravos e ibéricos. Ao contrário dos primeiros povoamentos em território brasileiro, propiciou o povoamento do SFP, assim como o povoamento de todo oeste das Minas Gerais, bem como a instalação de fazendas surgiu em decorrência muito mais da solidariedade do que do dinheiro, ou da capital. Curiosamente tratou-se de um processo de fuga dos desertores das Minas. Primeiro sonhando os impostos cobrados por Portugal, mais tarde sonhando impostos do estado de Minas Gerais.

A proposta de formação de uma novidade unidade regional distante dos centros econômicos desencadeou uma serie de reflexões teóricas que questionam essa taxonomia. Segundo Bustamante Lourenço,



a unidade mínima de povoamento no Brasil não era a aldeia, e sim o que Antônio Cândido chamou de *bairro rural*. Esse autor afirma que a noção de bairro depende de dois fatores: a base territorial e o sentimento de localidade dos moradores. Nos tempos da Colônia e Império, a sensação de pertencimento ao lugar surgia a medida que as relações de cooperação, de parentesco, religiosas e de poder se estabeleciam entre os povoadores. (LOURENÇO, 2010, p. 27)

A distância dos centros econômicos e a condição de desamparo social frente ao vazio local contribuiu para a proximidade da população que ali chegava. Uma forma de sociedade se estabelecia através do sentimento de solidariedade para com aqueles que se fixavam no território “vazio”, constituindo uma espécie de bairro onde os vizinhos organizavam ajudas mútuas em relação ao trabalho, a construção de casas e comércios. Conforme define Cândido:

O que é bairro?" - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - "Bairro é uma naçãozinha". - Entenda-se: a porção de terra que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras. A convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação. (CÂNDIDO, 2001, p.79)

Para o autor, a noção de bairro é intrínseca à sociabilidade que ajuíza a solidariedade. Surge dessa premissa a intenção de divisão de tarefas e de responsabilidades que constituem o conjunto da ornamentação social de uma dada personalidade regional. O mutirão<sup>10</sup>, por exemplo, é uma prática comum exercida em São Paulo que reverbera na constituição inicial do SFP. Igualmente, os festejos religiosos locais como fator de sociabilidade “moral” consistiam em conversas, trocas de experiências, interesses e necessidades configurando um ambiente propício à empreitada política dos moradores locais. É isso o que nos atenta Brandão (2009) ao apontar que

Bairro ainda é um lugar plenamente rural, mas já não selvagem, e é o lugar da vida para onde converge o trabalho camponês. (...) o bairro é visto como um lugar que emerge do sertão e é, portanto, uma espécie de meia conquista da cultura sobre a natureza. Por isso, enquanto até hoje as trilhas do sertão foram desbravadas e são percorridas apenas por sertanejos e caçadores, o bairro é o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida familiar dos sítios. (BRANDÃO, 2009, p.79)

---

<sup>10</sup> Mutirão é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. É uma expressão usada originalmente para o trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema de rodízio e sem hierarquia.

Na narrativa de Rosa (2013) o autor lembra, também, que “no ermo do sertão, todos têm muita necessidade de falar”. (ROSA, 2013, p.18.) A necessidade e a possibilidade de troca de informações é o ponto forte tanto dos locais de passagem de tropeiros, quanto dos momentos de festejos religiosos que atraíam a população para as manifestações culturais.

Nessa perspectiva narrativa, Rosa (2013) se dedica à fixação de Domingos, o protagonista que de foragido do quinto pretende se tornar trabalhador rural em Barreiro, extensão de Desemboque, distante do centro econômico minerador da região. Ao encontrar dois rapazes, Domingos descobre que o fazendeiro, patrão deles, também viera de Desemboque. Além do patrão, mais quatro fazendeiros. Todos em busca de água salgada para os gados.

Os rapazes, que vieram de Formiga com a família, informaram ao protagonista que na região não havia nada. Eles próprios haviam construído uma roça com os pais e trabalhavam na fazenda. Havia “Só fazendas e alguns poucos sitiantes como meu pai. Tem uma capela na Fazenda Pão de Açúcar.” (ROSA, 2013, p.31).

O quadro narrado sugere a possibilidade de o protagonista estabelecer sua roça, assim como as instalações de fazendas no lugar do Barreiro. Mas Domingos pernoitou debaixo de uma árvore para se dedicar a uma localização mais precisa no dia seguinte, ao que foi picado por uma jararaca de campo. Nesse momento, o protagonista sofre duras penas até ser salvo por aquele que viria a ser seu maior escudeiro e amigo em toda a história do romance. Ele acorda em uma cama de colchão de palha de milho (ROSA, 2013, p.36.) na casa de Fagundinho, pai dos irmãos que encontrara em outra fazenda anteriormente, próximo ao Barreiro, denominado de Chapada. Fagundinho explica o lugar:

- Fiz um rancho perto da nascente de água, ficando fora da passagem de gado, que é mais lá pra cima. Planto uma roça de milho e feijão e crio uns porcos e umas galinhas. Tem também uns pés de frutas.

- Um lugar muito bonito. Muito bom de se morar, disse Domingos. (ROSA, 2013, p.39)

Recuperado da picada da Jararaca, Domingos resolve ajudar na lavoura dada a época de colheita que chegava. Assim, Domingos, Fagundinho e os dois filhos se dedicaram à empreitada da lavoura na roça cultivando alimentos com base de subsistência como milho e feijão. Além destes, é preciso lembrar que a mandioca é outro produto dessa base, e mais tarde o arroz. Esta preocupação em plantar alimentos

que pudessem ser consumidos cotidianamente garantia a autonomia econômica regional com base em uma relação de interdependência.

Com o passar do tempo Domingos foi conhecendo alguns tropeiros das diversas fazendas, além de um homem que foi recebido com muita amizade, Tolentino. Domingos ficou sabendo que Tolentino era um sitiante sem recursos, do mesmo modo que Fagundinho. Além de uma roça de subsistência e criação de alguns animais, tinha uma plantação de tabaco para produzir fumo de rolo. Ambos vieram juntos fugindo da inadimplência e escolheram os seus locais de sítio. Construíram os ranchos em ajuda mútua. (...) Tolentino contou que viera avisar da missa no domingo. Combinaram de irem todos, como era de costume. (ROSA, 2013, p.40)

Apesar do vínculo de amizade que se fazia, Domingos entende que está na hora de partir e encontrar o seu lugar no Barreiro para se estabelecer. Nesse momento, outro traço de solidariedade é exposto na narrativa.

- Por que o senhor não fica aqui, seu Domingos? Eu e meus folhos podemos ajudar a fazer o rancho e começar a plantação. O senhor pode ficar onde quiser. Pode ficar mais para baixo de mim, do outro lado do córrego... Precisa falar com seu Chico Gonçalves que é dono desse lugar...
- É Fagundinho. Já fiquei pensando nisso bastante. Esse lugar é muito bonito, com terra boa... Gosto daqui, mas pensei em ir mais pra dentro.
- Desculpe seu Domingos. Podemos ter confiança um no outro. Aqui é Goiás e todos que para aqui vêm, tem algum motivo e isso só interessa a ele.
- Aqui é Goiás? Pensei que de Desemboque para cá voltava para Minas Gerais.
- Já é Goiás, nove léguas da raia, e está no meio de amigos. (ROSA, 2013, p.44.)

A lógica do sertão que se constituía se inverte, promovendo na narrativa, uma substituição das relações de produção e reprodução do espaço, de social à capital, dada pela intenção comercial, que se define como produção capital no espaço. A ansiedade do protagonista por acumular meios de sobrevivência para si e para a família que ficou em São João Del Rey é expressa no seguinte trecho:

- Venda!? Então, por que não fazer uma aqui? Eu já tinha percebido que enxada não é a sua profissão. Mesmo assim ajudou muito e fico muito obrigado a retribuir. Eu e meus filhos podemos fazer o rancho da venda. (ROSA, 2013, p.45)

Se Rosa (2013) recorre a uma estratégia que coloca em evidência as relações sociais a partir de uma narrativa que celebra as formas de solidariedade, Lara (2009), com foco narrativo nas famílias e no patriarcado, traz à tona outra perspectiva, que considera o ponto de vista de uma produção não apenas material, mas também capital do espaço. As determinações econômicas e sociais que figuram na obra deste autor estão associadas às famílias através dos inventários e da descrição da miscigenação dos povos no lugar, resultado das imigrações e das relações sociais e econômicas que ali se estabelecem.

### **2.3 Para além das diferenças, o Sertão do artifício**

Uma vez que o território fora invadido pelos colonizadores, o sertão indígena, quilombola e camponês passa por uma artificialização decorrente da nova estrutura agrária e patriarcalista que se desenha no Sertão da Farinha Podre.

Conforme verificaria o historiador Luciano Figueiredo, começou a se reafirmar a tendência da família mineira à ruralização, por meio da silenciosa expansão da agricultura: - A imagem clássica das grandes fazendas, preenchendo com sua placidez o verde dos vales, soterraria a vida familiar típica do século XVIII. Com ela surge a ideia da Tradicional Família Mineira, como exemplo de papéis conservadores e papel patriarcal. (LARA, 2009, p. 124)

Entretanto, esse modelo pode ser compreendido tanto sob uma perspectiva que os une, como por uma outra, que os diferencia. Cabe diferenciar o rural do agrícola para entender as transformações do sertão, legitimada na discussão de Léfèbvre e Mendras, conforme observado por Biazzo:

Léfèbvre (1970) não fazia distinção entre rural e agrícola como Mendras (1969) e desenvolveu uma análise mais histórica, onde dialogava com evolucionistas, argumentando a favor das descontinuidades da história. Por isso o rural poderia reaparecer no futuro. Para tanto, destacava a ideia de comunidade rural como forma de organização social que reaparece diferentemente em cada modo de produção – senão, como explicar que ela se mantenha por tão longo período de tempo? Léfèbvre não percebia a sociedade rural como autônoma, embora fosse perceptivo quanto às diversidades da história. Falava de relações entre formas de forças produtivas diferenciadas pela maneira de produzir e não era calcado na perspectiva de estudar comunidades rurais. Mendras, por sua vez, associava campesinato à comunidade aldeã, ou rural, baseado não apenas em um viés marxista, mas também no clássico autor da antropologia, Robert Redfield

(1956), que desenvolvera um enfoque centrado no estudo da cultura e das comunidades. (BIAZZO, 2008, p. 121)

Sob estas perspectivas, a união e a separação dos conceitos de rural e agrícola conferem um sentido teórico de produção do espaço que em Mendras apresenta-se do ponto de vista da materialidade da cultura, enquanto em Lefebvre essa materialidade diz respeito à natureza dos processos interativos da produção, portanto, interdependentes, caracterizando o processo de regionalização entre a parte e o todo. Percebe-se que enquanto o primeiro se embasa nos procedimentos técnicos correspondentes ao período histórico do tempo global, o segundo considera o local como fundamento de sua própria personificação no contexto global. Trata-se, portanto, de um movimento de dentro para fora das regiões em geral, como meio de participação e integração de um contexto social e econômico global. Se por um lado é inevitável admitir uma inserção técnica que privilegia procedimentos externos ao mundo rural, em vista da comercialização que se estabelecia com outras regiões, como processo de artificialização dos modos de vida, por outro lado, é também inevitável considerar as aceitações de tais inserções enquanto possibilidades, e não enquanto necessidades internas, relacionadas à natureza, ressignificada na cultura, em sua intervenção no ambiente físico.

O processo de produção agrícola é, em resumo, uma forma de artificialização do meio natural que implica em grande número de intervenções do homem. Essas intervenções se dão no sentido de adaptar culturas vegetais e animais para suprir as necessidades alimentares das populações e, assim, ao crescimento dessas populações e suas necessidades, deve-se esperar um certo grau de aprimoramento da produção. (MENESES, 2000, p. 97)

Na passagem do século XVIII para o XIX, a demanda local do SFP era de efetivar uma personalidade regional no contexto nacional e ao mesmo tempo estabelecer bases econômicas locais de permanência e autosuficiência da população. Assim, enquanto as primeiras roças de alimentos de base, como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão, começavam a ser produzidos pelos colonos, inseriam-se os novos modos à mesa, como o uso de talheres e louças, de porcelana, prata e ouro. Surgiam mutuamente respostas às necessidades e às possibilidades de intervenção na cultura, conforme observado anteriormente por Meneses.

A noção de tempo medido conflitava com as novas configurações regionais, em vista do progresso difundido na região. Alguns apontamentos sobre esta situação são

feitos por Lara (2009). O autor indica em um dado momento da narrativa, que no princípio do século XIX a noção de tempo não era uma determinante social.

Certa manhã, alguém perguntou ao vizinho que dia era. Não sabia. Foram de casa em casa, ninguém sabia. As folhinhas estavam amareladas, e já não diziam nem os dias nem os meses, nem os anos. O jeito foi mandar um portador à cavalo até Sacramento para buscar o dia. O dia veio. Fugidio, mas veio. (LARA, 2009, p. 229)

O fato de desconhecerem com precisão o dia conforme o calendário trazia, confirma que a noção de tempo que antecedia a organização e personalização da região, não era um interesse coletivo da sociedade, embora passasse a ser gradativamente interessante a partir das possibilidades técnicas de aumento do lucro, estabilidade econômica e conservação do patrimônio familiar.

Com relação ao relógio de algibeira, também conhecido como "relógio de bolso" ou "cebolão" o professor Marcos Andrade verificou, ao analisar os inventários sul-mineiros, que seu uso vinha aumentando consideravelmente após 1850. "Esse tipo de relógio começou a fazer parte da indumentária masculina já nas primeiras décadas do século XIX" explica o historiador. "Quase sempre, esses relógios vinham acompanhados de uma corrente de ouro ou prata e até mesmo de pedras preciosas, sendo artigos importados, que se tornaram ícones de prestígio e status". (LARA, 2009, p. 244)

Ao contrário de Léfèbvre, que construía uma idéia de modernização baseada nas forças produtivas, Mendras destacava a modernização baseada na técnica. Porém, confirmava que a modernização traria a urbanização para o campo, que deixaria de ser rural e atrasado. As obras de Mendras e Léfèbvre caracterizam exemplos de algumas das ambigüidades básicas da sociologia rural.

Compreendemos uma distinção entre os processos de naturalização e de artificialização a partir da ideia de que o primeiro termo corresponda uma intertroca cotidiana, constante no tempo e na vivência que é repassada pela cultura através da vivência e da experiência coletiva ou familiar; o segundo, entretanto, corresponde a assimilação de modos e comportamentos estranhos que são absorvidos por uma cultura mediante relações poder político e econômico.

Pode-se compreender que a artificialização da natureza que engendra um mundo rural no espaço do SFP, a partir do patriarcado que ali se estabelece, garante uma metáfora dos elementos relacionados ao capital a partir das ações voltadas para a

imagem de outro mundo rural, que não o típico da região. Pois, conforme explica Lefébvre (2011)

Inicialmente, a metáfora e a metonímia não são figuras de retórica. Elas se tornam. No princípio são atos. O que cumprem estes atos? Exatamente eles *descritos*, eles fazem surgir das profundezas não o que existe, mas o que poderá se dizer, o que dará figura: a linguagem.(...)As atividades da palavra, da língua, ou do discurso, saem, derivam ou provêm desta fonte. Dever-se-ia dizer: metaforização, metonimização. A partir de que? Do corpo, metamorfoseado. As representações do espaço e os espaços de representação, na medida em que utilizam “figuras” tendem a *naturalizar* o espacial? Não somente. Eles tendem também a evaporá-lo, a dissolvê-lo na transparência luminosa (óptica e geométrica).(...)Elas deslocam, portanto transpõem ou transferem. Além do corpo, além das impressões e das emoções, da vida e do sensível, do prazer e da dor, existe o domínio das unidades distintas e articuladas, dos signos e palavras: das abstrações. O signo se define pela metaforização e pela metonimização. É um próximo *além* que engendra a ilusão do distante. Se as figuras exprimem bastante, elas perdem e esquecem ainda mais; elas desviam, colocam entre parênteses. (LEFEBVRE, 2011, p.78)

A visão do espaço empregado pelo patriarcado no SFP corresponde a um princípio de organização da qual eles próprios pretendem impor e fazer valer a todo território. Através da linguagem e das ações do cotidiano o patriarcado passa a se constituir como “modelo”, ao mesmo tempo em que são metamorfoseados pela vida local.

Inóspita, a região possibilita uma multiplicidade de intervenções e modos de apropriação que fomenta o interesse econômico de investimento no lugar, tal que este investimento vai contra os interesses de habitantes locais, preocupados em assegurar a subsistência da terra para a sociedade que nela se organiza. Consistem nestas intenções, os costumes, os símbolos e os significados de uma população residente que permanece com a cultura de plantar e colher o próprio alimento, tear o próprio algodão e trabalhar para o sustento.

O naturalista francês Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem pela região, que na época tinha pouco mais de 30 casas, deixou anotadas as seguintes palavras, prescientes do futuro triangulino no ano de 1819: “quando o país não for mais tão deserto, os habitantes de outros distritos menos favorecidos poderão vir aí prover-se dos gêneros que atualmente encontram pouca saída, e pode-se crer que a feliz fertilidade dos arredores de Farinha Podre lhe assegura, para o futuro, destinos brilhantes. Este observador viria, admirado, tomar

conhecimentos de que suas previsões já haviam se realizado em 1823. (BRANDÃO, 1989, p. 29)

Sob esta previsão observamos que, em princípio, o território se preocupou em resolver as questões fundamentais do estabelecimento, para pouco depois de 1823 integrar uma economia de escala nacional. A preocupação com o abastecimento e manutenção da independência econômica corresponde a um importante aspecto da cultura e da compreensão técnica dos grupos humanos e sociedades que constituem essa sociedade.

De todas as atividades humanas, os hábitos alimentares e as atitudes à mesa são, sem dúvida, importantes para entendermos o tema do abastecimento alimentar. A alimentação e o ato de comer, além de necessidade vital, representam atitudes culturais, privadas e públicas, com todos os seus componentes profanos e sacros, populares e elitistas. Como diz Raul Loyd, depois do idioma, a comida é o mais importante elo entre o homem e a cultura. (MENESES, 2000, p. 106)

O espaço agrário que se configura no SFP através das relações sociais revela maneiras de habitar, de vestir e de alimentar uma época. A agricultura e a manufatura, atividades que surgem de maneira conjunta, constituem uma técnica artesanal, rústica e artística que precedem a industrialização da produção agrícola. Temporalmente, permanecem os modos de fazer e de produzir que, por se referirem a uma característica cultural, demandam maior período de tempo para realizarem novas formulações dos artificios técnicos. O “novo” é associado à mecanização dos processos fabris, desenvolvendo social e historicamente a tecnicização, que Santos (2008) afirma culminar com o período técnico científico informacional.

O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que, há alguns decênios ainda, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. (SANTOS, 1991, p.20)

Essa perspectiva é decorrente de processos econômicos, direcionados para a exploração dos recursos naturais do modelo hegemônico vigente, em detrimento da sabedoria local e da formação de uma identidade agrícola.



Se, nas primeiras décadas de 1800, as casas de morada dos fazendeiros do SFP se caracterizavam pela rusticidade, construídas rente ao chão, de adobe, cobertas de sapê, sem nenhum conforto ou mobiliário – como tão bem as descrevem os viajantes joaninos – a vivenda dos donos de São Mateus primária pelo bem estar. A família residia em um sítio de morada com casas altas, assoalhadas e envidraçadas, com toda a mobília dentro, com paiol, moinho, rego d'água, quintal cercado de madeira, senzala e demais bem feitorias no valor de três contos e duzentos mil réis. (...) Apesar de não detalhar o mobiliário existente nas duas casas, nem as roupas de cama, de mesa e toalhas, relatando somente os utensílios domésticos da sede da fazenda – como candeias, panelas e caldeirões de ferro, tachos de cobre, forno de torrar farinha e leiteira – os louvados seriam bem mais cuidadosos com a descrição de alguns objetos de luxo ali encontrados. E pelo que deixam antever, percebe-se claramente um novo estilo de vida que ia se propagando pelos sertões do Triângulo Mineiro. (LARA, 2009, p. 242)

O “novo” ao qual nos referimos, emerge enquanto imagem de mundo, vislumbrado por um imaginário social, patriarcal e colonial, para um suposto interesse coletivo, que se projeta no presente para se estabelecer concretamente no futuro. E o contraste que se expressa neste contexto corresponde à oposição dessa imagem entre os grupos sociais que fixam em um dado território. Portanto, é significativo compreender como cada grupo social estabeleceu sua relação com a Terra a partir dos ritos, das tradições e dos costumes pois, “o futuro não traz nada de essencial e se manifesta, muitas vezes, por uma regressão, uma decadência que é um tipo de aviltamento do movimento histórico”. (DARDEL, 2011, p. 73.)

Para Dardel (2011) reside nos trabalhos agrícolas a potencialidade de um espaço vital. Assim, “é preciso renovar as virtudes nutritivas e fecundantes da Terra em seu potencial de vida. Os trabalhos agrícolas são rituais, orientados para uma disposição da Terra em produzir; é necessário fortificá-la.” (DARDEL, 2011, p.49). Dessa maneira, para o autor,

Habitar a Terra, percorrê-la, plantar ou construir é tratá-la como um poder que deve ser honrado: cada um de seus atos é uma celebração, um reconhecimento do laço sagrado que une o homem aos seres da Terra, das águas ou do ar. (...) O complexo sagrado-maldito, sempre instável e reversível, mantém sobre suas delimitações uma incerteza profunda, o “mundo” selvagem e sublevado pode a qualquer momento invadir o “mundo” ordenado e cultivado. É a duras penas que o homem defende seu estreito domínio com as armas da magia, contra os poderes da floresta e do cerrado. (DARDEL, 2011, p.55)

Rural e agrícola diferenciam-se a partir de um tempo e de uma técnica articulada ao movimento histórico de sua materialidade. Assim, vistas a partir de uma experiência, e de uma acessibilidade concreta, o lugar se constitui com base na construção desta mesma experiência com a Terra. A experiência do sagrado é inseparável aqui de uma apreensão estética, como nos reportam os sentidos complexos das palavras *cosmos* e *mundus* (DARDEL, 2011, p.61). Cosmos e mundos remetem, portanto às metáforas espaciais que contribuem para a imagem futura, ou a projeção que se pretende de um dado lugar.

Compartilhando da noção de espaço de Dardel, Lefébvre compreende que a sociologia se afirma enquanto sociologia rural por ter vivenciado um raptó ideológico da cultura da terra na Europa do século XIX, quando da mercantilização das terras pelos aristocratas, pela burguesia. Entretanto, este fato que não procedeu no Brasil; porque no Brasil, a mercantilização recai diretamente sobre a burguesia e os grandes fazendeiros.

Ou seja, os proprietários das terras no Brasil são também os capitalistas que empreendem essas terras nos seus aspectos políticos e econômicos. Porém, se é possível afirmar que a burguesia em todo o mundo apropria-se da terra, e que na Europa questão ideológica dessa relação com a terra é oriunda de um desvencilhamento dos saberes aristocráticos tradicionais da relação com a terra; no Brasil esta questão se deteve aos índios, negros e camponeses, aos trabalhadores rurais, que estabeleceram os primeiros contatos com a terra neste território e que estabeleceram sua maneira específica de lidar com as questões do território, no caso, o cerrado da porção central do Brasil.

Através de um levantamento de testamentos e registros, Lara (2009) oferece uma coletânea de elementos referentes aos modos técnicos empregados pelo patriarcado na formação das fazendas do SFP. A típica fazenda de cultivo e transformação da cana, exigia, enfim, “larga versatilidade de seus escravos, como especialistas em moendas, fomalhas, alambiques e carroças, sendo por isso bastante valorizados.” (LARA, 2009, p. 249-250).

Todo aparato técnico trazido e valorizado pela classe patriarcal revelava um modelo de consumo ostensivo, toda a multiplicidade de trabalhos reunidos na fazenda remetia a um modelo funcional e eficiente para a reprodução social do espaço, como será visto no próximo item.

## 2.4 Eficiência e funcionalidade técnica no trabalho entre família e sociedade no Sertão da Farinha Podre

Considerando a multiplicidade de naturezas técnicas que se difundem no SFP, torna-se necessário refletir sobre as condições em que elas atuam neste espaço e as novas formas de lidar com a terra daí decorrentes.

A proposta de sistemas técnicos para o SFP foi elaborada conforme o caráter familiar e o caráter social, pretendidos na região. Em seu aspecto familiar são mais evidentes, embora não exclusivos, a transmissão de hábitos e costumes locais; enquanto socialmente a difusão da técnica esteja mais relacionada a uma condição de trocas de mercadorias e serviços, possível por meio de ações políticas e econômicas.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal, quase que reina sem governar (GILBERTO FREYRE *apud* LARA, p. 255).

Bustamante Lourenço (2010) traz à luz da discussão sobre a fazenda mineira, alguns apontamentos que refletem a família tradicional e a sociedade rural da época, em vista das técnicas empregadas para produção do espaço. Assim,

embora Minas ainda dependesse do abastecimento externo, vindo da Bahia pelos currais do São Francisco ou trazidos pelos tropeiros paulistas, desenvolveu-se simultaneamente às atividades mineradoras, um setor de alimentos na capitania. (LOURENÇO, 2010, p.184)

A família patriarcal que se organizava nas fazendas mineiras contribuía para a formação de uma sociedade rural baseada nas tradições e nos costumes, reproduzidos por gerações de diferentes contextos sociais, que por sua vez, integravam parte de uma cultura comum a todo o espaço rural brasileiro:

As famílias dos abastados fazendeiros eram numerosas; não raro ultrapassavam dez, doze filhos, cujos destinos eram traçados pelo patriarca, o todo-poderoso chefe daquele grupo e a quem ninguém ousava se opor. Profissões e casamentos, tudo era resolvido por ele, cabendo aos filhos e filhas a mais irrestrita obediência. As filhas deviam se preparar devidamente para o seu papel social: futuras

esposas e mães. Casavam-se aos quatorze, quinze anos, geralmente com homens bem mais velhos, escolhidos pelo pai, em função de seus interesses políticos e econômicos. Os filhos estudavam mais que as filhas, e quase todos frequentavam as faculdades de Direito que começavam a surgir pelo país. Afinal os filhos tinham que virar doutores. E o diploma de advogado era o mais disputado. (CAMPOS, FARIA et al, 2011, p.189)

O complexo rural que se formava nas fazendas pretendia depender minimamente das importações comerciais garantindo o autoconsumo e oferecendo variedade de gêneros agrícolas. Assim, progressivamente, os latifúndios substituíram as exportações de ouro para o mercado internacional, pelas exportações de alimentos para as demais capitâneas, assegurando a autonomia da economia local, apesar da decadência das atividades mineradoras. A intenção dos colonizadores era, portanto, abastecer o consumo interno e lucrar com a venda desses gêneros voltando-se para o mercado externo. Graziano da Silva (1996) faz referência a este episódio da dinâmica da agricultura brasileira que corresponde a passagem do complexo rural aos complexos agroindustriais.

A dinâmica do complexo rural era muito mais simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. (...) só havia mercado externo, dado que as atividades deveriam resultar no mercado interno estavam “internalizadas” no âmbito do próprio complexo rural.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.7)

A internalização das atividades se refere a destinação da produção para a subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva.

Assim, combinavam-se diversos tipos de cultivo, em especial aqueles que formavam a base da dieta mineira: milho, feijão, cana de açúcar e arroz. O algodão arbustivo também era quase onipresente. Nos quintais, espaços que compunham os complexos produtivos denominados sítios, cultivavam-se as árvores de espinho – isto é, laranjeiras, mexeriqueiras, limoeiros - ,jabuticabeiras e mangabeiras. Os cafeeiros também eram frequentes, não como cultivo extensivo, e sim para uso doméstico. (LOURENÇO, 2010, p.185)

As práticas de cultivo da terra decorriam tanto do interesse em manter o patrimônio familiar quanto em operar uma rede econômica de produção e consumo dos gêneros para a sociedade. O emprego de técnicas como, o arado, o monjolo, os teares,

tendas de ferreiro e olarias, além do engenho da cana e tendas de moinho, constituíam as atividades de manufatura artesanal da planta produtiva das fazendas. O uso das técnicas era repassado na família pelas gerações constituindo uma tradição local, enquanto as atividades produtivas pretendiam integrar-se a sociedade pela via econômica do mercado e da produção em escala.

Algumas técnicas rurais do sertão são discutidas por Buarque de Holanda (1956). O autor questiona se: “Será lícito dizer se, como disse um geógrafo de nossos dias, que o recurso a técnicas europeias constitui, em muitos casos, uma violência infligida à natureza tropical?” (BUARQUE DE HOLANDA, 1956, p. 247). Em referência às transformações promovidas no espaço físico do sertão que se constituía em uma sociedade organizada, a questão se torna oportuna, tendo em vista a reflexão sobre os propósitos de intervenção na terra. O arado, por exemplo, foi motivo de comum acordo, uma vez que se trata de uma técnica trazida para a região, e que logo se percebeu de pouca eficiência. Assim,

A verdade é que o mesmo ocorre em nossos dias em relação a agricultores procedentes de outros países da Europa; não são raros os casos de colonos que, em terras tropicais, renunciaram ao arado pela enxada ou simples soquete, após tentativas malogradas. (HOLANDA, 1956, p. 246)

Além disso, destacamos a funcionalidade de tal aparato técnico cujo propósito é, não somente manter a terra produtiva, mas buscar meios de atender a demanda populacional que aumentava exponencialmente no SFP, nas primeiras décadas do século XIX. Portanto, como esclarece Meneses (2000),

O uso do arado nem sempre significa aumento de produtividade por homem no trabalho agrícola, e a dependência de outros fatores naturais e humanos são de primordial importância na classificação da agricultura praticada. A racionalidade do agricultor não é a mesma do homem urbano e por isso, talvez, suas respostas à pressão da demanda populacional por alimentos podem ser em grau diferente do esperado. (MENESES, 2000, p. 95)

Sob essa situação de ineficiência do arado enquanto inserção técnica aproveitada para a atividade agrícola, é notadamente comum, entre os autores Meneses (2000), Bustamante Lourenço (2010) e Buarque de Holanda (1956), o entendimento de que a troca da enxada pelo arado oferecia benefícios para a economia, necessitando o

abandono desta técnica recebida e aceita como sofisticada, e o retorno a uma maneira mais rústica e menos agressiva de intervenção nas condições naturais. A exemplo de outros países, adverte Holanda:

Em inquérito recente mostrou-se como lavradores alemães estabelecidos, desde 1887, no Paraguai, tiveram de abandonar, e chegaram à convicção de que solo florestal pode ser destruído, não só pelo uso do fogo, mas ainda pelo abuso do arado. (BUARQUE DE HOLANDA, 1956, p. 247)

Como aponta Holanda (1956), a alternativa local proposta para o estabelecimento da produção agrícola era a queimada. Prática comum entre os pequenos camponeses, mas também entre os índios e os quilombolas. Estes últimos, embora nem sempre com o propósito de produção, utilizavam-se da queimada como mecanismo de defesa dos colonizadores e iludiram-se rapidamente quanto às possibilidades de aumento da produção, como fora detectado anos mais tarde.

Fato que causa surpresa na relação de bens do inventário de Maria Rita é a ausência do arado na lista de bens da fazenda, sinal de que os rotineiros métodos de utilização de enxadas, foices e machados nas propriedades do SFP ainda predominavam em 1867. Ao que tudo indica, o aperfeiçoamento técnico da agricultura na região, como de resto em toda a província seria praticamente nulo no período. (LARA, 2009, p. 250)

O documento de bens da fazenda de Maria Rita no romance *Nos Confins do Sertão da Farinha Podre* de Mario Lara (2009) comprova que as carências técnicas da região não expressam, posto que não estão explícitas, as intenções contrárias da população àquele mecanismo de produção ao longo dos anos, até o final do século XIX. Ele apenas registra a ausência, apontando uma “carência” regional sem compreender as relações dessa causa. Assim, Lara apresenta outros inventários.

Dos 366 inventários de nossa amostragem, nenhum tinha a presença do arado. Ou seja, independentemente do tamanho da fazenda, do cultivo e do período, a agricultura desenvolvida na região baseava-se no mesmo tipo de uso da terra: aquele que prescindia de instrumentos de trabalho agrícola mais elaborado, principalmente por ter na constante incorporação de terras virgens e, portanto, mais férteis, o seu elemento central para a manutenção ou aumento dos níveis de produção. (LARA, 2009, p. 251-252)

Apontamos, portanto, uma resistência técnica de produção da terra que não se verifica no mesmo grau entre as manufaturas e produções de outras técnicas ditas familiares. A exemplo, os teares que despontam na manufatura têxtil, contribuem para uma interdependência econômica regional e um abastecimento local, embasados não apenas na produtividade, mas também na arte e no trabalho metódico da confecção.

Essa produção doméstica vinha de longa data. E nem mesmo o famoso alvará de 1985, proibindo a manufatura, conseguia estancar o crescimento do setor mineiro até a chegada da Corte. Depois da profissão de lavrador, as ocupações em têxteis foram as que mais absorveram mão de obra em Minas. (LARA, 2009, p.42)

Lara(2009) percebe a variedade de trabalhos que constituem tal habilidade. Para o autor, havia “uma ampla dispersão do cultivo de algodão e, conseqüentemente, uma grande produção doméstica, na qual mulheres livres e escravas se debruçavam lado a lado sobre rocas e teares instalados nos domicílios.” (LARA, 2009, p.42)

Rosa (2013), por sua vez, faz uma abordagem mais voltada para produção da terra em uma perspectiva social, apontando as relações de troca promovidas pela comunicação e intermediadas pelos interesses políticos econômicos dos próprios habitantes. Nesse contexto, Tolentino, um personagem camponês, concorda com Domingos, aspirante a atividade de camponês, sobre a necessidade de aumentar a produção de fumo e se dispõem a ensiná-lo. Ele descreve o seguinte diálogo em seu romance: “ - Rapé é também bastante usado. Domingos falou que se tudo desse certo, também ele precisaria de produção de cana para produzir rapadura e pinga.” (ROSA, 2013, p.52) A notícia da venda que o protagonista é convencido a empreender correu rápido por Chapada e chegou a Barreiro.

Quando tudo parecia prontamente organizado, a casa levantada com pedra e palha de buriti, seu João Godim, dono da Fazenda do Pão de Açúcar chega para interpelar Domingos sobre a possibilidade de se fazer a venda dentro de sua fazenda.

- Venho lhe trazer uma proposta. Gostaria que o senhor montasse a sua venda lá no Pão de açúcar, perto da capela. Eu construo a sua casa e garanto o seu sustento até a venda pegar a sua freguesia. Domingos ficou atarantado. Recém chegado ao lugar, não poderia contrariar um dos fazendeiros mais ricos da região. Mas o pão de açúcar não é lugar de passagem. No pouso seria muito melhor e já estava quase pronta.

- Seu João me desculpe. Deus me livre de me indispor com o senhor, mas me dê um tempinho para pensar. Não sei seria viável. Lá não é lugar de passagem, não tem o movimento que tem aqui.
- Eu garanto o necessário para a venda funcionar.  
Isso foi dito em um tom de mando, de quem não está acostumado a escutar recusa. Domingos não sabia o que fazer: se insistia em pedir um pouco de tempo, se aceitava, se negava... Parecia que seu projeto de venda estava desmoronando. (ROSA, 2013, p.54-55.)

Seu João Godim, fazendeiro respeitado da região, sentia-se ameaçado pela chegada de outros fazendeiros e lhe interessava manter a centralidade social e econômica de sua fazenda. O narrador explica que “cada fazendeiro quer puxar o desenvolvimento para seu lado, então o que vai pesar é a melhor localização, que não era o Pão de Açúcar.” (ROSA, 2013, p.57). João Godim tinha interesse em povoar a sua fazenda, mas em diálogo com outros fazendeiros que entraram na conversa. Compreende-se que seria impossível estabelecerem duas vendas, e nesse caso, a venda de Domingos se manteve onde iniciara.

Logo começou a funcionar a venda de Domingos. Assim que ficou pronta, veio muita gente ver. Os fazendeiros trouxeram suas colaborações porque esse progresso era de interesse deles. Trouxeram meios de subsistência para Domingos ir se agüentando até a venda se firmar. Ninguém que passasse por ali deixava de entrar. Era como que fantasiando um progresso, o estar em uma vila. As pessoas começaram a tratá-lo por Mingo. (ROSA, 2013, p.58)

Além das relações sociais de dependência a que eram submetidos os “forasteiros” na região, posto que afirmavam a venda de mercadorias sob a vigília dos fazendeiros, o autor aponta a dependência dos personagens relacionada à subsistência da terra como uma condição de permanência dos personagens no lugar. Aponta, também, o interesse pelo progresso, pela eficiência e pela funcionalidade do capital comercial que aos poucos ia substituindo as relações mercantis e de trocas econômicas.

Mingo plantou cana de açúcar. Pretendia fazer rapadura e cachaça, para vender tanto na venda como para os fazendeiros e mandar para Desemboque e São João Del Rei. Um pouco mais retirado, foi feito outro cômodo de pau-a-pique, com uma fornalha onde seria a destilaria. (...)

Os filhos de Fagundinho acabaram ficando com os pais. Ajudavam na roça, ajudavam Mingo no canavial, ajudavam o Tolentino na produção de fumo e picavam-no para vender em pacotes.

Todos se davam muito bem, com confiança e brincadeiras, bastante talvez pelos objetivos comuns. (ROSA, 2013, p.59)



Nesse momento da história entra cena Noronha, um trabalhador das redondezas. Ele era exímio carapina que atendia a todas as fazendas da região. Transformava um tronco de árvore em qualquer peça para construção, com muita eficiência. Fazia porteira e outras peças do cercado. (ROSA, 2013, p.59).

– Sei fazer qualquer coisa de madeira, até monjolo.

Contou que, morava em Ouro Preto, onde participou da construção de muitas casas e igrejas. Mas os impostos eram altos. Noronha teve uma série de contratemplos e acabou endividado. Por mais que trabalhasse, a dívida ia aumentando até que lhe tiraram a pequena casa e oficina. (...) Assim, conseguiu seguir com uma caravana, para trabalhar nas fazendas do Barreiro no sertão dos Araxás, além divisa de capitania. Os fazendeiros da caravana tinham interesse em levar o profissional que poderia resolver inúmeros problemas nas fazendas. (ROSA, 2013, p.59-60).

Após um breve relato sobre o desenvolvimento regional em Chapada e Barreiro, a narrativa aponta para a relação de proximidade de Noronha com os escravos em relação ao seu trabalho e técnica de produção.

Na fazenda onde ia trabalhar, escolhia uma árvore de boa madeira, dura e resistente. Os escravos a derrubavam com machado, desgalhavam-na e, com uma junta de bois, arrastavam a tora até o pátio de trabalho. Aí era a vez do carapina que apenas com machado e enxó, preparava uma viga, um esteio ou um portal. Às vezes era um telhado. Com o crescimento da produção das fazendas, as casas eram melhoradas ficando mais confortáveis e isto estava acontecendo por toda região. (ROSA, 2013, p.60)

À medida em que a sociedade sertanista ia se transformando em uma sociedade rural mediada por um mundo típico das famílias tradicionais mineiras, a compreensão sobre a eficiência e a funcionalidade técnica empregada no lugar despontavam para apenas um tipo de progresso, que visava a participação do Império e da República que se formavam, bem como suas relações capitalistas. Esse progresso vai contra a proposta narrativa de Rosa (2013), em sua perspectiva de conjunto, ao passo que evidencia os modos apresentados por Lara (2009) em sua pesquisa documental. Percebe-se também uma ruptura quanto a estruturação social que se organizava entre as vilas e os arraiais das Minas e o meio rural. Conforme aponta Lara (2009),

enquanto Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rey, Serro e etc., havia as classes nitidamente estruturadas, cada uma organizando a sua confraria, e cada confraria a construir sua capela, a fim de que os

irmãos pudessem livremente frequentar o templo, sem o constrangimento do contato com elementos de outras classes, no meio rural, a igreja era uma só, frequentada pelos senhores, seus familiares, os camaradas, os escravos. (LARA, 2009, p.59)

As crenças e os valores de cada tipo de sociedade ficavam mais evidentes conforme a prática social local se organizava. Necessidade e possibilidade se afirmavam no território do SFP, concomitantemente as questões de conflito da formação de uma identidade local.

No próximo item discutiremos as dimensões estéticas, as formas e os interesses que levaram a região do SFP a ser conhecido como uma importante região de passagem no país durante o século XIX, e que assim permaneceu até o século XX. Assim, a passagem diz respeito a poderosa afirmação de uma fronteira econômica com os mais diversos interesses políticos impulsionando as travessias.

## **2.5 Viagens e travessias do mundo rural no Sertão da Farinha Podre: dimensões estéticas do ponto de passagem**

Pela estratégica localização do SFP, muitas foram as razões que motivaram as mais diferentes passagens e travessias na região entre os séculos XVIII e XIX. Para que chegassem às Minas de Goiás, era inevitável que os tropeiros atravessassem a região. Também, para alcançar frente de batalha na Guerra do Paraguai e ou para que os nordestinos chegassem ao sudeste, a rota pelo SFP consistia em um caminho mais plano em seu relevo, oferecendo menos desvios do que haveria à leste das Minas Gerais.

Rosa (2013) e Lara (2009) recorrem às muitas travessias realizadas na região pelos mais diferentes grupos sociais. O primeiro autor aborda com mais frequência a condição de ponto de passagem da região, embasando-se, sobretudo, na parada de caravanas pela região, em pontos estratégicos chamados de pousos dos tropeiros. Assim, ele se encarrega de apresentar as intenções de viajantes no local, ainda desconhecido e promissor.

Na obra, em meio à travessia feita pela caravana, próximo à Desemboque, os personagens encontraram viajantes vindo no sentido contrário da trilha.

José Gomes, agora chamado de Domingos, perguntou para onde levavam a boiada:

– Aqui perto, umas dez léguas de Desemboque, entrando por aquela trilha, descobriram um lugar com água salgada. O gado pode salitrar ali, dispensando o uso do caro sal. Muitos fazendeiros estão se mudando para lá. (ROSA, 2013, p.28)

Nesse momento o narrador anuncia o desvio de rumo do protagonista que, a caminho de Desemboque, compreende que a alternativa de ir para o lugar chamado Barreiro é ainda mais atraente, visto que se trata de um lugar ainda mais ermo, porém, com condições naturais mais específicas para o estabelecimento de uma venda e fixação no lugar. “Domingos continuou a perguntar sobre o Barreiro, e acabou decidindo ir ver o lugar. Caso não fosse viável estabelecer lá uma venda, seguiria para a trilha de Anhanguera.” (ROSA, 2013. p.28)

A trilha do Anhanguera, primeiro caminho construído por Bartholomeu da Silva ainda no período setecentista, tornava-se gradativamente a rota oficial para os viajantes que se deslocavam de São Paulo para aquela região.

Com o interesse de transpor as distâncias, a tropa arriscava, por vezes, caminhos desconhecidos. Em uma destas trilhas é que eles encontram uma mina de água salgada (Barreiro). Para eles o sal vale ouro. (ROSA, 2013. p.70.) E por isso tal notícia é rapidamente espalhada em Desemboque. “Alguns criadores queriam levar o gado imediatamente até o sal, para o lado dessas águas. (ROSA, 2013, p.71.) Assim é anunciado que é possível “ter grandes rebanhos sem gastar dinheiro com sal.” (ROSA, 2013, p.71.)

- O lugar tem sal, o que podemos querer mais?
- O sal está muito caro!
- Eu já pensei em ir até o Rio de Janeiro trazer um carro de sal para vender.
- São muitos meses de viagem... e tem monopólio.(ROSA, 2013, p.71.)

A movimentação em relação à descoberta de águas com sal próximo a Desemboque desperta o interesse da população e de muitos fazendeiros por ali. Talvez tenha sido este, em princípio, o principal motivo de se tornar um ponto de passagem dos primeiros fazendeiros, em busca de economia e aproveitamento territorial. Para conhecer o lugar, “pegamos um desses índios vagabundos para guiar a gente” (ROSA, 2013, p.71). “Organizaram-se para a viagem, arrumaram as coisas de que precisariam, marcaram o dia: uma segunda feira do mês de agosto de 1769. (ROSA, 2013, p.72.)

A ideia de uma região “perigosa”, em vista dos riscos derivados da natureza daquele sertão, é contemplada na narrativa de Lara (2009), que apresenta uma abordagem ainda mais variada pelas razões que motivaram as viagens para a região. Detalhadamente descrito em trechos da obra, o autor apresenta não o lado romântico ou a aventura dos viajantes que peregrinavam pelo local, mas os dramas remetidos a tal atividade e as dificuldades presentes ao longo do percurso. Para o autor o caminho das rotas não fora construído de maneira a buscar uma distância mais curta entre os pontos de partida e chegada, mas feitos e refeitos com base na segurança de saber e poder ser trilhado sem prejuízos de perdas.

O traçado desses caminhos ou picadas não obedecia a outro critério senão o de comedimento de esforços em sua construção. Quanto a sua largura, limitava-se “ao extremo necessário”, focando as tropas de animais de carga a caminhar sempre em fila indiana. As pontes eram raras. Muitas vezes, os viandantes eram forçados a grandes desvios a procura de leitos mais rasos, ou, então, a se valer de canoas para a travessia de cargas e pessoas, enquanto os animais cruzavam os rios a nado. Em suma, de acordo com Caio Prado Júnior, a trafegabilidade dessas estradas “estava muito mais entregue aos azares da natureza que às artes dos homens”. (LARA, 2009, p. 121)

Ainda que com receio de se depararem com os indígenas pelo caminho, viajaram com muitas dificuldades devido aos acidentes geográficos ao longo do percurso. Estão presentes nestas narrativas a luta com a natureza física e humana, a luta pela sobrevivência em meio ao desconhecido e as possibilidades de ultrapassagem destes caminhos a partir do desbravamento. É importante considerar que, dada a dificuldade da travessia, havia sempre um oferecimento de moralidade à reputação daqueles que alcançassem a façanha da trajetória, e para tal, o colono nunca estaria sozinho. Índios, escravos, ou mesmo os bandos constituídos de muitos homens, eram a segurança necessária para evitar desvios de percurso e imprevistos que pudessem comprometer a empreitada. Entretanto, os animais também contribuíram para essas viagens. “o boi, se não marchava junto com seus primeiros entrantes, era, certamente, companheiro do colonizador, daquele que vai se fixando no território, como seu sempre tivesse sido”//;. (LARA, 2009, p.57). Assim,

Apesar de ser um veículo destinado ao transporte de qualquer espécie de mercadoria, não exigindo estradas preparadas, os carros de boi serviam ainda para conduzir enfermos, velhos, senhoras e crianças, devidamente guarnecidos por uma cobertura de esteira ou de lona, a fim de proteger os passageiros contra as intempéries. Ou para o

transporte das famílias dos fazendeiros aos arraiais e vilas aos domingos e nos dias de festas religiosas. (LARA, 2009, p. 254)

Na medida em o SFP começa a se transformar em um ambiente rural, crescem as demandas pelos deslocamentos e travessias que se fazem em função do transporte de pessoas, de alimentos e utensílios necessários para o abastecimento.

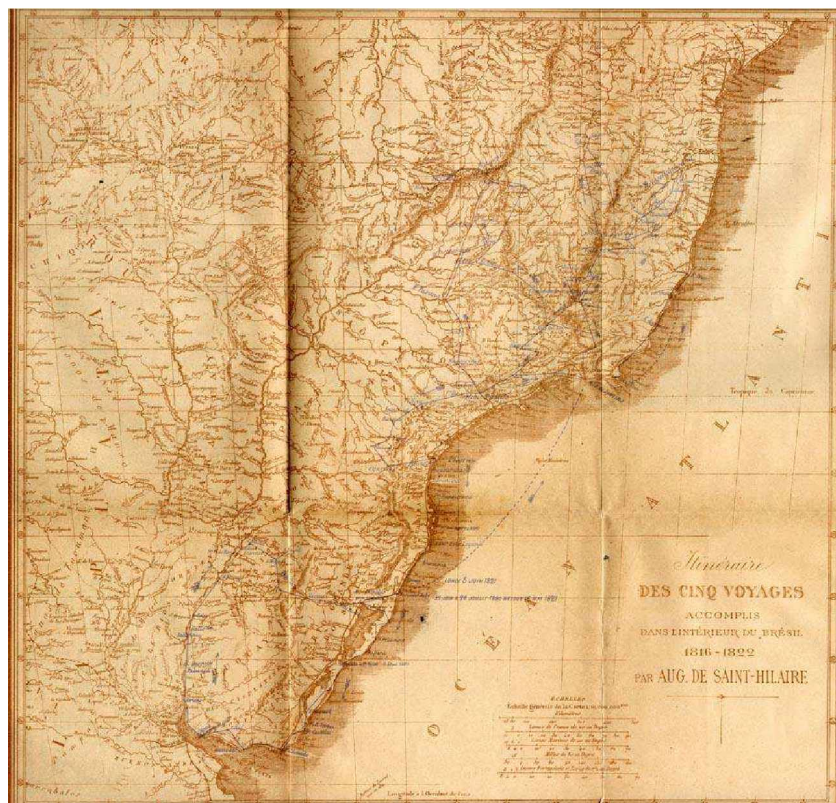
A paisagem mineira era repleta de lares voltados para esse tipo de produção doméstica. Reputada como a indústria mais difundida em Minas no século XIX, são vários os testemunhos de viajantes europeus sobre o vaivém das tropas de muares carregadas de tecidos e de algodão em rama destinados a diversas localidades de Minas e à Corte. Eram tecidos grossos e resistentes por vezes mesclados com lã – cobertas, cobertores, mantas e colchas - , produzidos pelas cardadeiras, fiandeiras, rendeiras, tecedeiras e tingideiras que dominavam esses ofícios. (LARA, 2009, p.43)

Já no início do século XIX, outras presenças ilustres de viajantes naturalistas contribuíram para o registro e a divulgação dos modos da região. O mais conhecido deles, Saint Hillaire, é citado em diferentes ocasiões da obra de Lara (2008), contribuindo significativamente para a reconstrução histórica proposta pelo trabalho narrativo.

Observou ainda Saint-Hilaire (...) a desordem é a característica dessas miseráveis habitações todas feitas de barro. Nelas não se veem móveis, e os poucos objetos que as compõem jazem espalhados por todo o lado. A única solução a que seus moradores recorrem, para que nem todas as coisas não fiquem jogadas no chão, é fixar pedaços de pau nas paredes, onde penduram a cela, as esporas e umas poucas roupas ordinárias. (LARA, 2009, p. 67)

Mais do que a literatura, os registros organizados pelas viagens de Saint Hillaire pertencem a um acervo que atende a multiplicidade de interesses históricos e geográficos da época e de muitas regiões do país. Na figura 3 é possível observar o itinerário longínquo a que se dedicou no país para registrar e possibilitar o conhecimento desses lugares.

Figura 4 - O mapa original dos itinerários de Saint-Hilaire<sup>11</sup>



Fonte: Blog Tertúlia Bibliofila. Acesso em 14/12/2016.

A minuciosa descrição do naturalista compreende a paisagem integrada em seus aspectos naturais e econômicos, procurando, quase sempre, além das potencialidades econômicas, as especificidades locais, costumes, hábitos e tradições.

Com relação às mulheres, vale a pena destacar as observações deixadas a seu respeito pelos viajantes europeus que ali transitaram. O botânico Saint-Hilaire em sua longa peregrinação pelas fazendas Farinha Podre ressaltou que elas se escondiam e não apareciam diante dos hóspedes e dos visitantes. Todavia, conforme o seu relato, gostavam de observá-los. Várias vezes, segundo ele, a dona de casa e suas famílias esticavam o pescoço por trás da porta entreaberta, a fim de o ver, escrever ou estudar as plantas. (LARA, 2009, p. 61)

Em um dos trechos, Lara (2009) relaciona o testemunho do naturalista ao trânsito de carros de bois naquele período.

De Araxá até São João Del Rey, num percurso de mais de 40 dias, o transporte de toucinho era feito em carros de bois, conforme o testemunho de Saint-Hilaire: “ – Ao atravessar esses pastos, encontrei

<sup>11</sup> Blog Fulano de tal: <https://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2011/05/auguste-de-saint-hilaire-apontamentos.html>. Acesso em 14/12/2016.

uma série de carros puxados por três ou quatro extensas juntas de bois, carregadas de tocinho e conduzidas por homens brancos. (...) O custo de uma viagem desse tipo é pequena, uma vez que os carreiros levam consigo o necessário para a sua alimentação e até mesmo o milho destinado aos bois.” (LARA, 2009, p. 65)

Logo começaram a surgir trilhas alternativas para burlar o fisco. A mesma coisa aconteceu em Goiás. Por isso, a coroa portuguesa estabeleceu a pena de morte para quem abrisse sem autorização, outros caminhos. Desse modo, ficaram as duas principais picadas oficiais para Goiás: uma de São Paulo – a estrada Anhanguera – e outra de São João Del Rei. “Também havia a estrada de São Paulo até Desemboque. E algumas clandestinas aqui e ali”. (ROSA, 2013, p.82-83.)

Depois de extensa subida, lá em cima, à direita era um chapadão de campos abertos. Em frente, descobriram que estavam em lugar muito alto, de encosta íngreme, em que grande panorama se descortinava aos olhos. Uma vista maravilhosa! (...) O índio disse que Suncué era por ali. O índio parecia conhecer a região. Ele chamava Suncué o lugar onde os animais vão beber água salgada e comer terra. O índio Custódio parou, olhou, avaliou e disse:

- Aqui ser bom pra entrar mata e descer até Suncué. (ROSA, 2013, p.82-83.)

Rosa (2013) faz referência à paisagem maravilhosa que sobressaía aos olhos dos viajantes que alcançavam o ponto do Suncué. A imagem do “novo”, da paisagem natural pronta para ser apropriada saltava os olhos dos viajantes que, fascinados, não mediam esforços para se estabelecerem na região. A possibilidade de intervenção local e de exploração econômica atraía, cada vez mais, viajantes e exploradores, à medida em o lugar era invadido e dominado pelos senhores das fazendas.

Chamaria ainda a atenção dos viajantes europeus que por ali passaram, a criação de porcos, um dos mais significativos empreendimentos das fazendas mineiras, uma vez que o toucinho se constituía num importante produto na pauta de exportação de Minas para a Corte. (LARA, 2009, p. 65)

Cabe destacar que, de maneira geral, a técnica foi motivo de muitas dessas travessias e viagens realizadas pelo SFP. Em busca de potenciais naturais que justificassem as ações exercidas sobre os recursos aparentes, Natureza e Homem estreitam relações e transformam modos de produção local.

Tal potencial econômico relativo atividade de produção suína é também destacada por Lara (2009) em registros feitos pelo engenheiro de minas Eschwege. Este, tal como o naturalista Saint Hillaire, teve a incumbência de observar e registrar a paisagem da região em suas viagens, caracterizando as potencialidades de exploração mineradoras, embora esta intenção dos viajantes europeus estivesse inerente a descrição e ao registros da materialidade dos hábitos locais oferecidos pela natureza local.

Segundo o engenheiro Eschwege “as paredes da pequena moradia eram feitas de barro e estavam inteiramente esburacadas, enquanto a porta se encontrava semiobstruída por varas, que impediam a entrada dos porcos.” (LARA, 2009, p. 67)

A imagem de um mundo desconhecido e recoberto pelas belezas naturais oferecia margem para a concepção da metáfora, enquanto projeto e proposta para o futuro da região. O interesse em promover o avanço social com base nos interesses dos colonizadores, em enaltecer a terra em relação ao território brasileiro, se organizava até os finais do século XIX. Os interesses locais de camponeses, índios e escravos se limitava ao desenvolvimento da subsistência. Ao contrário do apego à terra observado pelos habitantes tradicionais, esses colonizadores se propuseram a investir em manufaturas, mercadorias e produtos externos a região, considerando uma gradativa adaptação do meio a determinadas culturas. Toda essa maneira de ver o “novo” território contribuiu para o isolamento da família mineira no meio rural, como foi dito anteriormente, e a supressão de valores simbólicos, como a terra e a paisagem por onde os índios, quilombos e camponeses foram transformadas pelos novos valores de bens e sofisticação técnica.

Tomamos aquilo que Tuan diz sobre a relação estreita entre os homens e a terra, e a significação entre o lugar e a vida rural.

O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. [...]. Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles, e a beleza, como substância e processo da natureza, pode-se dizer que a personifica. Este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada. (TUAN, 2012, p. 111)



O estudo da *Natureza do Espaço*, intensamente realizado pelo geógrafo Milton Santos em muitas de suas obras, tende a uma maneira a abarcar o mundo enquanto totalidade, sob a compreensão de que essa totalidade é dada particularmente, ou singularmente, enquanto possibilidade. Para Santos (2002), preocupado em apresentar um espaço geográfico onde se fizesse a crítica social e a interpretação integrada de aspectos que potencializassem a transformação da sociedade contemporânea, o grupo social não se globaliza, bem como “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. A metáfora, como sugere o autor, se aproxima daquilo que Rosa (2013) apresenta enquanto analogia de algo que foi experienciado e vivido.

Nos próximos parágrafos a pesquisa versará sobre a questão dos espaços da diferença, considerando o pensamento de Foucault e de Deleuze. Assim, a geoliteratura se afirma a partir da própria ideia de diferença refletida em outras estruturas de racionalidade e de emoção em relação ao território. Com as imagens afetando determinantemente o modo de vida, da relação espaço-tempo na região do SFP narrada pelos autores, encontramos uma ressignificação da passagem e dos trânsitos, num espaço externo que é apropriado e transformado pela região. Não por acaso, predomina na contemporaneidade uma trilogia eros, logos e cosmos que afirma a região do SFP como Ser-tão de passagem para o interior.

### 3 DIFERENÇAS PRESENTES: O MUNDO RURAL QUE SE (RE) CONFIGURA

#### 3.1 As diferenças presentes: geoliteratura

Partimos do pressuposto de que toda diferença define um limite de identidade, uma vez que a diferença é a lógica que se realiza na frase “isto não é aquilo”, e que remete a uma negação da identidade, embora, também, a uma tomada de consciência das formas do rural adquiridas no espaço.

Ao propormos uma reflexão sobre a diferença, trazemos a tona o conceito tal como definido por Derrida (1995), para quem a diferença é um ponto não fixo que pode estar em qualquer lugar da escala imposta pelas oposições binárias hierarquizantes. Assim, cada elemento textual, cada signo lingüístico, não é interpretado por si mesmo, mas por meio de toda uma cadeia de significantes e significados que compõe um sistema de linguagem. Isso se deve ao fato de que a língua é um sistema que se caracteriza justamente pelas oposições, oferecendo, em primeira instância, um sentido de identificação e, intrinsecamente, de diferença. Ela constitui um limite de significação. Daí a razão de Derrida dizer que:

Tudo no traçado da diferença é estratégico e aventureiro. Estratégico porque nenhuma verdade transcendente e presente fora do campo da escrita pode comandar teologicamente a totalidade do campo. Aventureiro porque essa estratégia não é uma simples estratégia no sentido em que se diz que a estratégia orienta a tática a partir de um desígnio final, um telos, ou um tema de uma dominação, de um controle ou de uma reapropriação última do movimento ou do campo. [...] Se há uma certa errância no traçado da diferença, ela não segue mais a linha do discurso filosófico-lógico [...].(DERRIDA, 1991, p. 38)

Trata-se de uma desconstrução do logocentrismo<sup>12</sup> contemporâneo, de modo que a escrita passa a ser vista não mais como uma representação de algo e, sim, a partir da infinitude de seu próprio jogo dialético, através da interpretação. Raffestin (1993, p. 26) adverte para o fato de que só a análise relacional pode ultrapassar essa dicotomia entre o

---

<sup>12</sup> Para o filósofo Jacques Derrida, o logocentrismo é a centralidade do *logos* no pensamento ocidental, questionável em decorrência do seu caráter metafísico, fruto de uma consciência interiorizada que se expressa através da linguagem falada e empreende uma investigação ontológica da realidade. Na racionalidade ocidental o que não está dentro desse contexto, não é levado em consideração.

concebido-vivido que fundamenta a dualidade de um espaço absoluto e relativo, total e particular.

O "estrategista" não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o "espaço": O espaço estratégico não é uma realidade empírica ..." É, de fato, criado pelo conceito de ação, que pode ser a guerra, mas que também pode ser qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação. Eis o porquê de esses elementos do código sintático, que são a dimensão, a forma e a posição, permanecerem essenciais na linguagem do território, mas devem ser retomados como plano de expressão de uma semiologia conotativa. (RAFFESTIN, 1993, p. 25)

Assim também considera Harvey, citado por Haesbaert (2010), para quem a distinção de um espaço absoluto, relativo ou relacional (2010, p. 161) não figuram em si mesmos, mas estão interligados, podendo transformar-se um em outros conforme circunstâncias. Apesar dessa classificação, em que 'espaço' apresenta diferentes meios de análise, estas formas se (re) configuram e se (re) organizam considerando um tempo social como eixo norteador. "Estamos inexoravelmente situados nas três estruturas, embora não necessariamente da mesma forma." (HAESBAERT, 2010, p.161). O autor também faz referência às práticas sociais que remetem aos espaços: vivido, através das práticas espaciais materiais; percebido, através de representações do espaço; e imaginado, que se configura em espaços de representações. Traçamos aqui um paralelo entre as diferenças presentes em análises sobre o espaço em vista da criação e da produção em que se afirma. Pois, se a linguagem se aproveita de um conjunto finito de elementos para a sua representação, sob os signos da dinâmica social, ela desencadeia, por outro lado, formas inarticuladas e infinitas que correspondem a construção de um plano coletivo de paisagens imaginárias e metáforas espaciais, cujo alvo é o espaço de representação e, portanto, um espaço imaginado e subjetivo.

É possível apontar algumas diferenças presentes no mundo rural a partir da abordagem feita pelos autores quanto à organização do território do SFP após a ocupação colonial. Para isso, retomamos um aspecto presente na narrativa realizada pelos autores Rosa e Lara corresponde à formação do território nas múltiplas interpretações que sugerem as obras *Sertão da Farinha Podre* e *Nos Confins do Sertão da Farinha Podre*.

Sob esse aspecto, consideramos a relação do território com o espaço geográfico, e literário, segundo a experiência dos personagens das narrativas e de seus respectivos autores. Tomado a partir de uma consciência histórica, o conceito de mundo é fruto de uma tradição filosófica, não enquanto resultado do anúncio bíblico que ofereceu “o passado como memória criacionista e o futuro como espera escatológica” (GALIMBERT, 2006, p.313), mas enquanto uma consciência histórica de permanências e de transformações das tradições de uma época.

Assim, o mundo rural que se apresenta nas obras considera que em toda parte há relações com a terra e o trabalho e novos conflitos, ou o aguçar dos velhos entre antigos e novos personagens rurais. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso”. Essa maneira obstrui o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida dos índios, ex escravos e camponeses.

Contemporaneamente, se é possível admitirmos alguma permanência da cultura externa às formas modernas de uso e aproveitamento das terras, seguramente ela não está nas formas do agronegócio, que traduzem um modelo capitalista contemporâneo de uso da terra. Como nos lembra Oliveira (2007)

O monocultivo de exportação até então chamado de agribusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves, tratava-se de substituir e diferenciar a agri-cultura do agro-negócio. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

Ao que se refere à agricultura, tradição e modernidade se distinguem no modo de se relacionar com a terra e as marcas legadas na história. A cultura, tal como a terra, demandam registros no tempo. O agronegócio que se consolidou a partir da perspectiva capitalista transformou toda a história milenar de trabalho e relação com a terra em tecnologia mecanizada, inserida no sistema técnico científico informacional.

Desprovida do contato físico e da construção de valores sociais concretos, alguns valores que dizem respeito inclusive à sacralidade da terra, a simbologia e a forma se

perdeu no tempo do século XX; em função principalmente da penetração do capitalismo no campo que transforma tudo em mercadoria.

As narrativas das obras apresentam tais diferenças, pois Rosa (2013) demonstra as disputas de perspectivas entre os personagens indígenas e colonizadores em um dos diálogos no pousio. Simplifica o contato entre índios e colonos considerando a exclusão de uns pelos outros, a exclusão dos indígenas pelos colonizadores da área em função do crescimento econômico.

Que os caiapós fiquem fora dessa área!  
 - Mas não adiantou nada!  
 - Sobrou só o nome.  
 - Pior com os caiapós, que nem o nome sobreviveu.  
 - Porque eram bravos! Não eram amigos...  
 - Amigo?! Amigo de branco?  
 - Nada pode impedir o progresso!  
 - Os araxás eram amigos de brancos. Pediram proteção e catequistas.  
 Veja no que deu...  
 - Jantar de Caiapó! (ROSA, 2013, p. 77)

Domesticados por colonizadores, a discussão no pousio de tropeiros refere-se à intenção colonizadora de avançar sobre a cultura indígena à custa da tribo indígena dos Araxás. As tribos se tornam rivais na luta pelas terras e são extintas para dar lugar ao progresso de caráter colonizador. A maneira como estas formas se expressam na história indicam a mudança de uma estrutura indígena de relação com a terra para uma relação colonial.

Na América espanhola, a substituição da encomienda nas áreas de populações indígenas foi sendo feita de forma gradativa. A prática das encomiendas continuou a submeter as populações indígenas da América espanhola até o século XIX. Junto a esse tipo de sistema, desenvolveu-se também, nas haciendas (fazendas) e depois até nas minas, o sistema de peonagem. Este consistia na presença do trabalhador dito "assalariado", mas que, no entanto, só recebia em troca pagamento em espécie (carne, aguardente, roupas e utensílios). Esses produtos eram adquiridos no armazém da hacienda e mais tarde também nas minas, e seus preços eram muito altos, tornando o trabalhador permanentemente endividado. Tratava-se, portanto, de uma relação não-capitalista de produção, uma vez que o sistema não se configurava em um salário em dinheiro e nem na liberdade de o trabalhador ir e vir, comprar e vender sua força de trabalho.. (OLIVEIRA, 2007, p.26)

A partir do século XIX, as formas não capitalistas, que se realizavam através das trocas entraram em colapso para se ajustarem à nova ordem estabelecida com o

capitalismo emergente. Se isso é visível a partir da situação indígena, para ex-escravos e camponeses ela se torna ainda mais clara, uma vez que a decadência do império e o surgimento da república atravancavam os progressos regionais em função da formação de uma federação segundo uma integração nacional. Oliveira (2007) aponta as condições em que o sistema escravista se desenvolveu na América. Assim,

A produção escravagista de mercadorias espalhou-se pelo novo mundo, pelo continente americano particularmente. O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele. Assim, na economia colonial, sob o comando da circulação, o próprio escravo era mercadoria. Portanto, o comércio de escravos permitia a obtenção de lucros antes que se produzisse a mercadoria. (OLIVEIRA, 2007, p.24)

Rosa (2013) identifica as relações do comércio de escravos entre São João Del Rei e o Sertão da Farinha Podre. A cidade contribuiu muito com o crescimento local, dadas as trocas comerciais, a proximidade e a tradição que mantinha de ponto para venda de mercadorias.

Em São João Del Rei, do mesmo modo que em outras cidades, havia lugares próprios para adquirir escravos. Isso podia ser feito por compra ou em leilões. Os negros eram exibidos em cômodos ou em praça pública. Eles eram colocados à frente dos compradores e eram obrigados a levantar os braços e bater os pés no chão. Gritar com força, mostrando que estão em ordem com os pulmões. Corriam de lá pra cá em exibição. Os fazendeiros avaliavam, ponderavam e decidiam-se pela compra ou não. Nus e de cabeça rapada, os escravos ficavam sentados por ali, dia e noite, até serem vendidos. O dono ou comerciante pode comprar, vender, trocar ou dar por uma dívida, sem que o escravo possa exercer qualquer direito ou objeção legal ou pessoal. Também podiam alugar escravos. (ROSA, 2013, p.149)

Como é possível notar, a circulação econômica da região deixa de ser “autossuficiente” territorialmente para avançar sobre um comércio de escala econômica além dos próprios limites. O sertão da farinha Podre comercializava tanto com Minas, quanto com São Paulo e Goiás. E nos finais do século XIX, sua atividade seria determinada com a construção da Estrada de Ferro Mogiana, responsável pela concretização do comércio entre essas regiões. Assim,

O lento sistema de transportes do Antigo Regime era uma estrutura de longa duração, que somente começou a desaparecer com a Revolução

Industrial, na passagem do Século XVIII para o XIX. Era um limite para a economia, um obstáculo intransponível, que condicionava trocas, o crédito, o abastecimento e a avaliação de risco das atividades econômicas. Milton Santos lembrou que lentidão, a demora em vencer as distâncias no período pré maquinico, implicava a impossibilidade de perceber a simultaneidade dos eventos necessária à inserção daquele território no sistema coordenado no plano global. (BUSTAMENTE LOURENÇO, 2010, p. 69)

Lara (2009) faz referências explícitas ao trânsito das comunidades tradicionais para a sociedade capitalista. Em sua obra ele dedica um capítulo a um fazendeiro capitalista de Araxá para anunciar a chegada de um novo modelo de relações econômicas baseado não nas trocas, mas na compra e na venda através do dinheiro. Apresenta o capitalismo, portanto, tal como ele viria a se apresentar através dos registros históricos e documentos levantados. Ele percebe o advento do capitalismo através da materialidade dos artefatos que eram introduzidos nas fazendas e registrados em inventários *pos mortem* dos personagens. Maria Rita de Cássia, esposa de Bartholomeu Ferreira da Silva, deixaria algumas pistas da então modernização econômica impressa no tempo.

Como no inventário de Maria Rita, o item escravo deixava de ser o ativo mais importante na composição da riqueza de Bartholomeu, sinal de que começava a surgir em Araxá um novo tipo de proprietário rural, “o fazendeiro capitalista”, qualificação dada aqueles empresários que associavam as atividades agrícolas aos negócios financeiros e comerciais, que lhe rendiam juros anuais ou semestrais. Ou seja, o lavrador capitalista seria aquele que não vivia somente das rendas provenientes da agricultura, mas também de aplicações e de empréstimos a juros. (LARA, 2009, p.273)

Fazendo menção ao processo de modernização que o território vivia, Lara (2009) permite perceber a transição de caráter econômico que visava o desenvolvimento do comércio não mais restrito ao local, mas também disposto à comercialização de produtos industriais de engenhos e teares que passam a fazer parte da economia brasileira com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil. Assim, a produção dessas manufaturas aquece o mercado local ao mesmo tempo em que o SFP passa a receber objetos mais sofisticados para vestimenta, alimentação e utensílios para casa.

Nascida sob o signo das águas”, a sociedade araxaense se viu forçada a absorver outros mecanismos que desobstruíssem a estrutura produtiva rural extensiva, então predominante, e se adaptar à

modernidade que chegava à região junto com os trilhos da ferrovia. (LARA, 2009, p.294)

O espaço natural se transforma, do sertão ao rural que caminha para a modernização, afirmando-se enquanto um espaço técnico. Este espaço técnico, que será tema do próximo item, se apresenta através de imagens nas narrativas, colocando em relevo a dinâmica entre a sociedade e a natureza através da produção do espaço que se organiza entre o território e a paisagem. Apesar da sua inserção na economia global, já nos finais do século XIX, com o Zebu na Índia, o SFP manteria sua personalidade particular no quadro geral da economia local. A região de passagem fomentava o sonho e a idealização do avanço do mercado, do progresso e da inserção técnica mais sofisticada para a época.

A modernização da região e o progresso são apontados por Lourenço (2010) considerando a chegada da ferrovia, trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro entre 1888 e 1897. Conforme este autor, este fato acelerou o tempo dos deslocamentos e dos transportes. Foi um acontecimento quase simultâneo em todas as partes do mundo, embora a tecnologia rodoviária já existisse desde 1830. (LOURENÇO, 2010, p. 97.) O referido apontamento se faz relevante considerando, também, a nova divisão territorial do trabalho, que em escala mundial, inseria o Triângulo Mineiro na rede de estruturação econômica global que despontava no final do século XIX e início XX.

### **3.2 Imagens da técnica no mundo rural das narrativas**

As duas composições literárias discutidas nesta pesquisa remetem, cada qual, a uma maneira particular de conceber o espaço e o território do SFP. Lefévre (2011) ao conduzir a questão da técnica na dimensão do ser, da ação e da realização, traz ao debate *A Produção do Espaço* com vista para as relações de poder que se instituem nas dimensões materiais, ideológicas e ontológicas. Tal produção emerge de maneira intrínseca aos desdobramentos técnicos e científicos da vida moderna, quando “a obra de arte não tem outro sentido, ou objetivo, que não ela mesma; (...), a obra de uma atividade humana (individual) que se realiza com uma finalidade em si” (LEFEBVRE, 2001, p. 16). Dialogando com esse pensamento, Raffestin adverte que



Não se trata pois do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. E, em suma, é o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147)

Dessa maneira, pretende-se aqui, inferir sobre a necessidade de aproximação entre as distintas produções literárias a partir de um entendimento teórico e filosófico que faça pensar a técnica não apenas como ela se produz materialmente na história, instrumentalizada, atravessando períodos históricos de maneira dialética ou fenomenológica sobre a imagem, mas de compreendê-la enquanto meio de intervenção, a partir da experiência de mundo. Esta imagem é caracterizada da seguinte maneira por Raffestin (1993):

A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações. Os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas, por exemplo. (RAFFESTIN, 1993, p. 151)

Assim, o território que se constitui se afirma por um lado através da paisagem e por outro, através da vida mesma do personagem, do autor e do leitor da narrativa. Quando se pretende falar das ações que remetem à técnica e ao espaço, situam-se três dimensões em torno da figura narrativa. A impressão, ou percepção, supõe a ação do leitor. A expressão e a produção, ou ainda a criação, privilegiam o autor; enquanto a ação que se realiza no texto, no espaço encenado, diz respeito à realidade que se configura, excluindo toda margem de ilusão do referencial, quadro por onde a narrativa se desdobra. A forma espacial toma significação no tempo histórico da qual o sujeito se reflete. Eis porque, “toda forma pertence ao sujeito. É a captura da superfície pelo espelho”. (LEFEBVRE, 2001, p.252). Engendrando assim a superfície, a imagem e o espelho, a reflexão atravessa a superfície em direção às profundezas da relação: repetição diferença. (RAFFESTINI, 1993, p.225) O território da narrativa se define, aqui, como campo mediador.

O costume de destacar o tempo na paisagem transcenderia a questão da lógica, da força, da tradição ou da vontade plástica. Atenderia, em

verdade, a um preceito eclesiástico que conferia de imediato, na paisagem de qualquer lugar, o destaque almejado que o relevo sugerisse, quando não a primazia absoluta ao edifício do tempo. (LARA, 2009, p. 60)

Ao contrário do romance de Rosa (2013), Mário Lara (2009) confere ao território uma dimensão cuja forma é a própria extensão da vida do SFP. A sobreposição de paisagens ao longo do tempo em que Lara trata sua narrativa sobre o lugar se enquadra a um referencial da paisagem, seus elementos e suas marcas evidentes nos registros históricos. Tais paisagens se transformam na visão do leitor como um projeto de edificação do espaço ao longo do tempo. Os arquivos por ele levantados para situar o ambiente de construção do espaço, detalha o mundo rural de maneira concreta, sob uma perspectiva histórica que demonstra a realidade de um espaço percebido. Esta técnica de pesquisa que Lara se aproveita abrange dados relacionados aos instrumentos comercializados, às mortes, às invasões e também ao progresso regional ao que o território se define na obra. A determinação da imagem corresponde, assim, a um valor estético empregado para a centralidade da técnica, como explica Santos (1996).

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidade) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 1996, p 20).

Consciente da maneira como expõe os dados à obra, Lara parece pretender valorizar o acervo e os arquivos de informações sociais, econômicas e políticas em detrimento da mediação proposta por Rosa (2013), que utiliza de metáforas para propor uma analogia do contexto do leitor com o texto da obra. A compreensão da imagem que se adquire de uma cultura enquanto formação humana deve-se tanto à análise cotidiana, que parte da vivência em um dado lugar e explicita modos e costumes do conhecimento popular percebido em hábitos e tradições, quanto o conhecimento científico especializado e tecnológico que, associado ao capital, media e corrige complexidades. A fragmentação da cultura se torna explícita em um mundo globalizado. A esta fragmentação caracterizam-se diferentes formas de uso e acesso a terra, revelando diferenças e identidades que consistem na configuração territorial. As ações dos

personagens no texto de Lara (2013) figuram no tempo presente repetindo um período colonial do mundo rural. Atenta às especificidades do mundo rural, Meneses nos lembra que,

Costumes até hoje persistentes em nossa agricultura tradicional têm sua origem no tempo colonial. Salgas, defumações, práticas de correção e limpeza dos solos, de combate a pragas e doenças animais e uma série de crenças e crendices acerca deste mundo rural podem ser percebidas quando a nossa atenção se volta para encontrá-las. (MENESES, 2000, p. 96)

O mundo rural pretérito abarca mistérios e tradições muito próximos ao vivenciados pelos sertanejos. Um conflito técnico de inserções e exclusões contribui para as relações do desenvolvimento econômico através da sofisticação, quanto confere a tradição acerca da memória de um tempo regado de símbolos e significados socialmente construídos.

Roçar e derrubar as matas de capoeira, aproveitar troncos e galhos como lenha, atear fogo à área desmatada – fazendo das cinzas do fertilizante – cavar buracos para lançar as sementes e cobri-las com terra. Em síntese, esses eram os procedimentos característicos seguidos por todos os fazendeiros do Triângulo Mineiro na exploração extensiva de suas propriedades, baseado principalmente na mão de obra escrava. (LARA, 2009, p. 250)

O trecho extraído do livro de Lara faz referência a um passado que ainda está presente no contexto contemporâneo através de outros agentes, outras figuras, pois a relação temporal no campo, ou no mundo rural é complexa a ponto de não se deixar esvaír diante da aceleração de sua própria produção. Assim, o método regressivo e progressivo de Lefébvre contribui para a análise exposta, uma vez que

o seu diálogo transcorre, em primeira instância, com os sociólogos rurais, então pouco afeitos a enxergar no mundo rural mais do que uma “confusa mescla acidental de homens, de animais e de coisas” desprovida de um passado. O passado, no campo, permaneceria tão atual e vivo que chegaria a se confundir com o presente, de forma a suscitar a impressão de que não é passado (LEFEBVRE, 1981, p. 144-145).

O método regressivo progressivo refere-se à premissa da totalidade aberta, inconclusa, em que as superações propõem novas contradições e novas tensões, a sociedade movendo-se e transformando-se todo o tempo. É nessa perspectiva que

Lefébvre distingue também a noção de conceito. Os conceitos são formais, fechados, negadores da dinâmica social que pretendem definir e descrever, antidialéticos e anti-históricos.

Em um dos trechos de sua narrativa, Lara mais uma vez aponta essa orientação em sua obra. A diferença técnica apontada por Saint Hillaire acerca da (re)produção do espaço agrícola da região, determinado pela sua natureza e seu território natural.

As técnicas rudimentares de cultivo nessa época, em verdade, eram as mesmas reparadas por Saint-Hillaire mais de meio século antes, durante sua passagem por Araxá quando havia anotado que “ali só se plantava nos capões, ficando os campos reservados exclusivamente aos rebanhos”. Tais quais as matas virgens, as capoeiras apresentavam condições naturais ideais para o plantio de lavouras. (LARA, 2009, p. 250)

Neste sentido, o que apontamos neste momento corresponde às intertrocas entre índios e caiapós e os estrangeiros que vieram ocupar o SFP. Assim, consideramos que as intertrocas possam ter se efetivado de maneira mais proeminente sob um dos grupos em determinadas materializações culturais do que outras. Entretanto, e por conhecer melhor o ambiente e há mais tempo, os índios se destacam pela maneira como se relacionam com os recursos naturais e pela destreza de enveredar pelos Caminhos do Sertão. Se os índios observam a imagem de um mundo rural sob o modo colonizador, o contrário também ocorre, tendo os colonizadores uma imagem de mundo rural posta através dos índios e suas familiaridades específicas com aquele espaço.

El cambio brusco (...) se encierra en estas palabras: «Determina su verdadero carácter». No se ha producido solo la creación de una nueva actividad técnica, la de director de escena, por diferenciación de las funciones anteriores (decorador, director, actor principal...); se ha producido también una toma de conciencia del significado estético de esta nueva actividad. Paso de la cantidad a la cualidad. Un salto dialéctico. (LEFÉBVRE et al, 1971, p.178)

Neste quadro supomos uma outra dialética ao rural, já compreendido como inseparável do urbano. Para o diálogo com o sertão, aproveitamos da tipologia das lógicas, proposta pelo filósofo francês Gilles Deleuze, nos conceitos de geofilosofia, e de geoliteratura, explicitados nas obras *O que é a filosofia?* (1992) e *Lógica dos Sentidos* (1974) para promover uma reflexão integrada sobre o mundo rural do Sertão da Farinha Podre. O que se pretende destacar, tal como afirma Buarque de Holanda em

Caminhos e Fronteiras, é que a especificidade do conhecimento do mundo rural se dinamiza entre pólos para formar uma nova organização. Tal que a argumentação para responder aos interesses do rural torna-se mais importante do que as especificidades trazidas pelos grupos indígenas ou colonizadores. Para Deleuze,

Quando perguntamos "que é orientar-se no pensamento?", aparece que o pensamento pressupõe, ele próprio, eixos e orientações segundo as quais se desenvolve, que tem uma geografia antes de ter uma história, que trata dimensões antes de construir sistemas. (DELEUZE, 1974, p.131-132).

A Geografia, a partir da Geoliteratura compromete-se com a orientação do pensamento sobre o qual se estrutura a própria história, e cuja dimensão definirá o sistema a partir de sua identidade e de suas potencialidades. Nessa perspectiva, o pensamento toma sentido, quando recorre ao “pensar” o próprio espaço. A geoliteratura abarca em seus textos a paisagem, o espaço, o lugar, a sociedade e natureza, o que faz dessa expressão artística uma rica fonte de estudos geográficos, uma vez que a literatura representa o mundo de uma maneira diferente da que a ciência representa (TUAN, 1978,p.204). Sob esta perspectiva LATOUR (2012), na obra *Reagregando o Social* faz referência a um tipo de ciência para quem as ciências sociais geram apenas narrativas, tal como a ficção. E explica:

À semelhança do jogador de futebol (que compreendemos um estrategista) marcando um gol contra, humanistas sofisticados passaram a empregar a palavra “narrativa” e “discurso” para dizer que não existe nenhuma escrita confiável – como se ausência de um texto absoluto, significasse que todos os textos são relativos. É claro, todos quanto se dispunham a denegrir as ciências sociais aplaudiram em unísono, pois era o que afirmavam sempre: “ Os sociólogos não passam de contadores de histórias. Já é tempo que alguns o confessem.” Mas uma coisa é dizer que as ciências sociais produzem relatos escritos – todas as ciências neste mundo fazem o mesmo, e por isso todas terminam pelos sufixos –logia e –grafia – e bem outra coisa é concluir desse lugar-comum que nós só conseguimos escrever histórias de ficção. (LATOUR, 2012, p. 147)

O romance de Rosa é a espacialização da vivência, já a dimensão de superfície das formas escritas e selecionadas em acervo são temporalizadas por Lara. Se o primeiro autor, através da sua narrativa de romance, reúne aspectos relacionados à dimensão literária e espacializante do contexto da obra, dialogando com outras literaturas de sertão, o trabalho de Lara implica em um resgate histórico que, a partir da

dimensão profunda, se detém à coleção de fatos históricos que se organizam entre os registros. Lukács explica que o Mundo do sentido é palpável e abarcável com a vista, basta encontrar nele o lócus destinado ao individual. O erro é a questão somente de falta ou excesso, de falha de medida, ou percepção. (LUKÁCS, 2003, p.29)

O ponto de passagem, símbolo e significado do SFP na colônia e no Império, conforme visto pelo trabalho recente do IBGE (2016), e por BRANDÃO (1989), é a abertura da cultura que evita qualquer fechamento, como aponta Santos (1991). Valores de uso são mais frequentemente trans-formados em valores de troca, ampliando a econominização da vida social, mudando a escala de valores culturais, favorecendo o processo de alienação de lugares e de homens.

Tal como seria impossível o resgate do tempo em sua compreensão absoluta. Assim,

Lefebvre propõe que na análise do mundo rural, sejam consideradas duas formas de complexidade, formas superpostas e interativas. A complexidade horizontal é dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, por intermédio das técnicas e da estrutura social. A complexidade vertical pode ser chamada de complexidade histórica, isto é, a influência dos fatos passados na existência atual. (SANTOS, 2002, p.282-281)

Em Rosa (2013), o protagonista Domingos

pensava na família em seus problemas e como resolvê-los. \trazer a mulher e os filhos não poderia, porque a venda não renderia quase nada. Ele ficaria mais como um sitiante produzindo subsistência. Poderia fazer uma plantação de cana e produzir cachaça. Pensara em fumo e cachaça, mas Tolentino já produzia fumo de rolo. Então, na venda venderia cachaça, fumo, algumas coisas que trouxe e sobreviveria com mais o que produzisse na roça ou alguma criação. Mas ampliando a produção de cachaça, poderia remeter para outras localidades, aumentando seus rendimentos. Estava vendo algumas possibilidades. (ROSA, 2013, p.50)

A cultura colocada de maneira “aberta” pelo personagem do romance, remete à dinâmica das diferenciações de imagem e ao relativismo impresso na interpretação, ou na percepção do leitor sobre a sociedade da época e o mundo rural que se (re)configura.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado. (SANTOS, 2002, p.330)

Trata-se, portanto, de uma cultura que compreende os limites entre a própria identidade e as diferenças que se colocam sob esta estrutura. A abertura de uma cultura corresponde a aceitação, troca e negação de valores a partir de sua própria estrutura identitária. As bases desse relativismo, de natureza antropológica, argumentam as transformações e o movimento a qual o personagem permeia a sociedade. A noção de possibilidades das quais Domingos se debruça diz respeito às condições materiais existentes e as propostas de ações cabíveis na conjuntura espacial. O personagem pensa sobre o sentido mesmo das atitudes possíveis de reverberar colocando uma questão psicológica de vida e material de representação.

O pouso dos tropeiros, capítulo do livro de Rosa dedicado à compreensão da passagem coloca em evidência os eventos, tal como define Milton Santos. Os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço. (SANTOS, 2002, p.145)

Os eventos são pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. Não há escapatória. É nesse sentido que Lefebvre e Bachelard referindo-se a “instante” os considera como absoluto. Daí a sua eficácia e sua irreversibilidade. Essa irreversibilidade é o que dá a cada homem o “sentimento de aventura” diz Sartre de *La Nausée* (1938, p.85), quando ganhamos a certeza de que nenhum momento se repete, nem volta, e então decidimos agir dentro dessas “malhas estreitas”. (SANTOS, 2002, p.145)

A cultura que se traduz no ponto de passagem é aberta ou fechada, infinita ou finita, tal como a ruralidade expressa no plano territorial da sociedade descrita pela narrativa. Tal espaço de passagem é o território de poder que oferece a totalidade enquanto possibilidade, como será visto a seguir.

### **3.3 Trânsitos e passagens: fronteiras do mundo rural**

As relações sociais do mundo rural na negação, e não na afirmação de um desenvolvimento linear em que o próprio desenvolvimento capitalista engendra, são formas sociais não-capitalistas de produção. A distribuição de terras, ao contrário da concentração, sugere uma diversidade produtiva de gêneros que consistem na ‘autonomia’, no modo de pensar o mundo rural de maneira particular. Esta

regionalização, que representa os limites particulares no todo, se define no território do SFP até meados do século XIX, ao passo que posteriormente, no século XX, lograria a expansão econômica do comércio entre São Paulo e Goiás, a estruturação de energia, transporte e comunicação. Assim, sob uma nova versão de (re) existência que se organiza internamente em meio a uma multiplicidade de contradições, a reforma agrária revelaria não uma alteração do modo capitalista de produção, mas uma correção na função social da propriedade da terra, como observa Oliveira (2007)

A reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, e sim tenta remover esta irracionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. Nem mesmo a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda. Ou seja, sendo o solo nacionalizado, não podendo, pois ser vendido ou comprado (a terra deixaria de ser mercadoria), seriam eliminadas as rendas da terra absoluta e de monopólio, a diferencial não. Esta deixaria de ser apropriada privadamente, para ser revertida para o conjunto da sociedade. É por isso que toda a discussão referente à reforma agrária põe em questão a discussão sobre a propriedade privada da terra. E esta discussão deve conter o debate em torno de sua eliminação ou substituição por outras formas sociais de propriedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 65)

O contato entre os personagens nas obras apresenta a formação de relações sociais que mobilizam as atividades econômicas e que as fazem circular correspondendo a demanda do mercado. Nas obras, a concentração de terras aparece nitidamente nas primeiras fazendas que ocuparam a região. Com latifúndios que abarcavam as pequenas propriedades, Lara e Rosa demonstram as mudanças nas relações sociais, quando os personagens camponeses passam a vivenciar uma relação de dependência política e econômica em relação aos grandes fazendeiros.

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. (OLIVEIRA, 2007, p.20)

Fazendeiros, tropeiros, sertanistas e camponeses são os personagens das obras que mobilizam as aventuras da narrativa. Se o sertanista desbravou o SFP, o tropeiro possibilitou as trocas de mercadorias e a circulação, fez também a afirmação de relações sociais e o contato entre distantes. Buarque de Holanda (1975) nos lembra que:



O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A sucessão faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. (BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p.158)

As relações “atrasadas” se determinam pela mediação das relações mais “avançadas”, isto é, a modernidade adquire sentido nesse movimento. Entretanto, para se definir o valor em “atrasado” ou “avançado”, é preciso ter em mente que o leitor irá emitir um juízo de valor correspondente ao tempo presente.

O movimento total (...) nos leva a admitir que o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo. (SANTOS, 2014, p.31)

Assim também, modos de ser, de pensar e de produzir as relações, a cultura e os ritos, podem tornar-se compreensões arcaicas. Mas estas formas se regeneram no contato com novas formas e significações sociais de um lugar. Muitas destas formas se aproximam da falência da produção capitalista através de questões sociais, humanitárias e ambientais.

Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção. Tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada de fluidez. Aqueles que reúnem as condições para subsistir, num mundo marcado por uma inovação galopante e uma concorrência selvagem, são os mais velozes. Daí essa vontade de suprimir todo obstáculo à livre circulação das mercadorias, da informação e do dinheiro, a pretexto de garantir a livre concorrência e assegurar a primazia do mercado, tornado um mercado global. (SANTOS, 2002, p.275)

As figuras do sertanista, do tropeiro e do fazendeiro são diferentes em sua função no palco das narrativas: o primeiro é violento e desbravador, o segundo um comerciante, amigo e pacifista; o terceiro um capitalista que detém o poder político e econômico. Lara (2009) esboça as diferenças relativas à vida rural sob a perspectiva antropológica dessas figuras.

Ao contrário das “Vilas de Ouro”, os núcleos que ali surgiam se caracterizavam muito mais pela singeleza de suas habitações e pela grande distância que existia entre um e outro. Do mesmo modo enquanto os povoados mineradores determinavam os traçados das vias, no caso da pecuária os caminhos é que traçavam os vetores. A partir deles, os fazendeiros instalavam-se as suas margens e fundavam povoados, que começavam a brotar no momento em que um pedaço de terra era doado ao patrimônio de um santo. Aí também residia a grande diferença entre os centros mineradores e os arraiais agrícolas. (LARA, 2009, p.58)

Aquilo que é explícito na reprodução do espaço constitui o que nos referimos enquanto trânsitos e passagens. É a reinvenção da forma de produção. O movimento coletivo e a produção social assumem vetores que vão sendo concretizados ao longo do tempo. As significações sociais, diferentemente do movimento aparente de interesses privados, operam com sentido impreciso sob as formas representação dos limites cartográficos, e também sob as formas das leis.

Muitos dos primitivos moradores, que vieram de Minas Gerais para Goiás, fugindo de problemas com a justiça, já haviam morrido. Agora, a nova geração não tinha esse tipo de problemas. Como todo o comércio era feito com São João Del Rei, começou a fermentar a ideia de que o SFP, ou seja, os dois julgados de Araxá e de Desemboque, deveria ser integrado a Minas Gerais.

- Nossa vida, nosso comércio, estamos muito mais ligados a São João Del Rei do que a à Vila Boa de Goiás!

-A civilização está para esse lado e não para o interior.

-E quem veio para cá é tudo mineiro...

-E acaba o imposto de fronteira. Fica tudo Minas Gerais. (ROSA, 2013, p. 184)

A elite mineradora que se originou em Desemboque, centro minerador do SFP, se deslocou para Araxá e logo depois para Uberaba. Além disso, “O consumo de bens industrializados ingleses e a influência francesa se fizeram presentes na Corte e foram, em parte, reproduzidos nas vilas e fazendas do Império.” (LARA, 2009, p.243). A busca por novos mercados era a definição de novos limites.

Desemboque estacionara e a produção de gado de Araxá aumentava. Por isso foi necessário procurar outros mercados, formando vínculo com a cidade de São João Del Rei e outras cidades de passagem. A partir do momento em que Araxá começou a exportar para Minas Gerais, surgiu o desejo de eliminar a fronteira para pagar menos impostos. (ROSA, 2013, p. 148)

O movimento que se realiza em busca do avanço das relações e da afirmação da forma avançada, implicam na (re) produção do espaço que está além das formas tradicionais. Lara (2009) esboça esta reflexão no seguinte trecho da obra:

Dom João VI vinha dando menos ênfase à aculturação dos índios e mais destaque a questão das terras por eles ocupadas. Nessa perspectiva, o gentio deixava de ser essencial como agente povoador de novas fronteiras agrícolas: - Essa mudança resultou, em primeiro lugar, do aprofundamento da concepção estratégica do povoamento interior, o que decorria de um entendimento cada vez mais “moderno” de questões como Estado, Território, Soberania, principalmente com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Em segundo lugar, resultou na crescente valorização mercantil da terra em várias regiões do país, com o avanço do povoamento. As áreas vazias e barreiras naturais do século XVIII deixavam de ter esse papel, com a decadência da mineração aurífera e diamantífera, e começavam a ser ocupadas. (LARA, 2009, p. 196)

A decadência da mineração é o anúncio de um novo mundo rural mediado por um novo poder, o Império e posteriormente a República. Pretenso, cada vez mais, a concentração da terra e à exploração do trabalho no campo.

O comerciante era quem exercia o papel de “banqueiro”, fornecendo ao fazendeiro os recursos necessários para a formação, trato e colheita do produto. (...) como uma via de mão dupla, o comerciante iniciava o fazendeiro com crédito, que, por sua vez, se tornava seu cliente cativo, em um relacionamento que se transmitia de geração em geração” (LARA, 2009, p.298)

A dependência do camponês se tornava cada vez mais concreta. É possível afirmar que as transições de modelos políticos em terras brasileiras, de colônia à Império e República, pouco contribuíram para contrariar a prática de concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros, mas em sentido inverso, contribuiu, e até mesmo incentivou, a permanência e estruturação desse modelo. A eclosão do período colonial é narrada por Rosa (2013) na própria situação de passagem.

O número de fazendas crescia, do mesmo modo que cresciam os tamanhos das boiadas. Começou a parecer um problema de trânsito para o Barreiro. Por isso, os fazendeiros reuniram-se na presença do Juiz Ordinário para resolverem o problema. A solução foi fixar dias certos para cada fazendeiro. O juiz elaborou uma tabela colocando nas entradas e saídas do Barreiro). (ROSA, 2013, p. 204-205)

Com a instalação de ferrovias que favoreciam as fazendas de café, o SFP perde sua função de ponto de passagem a passa a oferecer-se enquanto região de abastecimento do interior do país. Com a diversidade de gêneros que, através de pequenas produções agrícolas, garantiam o consumo regional e a oferta de excedente da produção para regiões próximas.

O Sertão da Farinha Podre há muito deixara de ser apenas um lugar de passagem para as minas de Goiás. Por conta própria e com muita determinação, adquiria feições próprias, desenvolvia sua economia e cultura, surgia como importante produtor agropecuário e de derivados, incrementando sua manufatura e pequenas indústrias. (ROSA, 2013, p. 228)

O território crescia e formava sua personalidade no âmbito nacional. Todas as suas características e potencialidades econômicas exigiam um rigor e fiscalização de impostos e organização baseada em leis que controlassem as adversidades que se colocavam. A separação do território de Minas Gerais e sua futura reapropriação pela capitania são exemplos narrados pelos autores das obras sob os diferentes pontos de vistas

A expansão das atividades mercantis dos criadores de gado dos sertões de Araxá e “os grandes incômodos que suportavam”, em virtude da imensa distância que o separava da capital goiana (...) os haviam motivado a reivindicar de Dom João VI a separação de Goiás e sua anexação a recém criada comarca de Paracatu. Queixavam-se ainda, dos dois impostos que eram obrigados a pagar no trânsito de uma capitania para outra. (LARA, 2009, p. 62)

Lara faz referência aos impostos e ao valor cobrado pelo transporte de mercadorias. Para o autor, havia um interesse econômico comum na região em transferir o território para a jurisdição de Minas Gerais, onde o mercado consumidor era formado. Mas Rosa, criterioso na sua posição política e econômica, deixa ao leitor outra argumentação entorno da transferência de jurisdição. O que parece considerar é que esta posição era comum entre aqueles fazendeiros do SFP próximos a região da atual cidade de Araxá, onde se aglomerava a elite mineradora de Desemboque que avançou para as terras prósperas de águas salitradas da região.

Um dos povoados do julgado foi perguntado a um sitiante se gostara da alteração da fronteira que passou o seu sítio para Minas Gerais. Ele respondeu:

- Não, porque gosto mais do ar de Goiás.

Todos acharam um dito muito espirituoso, apesar do tom sério, mas depois, de conversa em conversa, compreenderam que o sítio se referia ao clima econômico. Os impostos em Goiás eram menores que em Minas. O caso é que a alteração no mapa interessava mais aos que comerciavam com Minas, porque eliminava a fronteira de capitania, onde eram cobrados impostos. Os interesses eram múltiplos, mas o que mais pesou foram os interesses dos poderosos fazendeiros de Araxá. (ROSA, 2013, p. 209)

A consolidação de classes sociais neste período, conforme analisa Bustamante Lourenço (2010) era resultado de comércio restrito entre famílias da elite local, com forte tendência ao capitalismo liberal, tal como ele se desdobra no século XX.

O mercado de imóveis rurais, embora existisse, tinha uma importância relativamente pequena, em particular nas áreas de fronteira: herança, posse informal e doação sesmarial eram as principais formas de acesso à terra na Colônia. (...) o domínio de sesmarias não correspondiam a propriedades, no sentido moderno da palavra. Podiam ser – e eram negociados entre particulares, mas sua importância residia não no seu uso agrícola potencial, mas no fato de serem instrumentos eficazes no estabelecimento de vínculos de dependência entre a população pobre e os senhores de terras. (LOURENÇO, 2010, p. 111)

Essa questão é notada por Rosa, com seu foco narrativo em Araxá, ao relatar o avanço das classes econômicas de Desemboque para a região do Barreiro.

Mas não bastavam palavras. Era necessário crescimento, gerando poder. Desemboque nada produzira, além de ouro. Esgotam-se os garimpos, todos de lá se mudaram, restando apenas histórias. (...) O poder de Araxá não estava no povoado, mas no campo. Lá que havia riqueza. As casas de Araxá eram precárias por serem de moradores de pouca posse ou de fazendeiros que as possuíam apenas para pouso, quando vinham ao povoado. No entanto, nas fazendas havia muito mais comodidade. Já havia pessoas de muitos recursos. Além disso, na região existiam muitos negociantes, médicos, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, chapeleiros, alguns na sede e outros passando pelas fazendas. Também havia fiandeiras, tecedeiras, rendeiras e costureiras. (ROSA, 2013, p. 218)

Em que pese as estreitas condições de produção a que o camponês era submetido durante a colônia, o sentido de progresso apontado por essa elite patriarcal ainda prevalece e subjugava a essência do trabalho agrícola e do valor da terra. Isto ainda é percebido na era capital informacional, como apontamos anteriormente. Entretanto, quando nos reportamos às condições do período colonial, destacamos que as transformações desfiguraram a identidade local promovendo a economia baseada em

suas próprias diferenças. Trata-se da adoção das formas externas que vão sendo sedimentadas e consolidadas em séculos para dar forma a uma outra personalidade futura. A identidade se metamorfoseia no momento da passagem.

A terra não valia nada naquele tempo. A posse de muitos alqueires gerava a possibilidade de compra e manutenção de boiadas grandes o bastante para garantirem a alguns poucos fazendeiros, não a mesma riqueza que se atribui aos latifundiários de agora, mas, pelo menos o acesso à condição de uma “pessoa de posses”, dona de terras e gado, em torno da qual gravitava a pequena massa dos produtores e dos comerciantes rurais do passado, sustentados pela “generosidade do dono” e pelo que ele podia produzir, comercializar em sua fazenda. (BRANDÃO, 2009, p. 136.)

Já a formação da moderna propriedade fundiária pressupõe sua transformação em equivalente de mercadoria, isto é, num bem sobre o qual o possuidor exerça plenos direitos de propriedade e alienação. (BUSTAMENTE LOURENÇO, 2010, p. 111) Ao se referir a estas transformações, Oliveira (2007) aponta que

O monocultivo de exportação até então chamado de agribusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter Porto- Gonçalves, tratava-se de substituir e diferenciar a agri-cultura do agro-negócio. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. (OLIVEIRA, 2007, p.147)

Rosa não hesita em questionar a ciência tal como ela se oferece para identidade da região nem mesmo ao tratar de figuras históricas da importantes para a tradução do lugar na época, assim como para a ciência, com Saint Hilaire ou Eschwege.

Saint Hilaire passou atravessando a praça.

- Você viu que sujeito mais esquisito?

-Tem muita gente esquisita aqui...

- Estou falando desse estrangeiro que não tem o que fazer e fica catando matinho.

- Santo o quê...
  - Hilário.
  - Sujeito esquisito, cara chupada, desengonçado... Ave rara...
  - É difícil entender o que ele fala.
  - É outra língua.
- (ROSA, 2013, p. 213)

Eschwege estranhou uma cruz assim fora do cemitério e perguntou de quem era, mais pra conversar. O juiz respondeu:

- Um escravo atou o filho de um fazendeiro e este matou o escravo e o decapitou. Enterrou seu corpo e colocou a cabeça em cima da cruz. (...)
  - O que o juiz faz nesses casos?
  - Nada, para não ter o mesmo fim que o escravo com o fazendeiro na sua fúria.
- O Juiz continuou, como que querendo justificar-se.
- Isso já faz alguns anos. O juiz era outro e com as autoridades muito distantes, em Goiás.
  - Com a anexação a Minas Gerais, essas coisas podem ficar mais difíceis de acontecer. (ROSA, 2013, p. 206)

Por privilegiar o local em sua narrativa, Rosa questiona a legitimidade de personagens científica e historicamente aceitos. O senso comum é privilegiado em relação à ciência e a vivência questiona os fatos históricos descritos e documentados na coleção de arquivos de Lara. Entretanto nega a expressão construindo um olhar local sobre tal realidade.

Todos desejam um povoado para dar mais segurança, farmácia, profissionais e lugar de encontros para negócios e passeios.

- Esse interesse é de todos!

O resto é detalhe! Mas cada fazendeiro possui um interesse particular que é o povos do ser mais perto possível ou até dentro da fazenda. Para isso, os mais abastados tomam a dianteira tentando puxar para o seu lado. Então, constroem uma capela, uma venda, chama o padre para fazer missas e começa a promover o crescimento. Por algum motivo de localização, dá certo para um, ficando abandonada as outras capelas. (ROSA, 2013, p. 243)

Santos, ao levantar aspectos relacionados a uma produção social do espaço questiona:

Em que medida a “territorialidade longa” seria mais importante que a “efemeridade”? A memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro. Essa tese ganhou tal força que hoje, diante de uma sociedade e uma cultura em perpétua agitação, a cultura do movimento é apontada como o dado essencial da desagregação e da anomia. (SANTOS, 2002, p.239)

O que se coloca no jogo da geoliteratura aqui apresentada sobre o mundo rural do SFP, equivale a questionar os limites e os espaços entre ficção e realidade, como se contrapõe o momento, ou o evento enquanto efemeridade, e a condição determinante da vivência que se materializa no ser, no autor e na maneira de narrar a obra. Entretanto, ficção e realidade são encontradas tanto Lara quanto em Rosa, embora os estilos de narrativa não se assemelhem.

Os registros históricos, como os arquivos e documentos usados por Lara são reconhecidos com base em levantamento e organização de dados que demanda o trabalho metódico do pesquisador. Mas as analogias empregadas e a maneira própria de questionar e fazer repensar o discurso convencional do SFP, consolidado historicamente na região, é o desafio de Rosa. O romance, tal como o romantismo do século XIX, ainda permanece como contra corrente da racionalidade imposta. Fuga de um mundo caótico, retomada de uma memória coletiva próxima, em busca da lentidão e simplicidade de onde se originou a imagem de um mundo rural, ou seja a própria natureza.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar aspectos da relação entre o espaço e a técnica no mundo rural do Sertão da Farinha Podre através de narrativas literárias que abordam a temática sob uma perspectiva cultural. Assim, a pesquisa destaca as possibilidades destas relações se fazerem através da materialidade pensada e organizada por distintos grupos humanos que habitaram o território.

Dessa maneira, definiu-se uma dualidade relacionada às perspectivas dos autores e sua linguagem, considerando a oposição entre o romance e a coletânea de arquivos e documentos, ambos pretensamente assegurando a veracidade dos fatos históricos registrados ao longo do tempo, desde o período colonial até a contemporaneidade. A literatura selecionada para esta dissertação consiste em duas maneiras distintas de traduzir o passado sobre o mundo rural subjacente ao território do SFP, Rosa (2013) que expressa em sua narrativa aspectos de sua vivência e Lara (2013) a partir de sua experiência enquanto pesquisador.

Figuram entre os autores, também, a pretensa oposição entre a ciência e arte, uma linguagem denotativa e outra composta de sentimentos profundos do lugar explanados por metáforas. Esta oposição é desvelada ao encontrarmos características de artes e das ciências em ambas as obras, uma vez que Lara (2009) levanta registros pouco conhecidos da região em sua pesquisa, e muitos até então desconhecidos do meio acadêmico, refinando a busca de seu arsenal teórico e de dados que embasem seu estudo sobre o campo; Rosa, por outro lado, se utiliza da linguagem e do pensamento mais relacionado à oralidade dos casos locais repassados através de gerações, famílias e amigos da região de Araxá, onde é nascido.

O levantamento pós morte de fazendeiros é, também, uma refinada seleção deste grupo organizada por Lara (2009), e revela os valores atribuídos aos objetos e instrumentos que seriam repassados aos herdeiros. Tais valores compõe a significação da materialidade apreciada por este grupo e sua importância na produção do espaço. Tais valores são apresentados na obra de Rosa a partir da própria linguagem utilizada pelo autor entre os personagens que alicerçam o romance.

A produção do espaço social encontra semelhanças nas obras em relação ao mundo imaginado pelos autores conforme a vivência, concepção e percepção empregadas na narrativa. O mundo rural narrado por Rosa demonstra que os primeiros personagens que vieram das Minas para se instalar na região estiveram, principalmente,

fugindo da cobrança do Quinto e das formas convencionais de exploração da mão de obra e do trabalho no período da colônia. O elogio ao tempo impõe-se como resistência à ocupação desenfreada que surge a partir das invasões e da promessa de “progresso” que decorre junto a expansão da fronteira brasileira entre os séculos XVIII e XIX.

O mundo rural em Lara (2009) expõe atenção ao conflito das classes de fazendeiros, camponeses, povos indígenas e quilombos. Apresenta também, ao contrário da literatura convencional a este respeito, as apropriações de modos de vida e a importância de cada grupo para a formação de uma unidade regional, política e econômica. Lara (2009), muito mais do que Rosa (2013) apresenta os conflitos marcados entre os camponeses e os fazendeiros nos avanços sociais que introduziram o capital e submeteram as relações de trocas e de solidariedade ao fatalismo de sua quase extinção e permanente exploração face a inserção do capital.

Esta pesquisa vem no sentido de contribuir para análises de Geoliteratura, na medida em que aborda contextos de obras e perspectivas da relação entre a sociedade e a natureza. As razões que motivaram a ocupação do território são decisivas nas obras, visto que em Rosa, tal ocupação acontece do sentido norte de Minas, da região de Paracatu, e em Lara as migrações são decorrentes do sentido sul de Minas e de São Paulo.

As narrativas sobre o Mundo rural se assemelham quando colocam o SFP sob a condição de sertão de passagem, lugar estratégico no território nacional para deslocamento de mercadorias, mas também de técnicas, culturas, comunicações e transportes.

As imagens da técnica contribuem para a seleção de tradições e de modernidades que se afirmam tanto nas extinções de grupos humanos quanto na sofisticação de instrumentos rústicos que transitam segundo as leis da colônia e os sucessivos tempos que instituem as leis no Brasil. A imagem da técnica, tal como a paisagem, é apreendida pela sociedade e reorganizada segundo sua natureza onde o meio técnico "é a realidade com a qual nos defrontamos" e que, por isso, "é preciso estudá-la com todos os recursos do conhecimento e tentar dominá-la e humanizá-la". (SANTOS, 1991, p.09).

Pensar o mundo rural a partir de narrativas literárias contribui para a busca de melhores caminhos nos avanços sociais e de pesquisa neste campo de conhecimento. Encontram-se na literatura uma geografia que é anterior à estruturação da história convencional, tal como encontra-se na Ciência Geográfica uma literatura que antecede a sua própria história. Assim, entendemos que esta pesquisa não se encerra aqui, e tal

como o território que se forma, é apenas um momento de finalização de uma etapa que se coloca como projeto de vida.

A literatura, como foi possível perceber, sintetiza reflexões que reverberam tanto nas artes quanto nas ciências, de maneira que a ruptura desses campos apenas desfavorece a compreensão do conteúdo das obras e ao que elas se referem. Assim, Rosa e Lara contribuem a sua maneira para uma compreensão do espaço do Triângulo Mineiro e sua formação social, que ora é demonstra uma visão interna e ora uma visão externa a este espaço. Esta relação, dentro e fora, se coloca sob o ponto de vista da vivência dos autores, assim como dos personagens, e torna-se uma “verdade” ao longo do tempo.

Esta “verdade” questiona os espaços reais, traduzindo a cultura passada no presente e em sua renovação. Ao se refletir no presente sobre um espaço pretérito, ou o envolvimento social que ocorreu no passado de determinado território, as relações sociais, econômicas e humanas passam de um espaço vivido para um espaço concebido, , quando as relações internas e externas conseguem afirmar o território, ainda que alternando o sentido do ponto de vista.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. F. **O Sertão de Amaro Leite no Século XIX**. Anápolis: Universidade do Estado de Goiás, 2016 (Dissertação de Mestrado)
- ANDRADE, M. C. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Papirus, São Paulo, 2002.
- AGANBEM, G. **O que é o Contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2006.
- BADIOU, A. **O século**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.
- BIAZZO, P. P. **Considerações Sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento**. Revista Geouerj, 2008. p.111 a 126.
- BOLLE, W. **O sertão como forma de pensamento**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 259-271 , 2º sem. 1998.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Ed. UNESP. São Paulo, 2004.
- BRANDÃO, C. A. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e industrial**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 1989. ( Dissertação de mestrado).
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil**. Vol1. No. 1, Ruris, 2007.
- \_\_\_\_\_. **No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia, MG: Ed. Ufu, 2009.
- BRANDÃO, C. R., STRECK, D. R. (Org). **Pesquisa Participante. O Saber da Partilha**. São Paulo. Idéias& Letras, 2006.
- BRANDÃO, L. A. **Teorias do Espaço Literário**. Fapemig, Belo Horizonte, 2013.
- BUENO, A. S. **Belo Horizonte dos Modernistas: década de 20**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Visceras da Memória**. Uma leitura da obra de Pedro Nava. ed Lê. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

CAMPOS, H. G.; FARIA, R. M. **A Histórica violência contra os índios.** in: História de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Ed 34. São Paulo, 2001.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia.** A história entre incerteza e inquietude. Ed. Universidade, Porto Alegre, 2002.

CHAVES, C. **Caiapônia. Romance da Terra e do Homem do Brasil Central - Ituiutaba.** Revista Acaiaca 1953. 3ª. Ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1998.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** 2ª, ed. UFSC, Florianópolis, 2001.

COSGROVE, D. **Mundos de Significados: geografia cultural e imaginação.** In :ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia Cultural.** Uma Antologia. VOLL .Eduerj, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, L. F., MOREIRA, R. J., BRUNO, R. (Org) **Mundo Rural e Tempo Presente.** Rio de Janeiro. Mauad Editora, 1999.

CUNHA, E. **Os Sertões.** In: Intérpretes do Brasil. Vol1. Rio de Janeiro, ed. Nova Aguilar S.A. 2002.

CULLER, J. **Sobre a desconstrução:** teoria e crítica do pós estruturalismo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria Literária: uma introdução.** Produções Culturais Ltda. São Paulo, 1999.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo, Perspectiva, 2011.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de fazer. 3ª. ed. Petrópolis: E. Vozes, 1998.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica.** São Paulo: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lógica do Sentido.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ªed. Ed. Atlas, São Paulo. 2009.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia.** Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Escritura e diferença.** 2ª.ed. Perspectiva, São Paulo, 1995.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil, 1930-1990.** São Paulo: Editora UNESP, 2002

FINAZZI-AGRO, E. **Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa.** Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. A trama e o texto: história com figuras. In: PESAVENTO, JATAHY, S (Org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

FONSECA, C. D. **Índios e Minas: Explorando as riquezas do Sertão** in: Arraiais e vilas d'el rei: Espaço e poder nas minas setecentistas. Belo Horizonte, UFMG: 2011.

FOUCAULT, M. **Utopias Reais.** In: Revista Literária em Tradução. Ano VI – 1º. Volume .2015 p.416 – p.426.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** História das Violências nas prisões. 7ª. edição. Vozes, Petrópolis, 1989.

\_\_\_\_\_. **Outros Espaços.** In: MOTTA, M. B. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411 – p.422. Ditos & Escritos vol. III.

FUKUI, L. **Sertão e bairro rural.** São Paulo. Ática, 1979.

GALIMBERTI, U. **Psique e Techne.** O Homem na idade da técnica. Ed. Paulus. São Paulo, 2006.

GEORGE, P. O. **Trabalho Rural.** In: Sociologia e Geografia. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira.** Unicamp.IE, Campinas, 1996.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 6ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, E. N. **A Influência Paulista na Formação Econômica e Social Do Triângulo Mineiro.** 2004 [1994]. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF>> acessado em 20/10/2016.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas.** São Paulo, Nova Fronteira, 2006.

HAESBAERT, R. **Regional – Global.** Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós moderna: Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** 13ª. ed. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

HOBBSAWM, E. **A Era das revoluções 1789-1848**. 2ª. ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. 2ª. ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. 2ª.ed. Departamento de Cultura da Guanabara, Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **Monções**. 3ª. ed. Editora brasiliense. São Paulo, 1990.

JUNIOR, C. P. **História Econômica do Brasil**. São Paulo Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. In: Intérpretes do Brasil. Vol3. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Brasileira - A Questão agrária no Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2014.

LARA, M. **A Saga da Família Franco**. Das beiras do Rio das Mortes Pequeno aos confins de São Simão. [s. n.], 2012.

\_\_\_\_\_. **Nos Confins do Sertão da Farinha Podre. cidade:** [s. n.], 2009.

LATOURE, B. **Políticas da Natureza**. Como fazer ciência na democracia. São Paulo: EDUSC, 2004.

LEFEBVRE, H. **Del Rural a Lo Urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Práxis**. In: Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Editora Sorensen, 1978, p.17-41.

\_\_\_\_\_. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins. Paris, Belo Horizonte, EditionsAntropos. 2006.

\_\_\_\_\_. **Contribution à l'esthétique**. 2. ed. Paris: Anthropos, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo, Ed. Ática, 1991.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. Edusp, São Paulo. 1999.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas**. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro 1750-1861. Uberlândia. Ed UFU, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: O extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista**. Uberlândia. Ed Ufu, 2010.

LUKÁCS, G. **A Teoria do Romance**. 2ª. ed. São Paulo, Editora 34. 2003.

MARQUES, M. I. M. **O Conceito de Espaço Rural em Questão**. Terra Livre. São Paulo, 2002.

MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sociabilidade do Homem Simples**. Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito Oculto**. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. **Da Roça à tapera: A Crise do imaginário rural brasileiro**. Aula magna ministrada na Universidade Federal de Viçosa em Julho de 2013 pelo sociólogo Professor José de Souza Martins. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Sn7FAwZM3A>>

MARX, K. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. 2ª. ed. Boitempo editorial. São Paulo, 2010.

MELLO, J. B. F. Descortinando e (Re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi Fu Tuan. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

MENDRAS, H. **A cidade e o campo**. In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969. p. 33-61.

MENDONZA, J.G; JIMENEZ, J. M. CANTERO, N. O. **El Pensamiento Geográfico**. Estudio Interpretativo e Antologia de textos (De Humboldt a lãs tendências radicales). 2ª ed. Madrid: Alianza editorial, 1994.

MENEZES, J. N. C. **Artes Fabris e Ofícios Banais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Continente Rústico**. Abastecimento Alimentar nas Minas Setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MEYER, M. **Ser-tão na Natureza - a Natureza Em Guimarães Rosa**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MORAES, A. C. R. **A Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo. Hucitec: Anna Blume, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção de Agricultura, e Reforma Agrária**. FFLCH/Labur Edições, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, H. C. M. **Urbanização e cidades**. Análises da Microregião de Ituiutaba (MG)Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013 (Tese de doutorado)



OLIVEIRA, F. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PADILHA, L. C. **Um Trânsito por Fronteiras**. In: MASINA, L, BITENCOURT, G. N. SCHIMIDT, R. T. (ORG.). Geografias literárias e culturais: espaços e temporalidades. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004.

QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M, L, O. ; OLIVEIRA, M, G, M. **Um toque de Clássicos**. Marx, Weber e Durkheim. 2ª. ed. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, J. C. de L. PESSOA., V L S. (Org) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

RESENDE, M. E. L.; VILLATA, L. C. (Org). **História de Minas Gerais**. As Minas Setecentistas vol.1. Belo Horizonte; Autêntica, Companhia Bom Tempo, 2007.

RIBEIRO, R. F. **Florestas Anãs Do Sertão**. O Cerrado Na História De Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROSA, E. **Sertão da Farinha Podre**. Romance Histórico dos Primórdios. São Paulo: Paed, 2013.

ROSA, G. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Agulhar, 1994

ROSENDAHL, Z. Carl Sauer e a Escola De Berkeley – Uma Apreciação. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

ROSSET. C. **A Anti Natureza. Elementos para uma Filosofia Trágica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SANTOS, J. C.; CARNEIRO, P. O. R. Impactos gerados pela expansão da cana-de-açúcar na produção agrícola familiar no município de Ituiutaba (MG). **BrazilianGeographicalJournal**, 2014, p.510-532.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, EdUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Testamento Intelectual**. Entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria da Conceição Sposito. São Paulo: Editora da UNESP. 2004.p. 140.

\_\_\_\_\_. **O Brasil – Território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização.** Do pensamento único à consciência universal. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo, Hucitec. 1994

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade.** São Paulo, Hucitec. 1979.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo. Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Zona do Cacau:** Introdução ao estudo geográfico. 2ªed. Série 5. Companhia editora nacional. São Paulo, 1957.

SEIXAS, J. A.; CESAROLI, J; NAXARA, M. R. C. (Org.) **Tramas do político:** linguagens, formas e jogos. EDUFU, Uberlândia, 2012.

SILVA, J. G. A. **Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas, SP: Unicamp, 1996.

SOJA, E. **Geografias Pós Modernas.** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. L. **O Território:** Sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e temas. 11ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. M. O. (Org.) **Geografia Agrária de Diversidades Territoriais do Campo Brasileiro.** Uberlândia, Ed Assis. 2012.

STEIN, E. **Introdução ao pensamento de Heidegger.** Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensar é pensar a diferença:** filosofia e conhecimento empírico. Ed.Ijuí: Unijuí, 2002.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural.** Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

TUAN, Y. F. TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia.** Um Estudo da Percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduael, 2012.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do Medo.** São Paulo. Unesp, 2005.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History.** 3ª ed. New York, Dover Publications, 1996.

WALON, H. **A evolução psicológica da criança**. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **A Ruralidade no Brasil Moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos Aires, Argentina. 2001.

WILLIAMS, R. **Campo e cidade**. Na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras. 1985.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UnB, 1997. p.192.

\_\_\_\_\_. (1978)[1941], “Considerações sobre o Americanismo”, in S. B. de Holanda, *Cobra de Vidro* (2ª. ed.). São Paulo, Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.